

LENI MARIA PEREIRA SILVA

**UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS
FAMÍLIAS EM EXTREMA POBREZA**

**MONTES CLAROS – MG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
MARÇO DE 2011**

LENI MARIA PEREIRA SILVA

**UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS
FAMÍLIAS EM EXTREMA POBREZA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Rodrigues

Co-orientador: Prof. Dr. Phd. Cassimiro Balsa

**MONTES CLAROS – MG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS
MARÇO DE 2011**

S586e Silva, Leni Maria Pereira.
Um estudo das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema
pobreza [manuscrito] / Leni Maria Pereira Silva. – 2011.
181 f. : il.

Bibliografia: f. 176-181.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -

Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Social/PPGDS, 2011.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Rodrigues.

Coorientador: Prof. Dr. Phd. Cassimiro Balsa.

1. Famílias - Pobreza. 2. Estratégias - Sobrevivência. I. Rodrigues,
Luciene. II. Balsa, Cassimiro. III. Universidade Estadual de Montes
Claros. IV. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – Unimontes
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

Dissertação intitulada: UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS EM EXTREMA POBREZA de autoria da mestranda Leni Maria Pereira Silva, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª. Dra. Luciene Rodrigues - Orientadora

Prof. PhD. Casimiro Balsa – Nova Universidade de Lisboa - Co-Orientador

Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos – UNIMONTES

Profª. Dra. Rosemere Maia - UFRJ

Dedicatória

*Ao Ícaro que me mostrou que as árvores dançam.
Ao Heitor bálsamo para meu espírito.*

Agradecimentos

Nenhum trabalho se constrói sozinho, tem sempre um alguém que pode contribuir e partilhar ideias, concepções e correções. Nestas linhas tentarei retratar estes “alguéns”, pessoas importantes e solícitas com minhas criações e ideais.

A Deus que sempre em minha travessia me reservou o que tinha de melhor. E aos espíritos que regem minha vida.

À minha família por ter provocado o nascimento de quem sou.

À minha sogra, Dona Zizi, espírito evoluído e iluminado que com suas orações me protege em meu caminhar.

Ao Ícaro e Heitor anjos que chegaram para me mostrar que eu podia muito mais e, que sou capaz chegar até onde possível for, com eles em meu colo.

Ao Luciney em sua sabedoria e dedicação.

Agradeço à Cláudia e Naione, meus braços e meu colo para meus filhos em minhas ausências.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais e do Curso de Serviço Social da Unimontes, especialmente, à Profa. Maria da Luz que comemorou meu ingresso no PPGDS.

Agradeço a espera e paciência das minhas “antigas” orientandas de TCC do Curso de Serviço Social Unimontes, Mariana, Polyana e Acácia e às “atuais” Débora e Sabrina.

À Turma do 7º período de Serviço Social Unimontes, meus queridos “chatos” pela torcida neste processo que se finda.

Agradeço às equipes do ESF do Povoado São Geraldo II e Cidade Industrial.

À equipe do Programas de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil – PAIR Norte e à Pró-Reitoria de Extensão na pessoa da Profa. Marina Ribeiro de Queiroz.

Agradeço a Luciana Lemos pessoa que nesta travessia se revela amiga e acolhedora. Nestas lutas travadas de silêncio e rompante, aprendemos juntas que é “preciso perder para poder ganhar” e, que cada travessia se constrói e reconstrói um “novo jeito de caminhar”. Temos nos construído e reconstruído. Sei que sua partilha tem sido essencial neste trabalho e em minha existência.

Ao Sr. Antunes por sua presteza e atenção.

Agradeço à Denise Alencar outra amiga que chega serena e iluminada. Suas orações são sentidas.

Agradeço Acácia Cruz em sua dedicação e cuidado e cumplicidade. Você é um anjo.

Ao Rodrigo Queiros “menino” que traz consigo a garra e a ternura.

Tenho um agradecimento fraterno a você Ana Maria Lacerda, mulher elegante e leve. Sua chegada em minha vida foi providencial, sua luz tem me feito perene diante de minhas insensatezes. Amiga! entramos e saímos juntas.

Agradeço aos professores do PPGDS pelas contribuições ao longo deste período.

À minha orientadora Profa. Dr. Luciene Rodrigues (Unimontes) que sinto orgulho e satisfação de tê-la como condutora deste desafio. Sua presença e confiança foram imprescindíveis.

Agradeço ao Prof. Phd.Casimiro Balsa (Universidade Nova de Lisboa) que em momentos essenciais conduziu conosco o trabalho.

Ao Prof. Dr. Gilmar Ribeiro (Unimontes) e à Profa. Dra. Luci Martins (Unimontes) pelas importantes contribuições no processo de qualificação.

À Profa. Dra. Rosemere Maia da Escola de Serviço Social UFRJ e ao Prof.Dr. Gilmar Ribeiro (Unimontes) por terem aceito o convite de compor a banca avaliadora deste trabalho.

Agradeço às famílias que compartilharam comigo suas histórias e estratégias de sobrevivências. Que revelaram criatividade em um mundo de incertezas e asperezas.

RESUMO

Este estudo traz análises acerca das estratégias de sobrevivências empreendidas pelas famílias em extrema pobreza residentes no Povoado São Geraldo II e no bairro Cidade Industrial do município de Montes Claros. Partindo da compreensão de que a pobreza impede a satisfação das necessidades e corrobora para a precariedade das relações familiares e inserção social, apresenta reflexões sobre conceitos e constituição de pobreza, família, estratégias de sobrevivência e tipologias. Objetivando garantir o objetivo central de identificar e analisar as estratégias de sobrevivência vivenciadas, pautou-se em uma metodologia qualitativa de cunho analítico que obedeceu a um rigor teórico conceitual. Compõe-se de pesquisas bibliográfica, documental e de campo, tendo sido utilizadas entrevistas semi-estruturada para coleta dos dados. Para análise dos dados foram aplicadas as tipologias de Balsa et al (2000) e Sposati (1985) que culminaram na criação de uma nova tipologia pautada em práticas que se configuram como estratégias de sobrevivência. As famílias entrevistadas apresentam um quadro social de extrema pobreza alimentado por precariedades relacionadas à renda, escolaridade, habitação, alimentação, saúde, serviços sociais, entre outros. A inércia do Estado frente aos múltiplos problemas das famílias faz com se acirre mais as desigualdades e aumente a pobreza. As estratégias de sobrevivências indicam as capacidades das famílias em enfrentar a pobreza por meio de *recursos, solidariedades e práticas*. Entretanto, revelam a base desigualdade, social e econômica, em que estão instaladas as famílias e, ainda, que o desenvolvimento social só será alcançado quando todas as formas de limitações forem superadas por meio da constituição de ações públicas que revitalizem as famílias e garantam a dignidade destas.

Palavras-Chave: Pobreza, Famílias e Estratégias de Sobrevivência

ABSTRACT

This study provides analysis about the survival strategies undertaken by households in extreme poverty living in the Village and St. Gerard II Industrial City in the neighborhood of the city of Montes Claros. Based on the understanding that poverty prevents the satisfaction of needs and confirms the precariousness of family relationships and social integration, presents reflections on concepts and creation of poverty, family survival strategies and typologies. In order to ensure the main objective to identify and analyze the survival strategies of experienced, was based on a qualitative methodology of an analytical rigor that followed a theoretical concept. It consists of research literature, documentary and field, having been used semi-structured interviews for data collection. For data analysis were applied types of Balsa et al (2000) and Sposati (1985) that culminated in the creation of a new typology grounded in practices that constitute survival strategies. The families interviewed have a membership of extreme precariousness powered by poverty-related income, education, housing, food, health, social services, among others. The inertia of the state of the multiple problems facing families makes more intensifies inequalities and increasing poverty. Survival strategies indicate the capacity of families to fight poverty through resources, and practices solidarity. However, they reveal the basic inequality, social and economic, that are installed in households and also that social development is achieved only when all forms of limitations are overcome through the establishment of public actions to revitalize families and ensure dignity of these.

Keywords: Poverty, Families, and Survival Strategies

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Arranjos familiares no fim do século XX _____	91
FIGURA 2 - Tipologias com base nos estudos de Sposati (1985) _____	106
FIGURA 3 - Visão panorâmica da entrada do bairro _____	120
FIGURA 4 - Realidade vivenciada pelas famílias residentes _____	120
FIGURA 5 - Igreja São Geraldo II _____	125
FIGURA 6 - Realidade do bairro: ruas sem pavimentação e esgoto a céu aberto _____	125
FIGURA 7 - Fluxograma das Tipologias das estratégias de sobrevivência das famílias pobres _____	142
FIGURA 8 - Vetores de análise construídos _____	149

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Distribuição percentual dos rendimentos, por origem segundo classes de rendimento familiar per capita Brasil – 2009 _____	43
GRÁFICO 2 - Distribuição percentual dos rendimentos nos arranjos familiares com rendimento familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo, segundo a origem dos rendimentos - Brasil - 1999/2009 _____	44
GRÁFICO 3 - Distribuição dos arranjos familiares, segundo as classes de rendimento familiar per capita nas Regiões Nordeste e Sudeste – 2009 _____	45
GRÁFICO 4- Distribuição percentual dos rendimentos, por origem dos rendimentos, segundo as classes de rendimento familiar per capita – Brasil 2009 _____	46
GRÁFICO 5 - Distribuição percentual dos arranjos familiares com parentesco, residentes em domicílios particulares, segundo o tipo Brasil - 1999/2009 _____	90
GRÁFICO 6- Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição de percentual por rendimento per capita, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência – Brasil – 2009 _____	94
GRÁFICO 7 – Decomposição da Renda Geral das famílias pesquisadas famílias _____	159

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Princípios organizadores da política social no Brasil segundo Melo (2007) _ 54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Elevado _____	48
TABELA 2 - Dados socioeconômicos de Montes Claros – MG _____	115
TABELA 3- Oferta de serviços sociais públicos no município de Montes Claros _____	118
TABELA 4 -Perfil dos bairros Cidade Industrial e Povoado São Geraldo II _____	126
TABELA 5 – Perfil das famílias entrevistadas neste estudo _____	129
TABELA 6 - Tipologias das estratégias de sobrevivência enquanto <i>Recursos</i> _____	143
TABELA 7 - Tipologias das estratégias de sobrevivência enquanto solidariedade _____	145

SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Alta Complexidade
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CEF – Caixa Econômica Federal
CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CNUCED - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S/A
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF- Estratégia Saúde da Família
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM – Índice de Pobreza Multidimensional
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MC – Média Complexidade
PAC - Programa de Apoio à Criança
PBF – Programa Bolsa Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNUD – *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*
PPGDS – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social
PSB – Proteção Social Básica
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano
SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica
SIS – Síntese de Indicadores Sociais
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

Introdução _____	17
------------------	----

CAPITULO I

DESIGUALDADE, POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL _____	23
1.1 – Breves considerações acerca da desigualdade _____	23
1.2- Questão social e pobreza _____	25
1.3 – Pobreza: entre a naturalidade e a determinação _____	28
1.4 - Pobreza sob dois prismas: unidimensional e multidimensional _____	33
1.5 - Pobreza no Brasil _____	38
1.6 - Breves reflexões acerca de algumas propostas de enfrentamento da desigualdade e da pobreza _____	49
1.7- Proteção Social no Brasil: Destaque ao enfrentamento da pobreza _____	55
1.8 - Políticas Sociais para o enfrentamento da pobreza _____	61

CAPÍTULO II

TRANSFORMAÇÕES E NOVOS PADRÕES DE VIDA FAMILIAR _____	65
2.1- Família: uma instituição inquietante _____	65
2.2 – Família entre a reprodução material e a reprodução da vida social _____	75
2.3 - A Família enquanto uma instituição social _____	80
2.4 - Onde e quando “nascem” as famílias brasileiras pobres? _____	83
2.5- Arranjos familiares na sociedade contemporânea _____	88
2.6 - Vulnerabilidade e risco nas famílias _____	95

CAPÍTULO III

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E FAMÍLIAS POBRES _____	99
3.1 - Estratégias de sobrevivência enquanto conceito _____	99
3.2 - Estratégias de sobrevivência enquanto categoria de análise _____	102
3.2.1 -Tipologias de estratégias de sobrevivência _____	102
3.3 – Estado, matricialidade familiar e estratégias de sobrevivência _____	107

CAPÍTULO IV

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS POBRES	114
4.1 - Das localidades e dos sujeitos de pesquisa	115
4.1.1 – O município de Montes Claros – MG	115
4.1.2 - Breve caracterização da rede de serviços sociais públicos	116
4.1.3 – Das localidades: Cidade Industrial e Povoado São Geraldo II	117
4.1.4. - O Bairro Cidade Industrial	119
4.1.5 - O Povoado São Geraldo II	122
4. 2 – Dos sujeitos da pesquisa	125
4.3 – Trajetórias de vida das famílias pesquisadas	133
4.4 -As tipologias utilizadas para identificar as estratégias de sobrevivência famílias em extrema pobreza	141
4.5 - Estratégias de sobrevivências enquanto práticas	147
4.5.1 - Práticas coletivas e de sociabilidade	151
4.5.2 - Prática de inserção social	155
4.5.3 - Práticas de sustentabilidade:formal e informal	158
4.5.4 - Práticas de risco	161
4.5.5 - Praticas em rede social	164
CONCLUSÕES	169
REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz uma análise das estratégias desenvolvidas por famílias em extrema pobreza para a garantia da sobrevivência em seu cotidiano. Parte do pressuposto de que as estratégias de sobrevivência enquanto instrumentos de superação da pobreza se configuram enquanto recursos de mobilização importantes para a sobrevivência das famílias e ao mesmo tempo, podem ser compreendidas como um indicador das vulnerabilidades em que estão inseridas as famílias mediante as transformações socioeconômicas.

Vinculadas a um conjunto de práticas que acabam por unificar as ações de todos os componentes do grupo familiar as estratégias estão ligadas ao trabalho, ao não trabalho, à solidariedade, ao consumo e reivindicações e, tem seus primeiros estudos acadêmicos datados da década de 1970 em virtude da crise econômica pós as décadas gloriosas.

As estratégias de sobrevivência colaboram para que os componentes reúnam as rendas advindas de várias linhas de trabalho, possibilitando a satisfação das necessidades, ou que pelo menos, arcar com as despesas mínimas. Além da dimensão renda/materialidade, implica ainda recursos/práticas simbólicas, subjetivas, em rede, implicando ainda perceber a relação entre Estado e Sociedade Civil.

Famílias em extrema pobreza que se encontram fora do mercado formal de trabalho, que na maioria dos casos, não possuem segurança ou proteção previdenciária, lançam mão de várias formas que estão ao seu alcance para prover seu sustento e suprir suas necessidades, sendo suas capacidades testadas cotidianamente. Diante deste contexto, as questões que norteiam o presente estudo, são: *(i)* Como as famílias em extrema pobreza fazem para maximizar os seus recursos em cotidianos marcados por pobreza, analfabetismo, baixa escolaridade e exclusão? *(ii)* Quais as estratégias e que tipos de recursos mobilizam para sobreviver e superar as adversidades socioeconômicas? *(iii)* As estratégias criadas visam suprir que tipos de necessidades? *(iv)* Tais estratégias têm contribuído para a superação da pobreza vivida ou apenas conformado o cotidiano das famílias extremamente pobres?

É um exercício complexo compreender as famílias em seu cotidiano, principalmente porque estas mudam, reorganizam-se, produzem e reproduzem novas formas de viver a partir do momento que constatarem que para a sobrevivência a questão monetária é fundamental, estabelecem em seu cotidiano um movimento efervescente de luta e resistência. Ao se falar em estratégias de sobrevivência este trabalho retrata a respeito da vida, de como

ela se desenvolve dentro daquilo que é concreto na existência das pessoas, a necessidade de sobrevivência. O contexto de vida em que estão inseridas as famílias leva o sujeito a ser criativo e esperto na busca diária de superação das adversidades advindas de uma situação de desigualdade e pobreza. Lutam, reinventam a vida a partir dos recursos que dispõem. Diante das adversidades são solícitos, ofertam e agradecem à ajuda, acolhem e compartilham as dificuldades.

Portanto, analisar os modos de vida e as estratégias de vida das famílias em situações de extrema pobreza se constitui o objetivo geral desta pesquisa e neste percurso, especificamente, busca-se compreender o fenômeno da pobreza e seus rebatimentos nas famílias pobres que lançam mão das estratégias como mecanismo de enfrentamento da pobreza ou extrema pobreza.

No que se referem aos referências teóricas metodológicas do trabalho, as categorias chaves são família, pobreza e estratégias de sobrevivência. O referencial teórico que sustenta as discussões sobre família, famílias pobres e estratégias de sobrevivência tem como base: Ariès (1981); Ariès e Duby (2009) Carvalho (2003), Costa (2004), Engels (2000); Sarti (2005); Miotto (2000); Szymanski (2002) e outros que são base conceitual e teórica nestas categorias.

Os estudos recentemente produzidos por Santos (2007;2009), Stotz (2005), Schwartzamn (2007), Rocha (2006); Balsa (2006), Sen (2000), Castel (2004), Yamamoto (2001;2005;2008), Yazbek (1999) e outros constituem a discussão histórica e conceitual a respeito do fenômeno da pobreza a partir de uma leitura dos processos de desenvolvimento social e econômico erigidos na sociedade.

Discutir pobreza e família torna-se um desafio devido à complexidade destes dois conceitos. Por sua vez, refletir acerca das estratégias de sobrevivência das famílias extremamente pobres se constitui numa necessidade, primeiro porque para alguns as estratégias diz “de um não lugar” dos indivíduos que a estas recorrem para a satisfação das necessidades e, para outros, representa a resistência das famílias em maximizar sua renda a partir da criação e/ou reprodução de algum mecanismo de enfrentamento da pobreza. O segundo motivo ancora-se na tentativa de trazer para a discussão as capacidades dos pobres de revelar suas lutas e histórias. Ainda, compreender o que o Estado tem feito para intervir no ciclo de pobreza na perspectiva de sua erradicação de que modo tem assumido (ou não) a responsabilidade para com a proteção social a todos os segmentos que compõem a sociedade, especialmente os mais desfavorecidos.

O presente trabalho busca analisar as estratégias de sobrevivência sobre o prisma da totalidade por se inserirem em um contexto de pobreza e ausência de proteção social. Por se situarem em meio a um contexto de contradições e desigualdades.

A pobreza passa a ser analisada a partir de um exercício dialético, na perspectiva de encontro da trajetória de vida do sujeito e o movimento que ele faz ao construir sua própria história. A partir da relação com a pobreza e as determinações que esse fenômeno causa no cotidiano das famílias, busca-se compreender as dimensões que a pobreza representa na sociedade, empreendendo uma reflexão sobre suas multidimensionalidades.

Estas situações sinalizam a necessidade de aprofundar o estudo a partir do contexto desenhado pelos próprios sujeitos no enfrentamento cotidiano da pobreza. Os sujeitos constroem sua história, falam da forma de como vivenciam a pobreza e isso pode ser revelador.

A busca pelo modelo de felicidade fez com que as relações em família fossem constituídas de idealizações e isso inviabilizou que a família fosse entendida, também, como lugar de contradições. É desse lugar que se fala das famílias, o espaço das relações reais, um espaço composto de afeto e conflito, ambos necessários para que o sujeito se desenvolva e forme a sua identidade.

As famílias marcadas pela pobreza convivem com adversidades advindas de várias situações, tanto individual como coletivas e macro estruturais, que afetam e delineiam seu cotidiano. Estes fatores ligados a ausência de renda e do não acesso à proteção social têm contribuído para a permanência das famílias em situações de extrema pobreza, forçando-as a recorrer às estratégias de sobrevivência que não tem contribuído significativamente para a satisfação de suas necessidades. É, pois esse contexto e seus rebatimentos que se procura desvelar nesse estudo.

O interesse por esta temática advém de inquietações decorrentes da minha atuação como Assistente Social em campos de estágios de Desenvolvimento de Comunidade e na área de saúde na Estratégia Saúde da Família¹ situadas em áreas mais pobres da cidade de Montes Claros- MG, os bairros Cidade Industrial e Povoado São Geraldo II quando realizei uma pesquisa com as famílias que residiam na área adstrita² no período de 2004 a 2006. Dessa experiência surgiram alguns questionamentos que requeriam aprofundamento científico no

¹ O Programa Saúde da Família é a porta de entrada do usuário no Sistema Único de Saúde (SUS). Implantado no país em 1994 o PSF tem como missão a prevenção a promoção e a recuperação da saúde. Em Montes Claros até 2007 eram 64 Unidades de Saúde da Família.

² Área de atuação do PSF – atende 1062 famílias e 4000 mil pessoas e conta com uma equipe mínima composta por 1 médico, generalista, 1 enfermeiro, 1 técnico enfermagem e 5 agentes comunitários de saúde.

tocante às condições de vidas dessas famílias que passavam pelo atendimento do Serviço Social.

No período de 2004 a 2006 para o levantamento das condições de vida dos moradores do Povoado São Geraldo II e Cidade Industrial foram aplicados questionários por meio de visitas domiciliares seguidos de entrevistas. No Povoado São Geraldo II foram aplicados 309 (trezentos e nove) questionários que alcançou 1332 moradores. No bairro Cidade industrial foram aplicados 286 questionários perfazendo 745 moradores. O banco de dados foi criado sob nossa coordenação como Assistente Social e alimentado pelos estagiários do Curso de Serviço Social das Faculdades Santo Agostinho.

De posse do banco de dados realizou-se uma análise das condições de vida das famílias com a perspectiva de elencar as estratégias desenvolvidas pelas famílias. Considerando o tipo de arranjo familiar, a escolaridade, a renda, as formas que desenvolvem para o provimento das necessidades, origem da renda e aplicação da mesma no cotidiano das famílias, além de oferecer dados sobre o número de pessoas que compunham a família, profissão, documentação pessoal, problemas relacionadas à saúde, condições habitação, algum tipo de dependência química, acesso aos serviços públicos, inserção em programas de transferência de renda e tipos de violências.

Entretanto, as famílias, em alguns casos, segundo o próprio banco de dados apresentavam repetidas estratégias. A partir dessa constatação foi realizada uma seleção das famílias privilegiadas que apresentavam para além da necessidade material, estratégias de sobrevivência coletivas, do agrupamento familiar para o enfrentamento da pobreza. Este foi o percurso para a seleção de dez famílias que trazem suas histórias de vida e suas estratégias de enfrentamento às adversidades socioeconômicas.

A partir da análise das entrevistas foi possível relacionar as formas de solidariedade primária criadas para o enfrentamento da pobreza com as diretrizes delimitadas nos estudos de Sposati (1985) que se referem às seguintes ações de grupo: *a solidariedade conterrânea e parental; a solidariedade apadrinhada e a solidariedade missionária*. E para trabalhar as estratégias desenvolvidas no interior da vida das famílias entrevistadas outros autores contribuíram como: Carvalho (2005); Martins (2008); Sarti (2003); Gueiros (2002) entre outros. Porém, cabe destacar que a análise teve como norte principal as tipologias das estratégias delimitadas na obra de Balsa (2009) e Balsa Carneiro e Barreto (2000), que orientaram a criação de uma tipologia específica deste estudo, que percebe as estratégias enquanto práticas de enfrentamento à situação da pobreza a partir da mobilização de recursos materiais e de recursos simbólicos.

As famílias pobres estão inseridas em uma multiplicidade de privações que envolvem renda, ativos materiais, acesso a serviços, entre outros que dificultam a superação das condições de pobreza. Diante das privações que padecem sobre o seu cotidiano as famílias apresentam potencialidades de mobilização, articulação transformados em ações de enfrentamento da pobreza.

A definição das estratégias de sobrevivência como via de acesso ao problema da extrema pobreza e das representações que a família tem para a sociedade não foi uma escolha casual. Elas foram se constituindo devido a sua importância no provimento e na cultura do emprego formal. Assim, as estratégias de sobrevivência se configuram como resistência histórica de famílias pobres, sinônimo de sua vulnerabilidade e perpetuação na pobreza, uma vez que dificilmente serão absorvidas pelo emprego formal. Surgem como um alento, um esforço coletivo de enfrentamento à fome e aos males advindos de uma velha “questão social” e, são resistências diante do sistema e do Estado que de um lado, não é capaz de apresentar respostas ao suprimento das necessidades básicas a despeito do esforço recente de tomar para si parcela da responsabilidade para com os problemas sociais. De outro lado, muitas famílias não conseguem acessar os dispositivos por motivos diversos, num ciclo em que não raro o Estado não consegue “chegar até elas” e vice-versa, ou age sem, no entanto conseguir ser efetivo na mudança da situação.

No intuito de analisar as estratégias oriundas do cotidiano das famílias entrevistadas foram levantadas suas histórias de vidas por meio das entrevistas semi-estruturadas e aplicados vetores elencados por Balsa (2009) e Sposati (1985).

O texto encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro trata da pobreza em sua multidimensionalidade, discutindo conceitos e configurações sociohistóricas. Destaca-se ainda a pobreza como uma das refrações da questão social, entendendo-a na sua relação com o sistema capitalista, com as lutas sociais e as ações do Estado voltadas para o atendimento e enfrentamento desta problemática.

No segundo capítulo, apresentam-se diversas conceituações sobre família, além de tratar da especificidade da família em extrema pobreza, revelando sua história e desenvolvimento, localizando-as na cena econômica e política. Discute-se a constituição e função da família no decorrer da história, bem como o papel do Estado em relação a esta instituição.

O terceiro capítulo aborda conceitos, tipologias e reflexões sobre as estratégias vivenciadas pelas famílias pobres e em extrema pobreza para garantir a sua existência em contextos marcados ou não por exclusão social.

No quarto e último capítulo, apresentam-se os resultados das análises realizadas. Este capítulo descreve e analisa as estratégias empreendidas pelas famílias em um cotidiano marcado pela extrema pobreza, procurando desvelar se as estratégias têm, de fato, se constituído como mecanismo que contribui para a superação ou para a manutenção da pobreza. Por meio dos vetores de Balsa (2009) e Balsa *et.al* (2000) denominados pelo autor de recursos normativos, recursos contra normativos, recursos alternativos e recursos coletivos e com o suporte dos vetores de Sposati (1985) vinculados à solidariedade conterrânea e parental, solidariedade apadrinhada e solidariedade missionária foram criadas as tipologias que são aplicadas para analisar as estratégias de sobrevivências indicadas pelas famílias entrevistadas. As práticas de coletividade e sociabilidade, práticas de inserção social, práticas de sustentabilidade - formal e informal, práticas de risco e práticas em rede social.

As estratégias de sobrevivência passam a ser compreendidas enquanto um espaço de ação concreta que demonstram fragilidades, riscos em que estão expostas as famílias em extrema pobreza. Suas práticas exigem força, resistência cotidiana e luta em meio à precariedade econômica e social em que estão instaladas. É neste momento que passa-se fazer a defesa das práticas, por reconhecer que uma prática é constituída de ações ativas e simbólicas dos sujeitos. Pelas práticas os sujeitos têm que acionar suas próprias forças, unir esforços em virtude da ausência de proteção social.

CAPÍTULO I DESIGUALDADE, POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo, examina-se desigualdade, pobreza e proteção social mediante suas representações na vida social. A desigualdade entendida enquanto processo histórico fundado no desenvolvimento da sociedade capitalista e sendo asseverada a cada modelo de acumulação. Por meio da desigualdade outras situações complexas da vida em sociedade foram se revelando como a pobreza, a questão social e a desproteção social. No tocante a pobreza tem-se a necessidade de compreendê-la como uma categoria social relacionada à diversidade de fatores de ordem cultural, regional, territorial, econômica, política e social. Tal discussão faz-se necessária posto que nosso objeto de estudo se relaciona exatamente às estratégias criadas por este grupo social – os pobres – para garantir sua sobrevivência.

Apesar das inúmeras definições e contradições que cercam os estudos sobre pobreza, parece ser consenso o fato de que ela sempre esteve presente na história da humanidade, porém com conotações e causas diferentes, constituindo-se um fenômeno social, sobretudo, do capitalismo industrial.

Em se tratando da proteção social traz uma análise a respeito das ações que o Estado tem desenvolvido no âmbito das políticas sociais de cunho protetivo para o enfrentamento da pobreza, procurando desvelar alguns impactos destes serviços e programas na vida das famílias pobres.

1.1 Breves reflexões acerca da desigualdade

Segundo Tavares (2009), a “acumulação de riqueza e desigualdades são indissociáveis do desenvolvimento capitalista” e, dentro de uma perspectiva de totalidade, desde a acumulação primitiva, tempos remotos do capitalismo e seus desdobramentos agregados a tempo, tecnologias e novas modalidades de consumo, o capital subordina o trabalho e (re) produz pobreza e miséria.

Em meio à transição do capitalismo primitivo ao industrial, processos de acumulação mediados por exploração, apropriação da propriedade, ampliação das formas de exploração, êxodo rural asseveraram, ao longo de seus trezentos anos, a desigualdade e pobreza.

A respeito do contexto histórico de desigualdade que constitui as relações sociais Tavares (2009) pondera que:

Todas essas formações sociais são compostas por classes antagônicas, isto é, por dominantes e dominados, semelhança que não as tornam iguais. No escravismo e no feudalismo, a exploração tinha limites biológicos, porque o homem era um meio para a produção. Na sociedade capitalista, a vida do trabalhador não impõe limites à produção. Ainda assim, todas têm em comum a desigualdade, mas isso não é argumento suficiente para afirmar que a divisão da sociedade em classes seja algo natural. (TAVARES, 2009, p. 240).

Nesta perspectiva analítica não existe possibilidade de que a desigualdade revelada por meio dos meios de produção aplicados ao longo do desenvolvimento das sociedades seja algo natural, uma vez que, sua forma e construção estão vinculadas ao desenvolvimento dos meios de produção e acirraram por meio da divisão de classes. Existe na concepção da autora uma determinação social para que os fatos se processem ao longo da história e não por uma ação natural sem precedentes históricos.

Para um contexto de desigualdade é necessário que alguém ganhe, domine e explore e que outro esteja sob o julgo e mando de outro mais forte e detentor de poder e propriedade. A lógica que conduz o sistema capitalista se centra na perda de muitos para o acúmulo de poucos. A desigualdade está na relação social como um eixo importante, é por meio das condições de desigualdade que existe exploração, dominação e exclusão. É por meio dela que artesões, agricultores foram destruídos pela a Revolução Industrial e pelo advento da maquinaria. E foi neste momento da história que a máquina reduz o trabalho vivo, como substitui trabalhadores sem nenhuma interrupção no processo de trabalho (TAVARES, 2009).

Com a chegada da maquinaria os trabalhadores passam a possuir apenas a força de trabalho para compra/venda. Essa nova identidade passa a ser representada pela condição salarial e pela produção de bens e serviços.

Cabe que se explicita a luta do capital para adequar a base técnico-material ao seu propósito de expansão e acumulação. Três formas de produção de mercadorias traduzem essa trajetória: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria. “A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui historicamente o ponto de partida da produção capitalista” (TAVARES, 2009, p.246).

Essa mudança fez com que milhares de camponeses, aldeões, pequenos agricultores fossem expulsos de suas terras para a criação em massa de ovelhas. As aldeias

eram devastadas pelas queimadas e transformadas em grandes pastagens, tendo em vista o desenvolvimento da indústria de lã no século XVIII (Tavares, 2009). Por fim, parte do mundo, da Europa, África do Norte e América Latina, os antigos artesãos foram destruídos pela indústria moderna, que se expandia para o mundo e impondo aos antigos produtores diretos a condição de trabalhadores assalariados (TAVARES, 2009, p.246).

Assim, desigualdade em seu sentido etimológico está na ausência de igualdade e liberdade. E, mesmo estando os sujeitos em uma mesma sociedade não representaria dizer que são iguais e livres uma vez que a liberdade e a igualdade do trabalhador só existem no ato da venda de sua força de trabalho, tornando-se o trabalhador absolutamente impotente, em termos de escolha, no processo de produção.

As formas adotadas de acumulação, desde o feudalismo à chegada da industrialização que fez adoção de métodos de acumulação rápida por série (fordismo) ou flexível (toyotismo) asseverou a pobreza bem como, enraizaram a desigualdade entre os sujeitos na sociedade. O crescimento vertiginoso da pobreza ofuscava a capacidade social de produzir riqueza, impondo à sociedade situações que, a própria sociedade, não encontrava resposta.. Quanto mais gerava riqueza, mais se acirrava a desigualdade de condições de vida. A classe majoritária não tinha acesso efetivo aos bens e serviços produzidos, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente. Passaram a ter a força de trabalho e o trabalho o único instrumento de manutenção da sua sobrevivência.

O desenvolvimento das forças produtivas traz a pobreza enquanto uma das dimensões da desigualdade, uma vez que, a implantação das relações antagônicas estruturas por meio do domínio da propriedade de da força de trabalho colocou milhares de pessoas em situação de extrema pobreza por falta de renda, emprego e proteção social. Esta situação expressa pela o aparecimento do pauperismo trouxe ao contexto a questão social. Um fenômeno engendrado na sociedade capitalista em virtude da precariedade das condições de vida por via da perda do trabalho e da precarização das relações sociais.. Sobre a questão social o item a seguir trará suas contribuições reflexivas.

1.2 - Questão social e pobreza

Para entender o significado da questão social³ faz-se necessário percebê-la enquanto marco da teoria social crítica fruto do sistema capitalista, sendo indissociável do

³ Questão social aqui entendida como: “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente

processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras. Tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa, ela não é um fenômeno recente. Segundo Iamamoto (2001), a expressão questão social é estranha ao universo marxiano, pois sua primeira aparição consta de 1830. Entretanto, os processos que ela traduz encontram no centro das análises de Marx sua explicação.

Para Netto (2001), toda a literatura que trata do assunto sugere que a expressão questão social tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos, sendo que o termo aparece na terceira década do século XIX. A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no fim do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. A pauperização (absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo (NETTO, 2001, p.42).

O agravamento da pobreza foi denominado de pauperismo, estritamente ligado ao contexto socioeconômico engendrado pelo sistema capitalista. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma reversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”. Para Netto (2001), portanto, é o desenvolvimento capitalista que produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”, esta não é uma sequela adjetiva e transitória do regime do capital.

Segundo J. Commaille⁴ *apud* Balsa (2006), a gênese da questão social está no processo de pobreza generalizada das classes trabalhadoras, motivada, essencialmente, pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e por uma desorganização das referências nos planos cultural e moral. A partir da sua existência que as populações afetadas reivindicarão liberdade, igualdade e fraternidade, conquistas da burguesia com o advento da Revolução Francesa. Balsa (2006) acrescenta que:

A tripla natureza da questão social se assenta: 1) na existência de problemas sociais importantes; 2) na generalização da situação das camadas cada vez maiores da população e 3) o medo que faz nascer a perspectiva de uma explosão social nos grupos mais favorecidos (J. Commaille, 1997, p. 16). De acordo com Jacques Commaille (*idem*, p.13-51) a questão social não resulta apenas da adição dos múltiplos problemas sociais que estas populações enfrentavam, mas residia mais numa falência geral dos mecanismos de socialização que punham em causa a participação social dos indivíduos (J. COMMAILLE *apud* Balsa, 2006, p.18).

social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2005, p.27).

⁴ Ver em COMAILLE, J. *Les nouveaux enjeux de la question sociale*. Paris. Hachete. 1997.

Entendida enquanto um problema de ordem estrutural, a questão social se apresenta enquanto um desafio e inquietação. Se por um lado foi revelada por quem vivia à margem da sociedade de consumo, que fez ecoar suas necessidades e formas de vida exploradas pela ordem vigente, por outro, fez suscitar nas instituições, implacavelmente, a necessidade de construção de respostas emergentes aos conflitos hesitantes entre a classe que detinha os meios de produção (que por sua vez poderia exercer os ideais da Revolução) e a classe majoritária que além de defender sua existência manifestava o direito de viver nas mesmas condições de quem comprava sua força de trabalho.

Vale destacar que quando se remete ao quadro originário da questão social, retrata-se o modelo de produção e reprodução das relações sociais orquestrado pela desigualdade de condições entre as classes. Inscrita em um momento histórico, sendo a questão social uma inflexão desse processo – trata-se da produção e reprodução – movimentos inseparáveis na totalidade concreta – de condições de vida, de cultura e de produção de riqueza (BEHIRING; BOSCHETTI, 2006).

As estratégias de enfrentamento da questão social, segundo Yamamoto (2008), devem ter caráter universalista e democrático, tendo como ação prática a instauração das instâncias de controle social, estritamente vinculada à participação da população na aplicação, desenvolvimento e condução dos recursos públicos e políticas sociais. Implica partilha de poder, bem como a existência de outra ordem societária. A segunda estratégia seria a articulação das políticas sociais no âmbito da sociedade civil organizada com o fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e da necessidade da organização para a sua defesa. E terceiro, a retomada do trabalho de base com a aplicação de um tripé estratégico para sua afirmação a partir da educação, mobilização e organização popular, consubstanciados em uma qualidade política participativa, na qual o ato coletivo se dá no campo do embate e na construção de uma democracia.

A desigualdade social está inscrita na relação de exploração dos trabalhadores e as repostas engendradas pelas classes sociais e seus segmentos, a exemplo das políticas sociais, expressam-se na realidade de forma multifacetada através da questão social. E a partir da não inserção de um significativo número de indivíduos ao mundo do trabalho, a tendência é a expansão do exército industrial de reserva e o surgimento de uma superpopulação relativa em larga escala. A luta de classes irrompe, contundentemente, em todas as suas formas, pondo a questão social exposta: de um lado o medo (burguesia), do outro a insatisfação (proletariado), tendo como uma das suas principais refrações a pobreza, questão abordada no item a seguir.

1.3 – Pobreza: entre a naturalidade e a determinação

A pobreza está em toda a parte, mas sua definição é relativa a uma determinada parcela da sociedade. Para Santos (2009), a pobreza é historicamente determinada e fazer comparações de diferentes séries, invariavelmente, leva a imprecisões que pouco contribuem para seu deciframento. Afirma que a medida da pobreza é dada, antes de qualquer coisa, pelos adjetivos que a sociedade determinou para si própria, entendendo que definições numéricas e conceituais que a sociedade determina são inúteis por ser a pobreza um fenômeno construído por fatores econômicos, políticos e sociais.

Portanto, a pobreza não pode ser percebida apenas como uma categoria econômica, mas política, acima de tudo. Neste sentido, trata-se de um problema social, ou, como afirma Buchanan:

O Termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura (BUCHANAN⁵ *apud* SANTOS, 2009, p.18-19).

Como visto, apesar da pobreza sempre existir, sua complexificação e ou reconhecimento enquanto fato produzido se vincula ao aparecimento e ampliação do sistema capitalista. Tanto que sua maior manifestação - o pauperismo - é decorrente do período de implantação da Revolução Industrial. E a Inglaterra, primeiro país de base industrial, também foi o pioneiro no trato da pobreza como um fenômeno social e não natural.

O pioneiro na codificação da pobreza foi Townsend (1962), estudioso que alegava ser a pobreza e a sobrevivência conceitos relativos por estarem sua escassez ou existência vinculadas diretamente a uma época, a um grupo ou sociedade.

No intento de apresentar uma explicação para o surgimento da pobreza, Balsa (2006) aponta esta como fruto do sistema capitalista, destacando que mesmo sendo seu criador, o “[...] sistema social é incapaz de apresentar correções para a produção de suas próprias mazelas”. (BALSA, 2006, p. 20). Para o autor, o próprio sistema funcionaria com base na produção de desigualdades e das situações de pobreza e de exclusão social que daí podem decorrer.

⁵ Em BUCHANAN, I. Singapore in Southeast Asia, London, Bell and Sons, 1972.

Nas concepções levantadas pelo autor acerca do fenômeno da pobreza existem três planos teóricos que buscam elucidar o surgimento ou as dimensões da pobreza e da exclusão social, são eles:

No plano sócio histórico o encadeamento causal de processos que conduzem às situações de precariedade. A pobreza aparece assim explicada ao nível do próprio sistema social que se revelaria incapaz ou pouco eficiente na correção de algumas disfunções. No plano sócio institucional procuram dar conta das dinâmicas de produção da pobreza e da exclusão considerando a orientação dos dispositivos ou instituições em torno dos quais se produzem, no interior de uma formação social determinada, as relações sociais de desigualdade. No plano sócio antropológico procura-se dar conta, essencialmente, das formas como as situações se enraízam e se exprimem em situações e em percursos singulares, através do recurso as histórias de vida individuais, familiares ou de grupos. Procura-se, através destes estudos, interrogarem o modo como a pobreza e as suas dimensões se ancoram nas biografias de vida ou como são vividos e geridos os acontecimentos susceptíveis de gerar situações de pobreza ou de exclusão (BALSA, 2006, p.22).

Os três planos apresentados pelo autor revelam o caráter multidimensional da pobreza, reforçando a necessidade das explicações que cercam o fenômeno estarem vinculadas a uma causa histórica, societal e cultural. Assim, trataremos a seguir de algumas abordagens vinculadas às teorias sociológicas e antropológicas que tentam no campo empírico entender como a pobreza surgiu e como vem sendo “experimentada” pelos sujeitos.

A leitura malthusiana a respeito da pobreza aponta para uma reflexão extremada de culpabilização. Sugere controle de natalidade, educação moral e ajustadora de comportamentos, e a erradicação da pobreza a partir da não existência do pobre. Tal leitura não considera a desigualdade e a mudança dos modos de produção como fatores agravantes da pobreza, mas ligada ao aumento da população de pobres, tal como indicado a seguir:

Para Malthus, a causa principal da pobreza era a grande velocidade em que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. O problema se resolveria facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos. Minorar-lhes a miséria só agravaria o problema, pois, alimentados, eles se reproduziriam mais ainda. A melhor solução seria educá-los, para que aprendessem a se comportar; ou então deixá-los a própria sorte, para que a natureza se encarregasse de restabelecer o equilíbrio natural das coisas. Outra versão desta associação entre pobreza e indignidade era apresentada pelo Protestantismo, que via na riqueza material um sinal do reconhecimento, por Deus, da virtude das pessoas, e na pobreza uma clara marca de sua condenação (SCHWARTZMAN, 2007, p.14).

Imbuído dos ideários evolucionistas, Malthus declara sua opção pela classe dominante e sugere medidas extremas para o controle e erradicação da pobreza. Em seus

dizeres o controle da pobreza se não fosse por uma ordem natural, seria então pela iniciativa de métodos controladores da população por meio da combinação de controles positivos (que aumentavam a taxa de mortalidade como a fome, a miséria, as pragas, a guerra) e os controles preventivos (aqueles referentes à redução da taxa de natalidade; incluíam a esterilidade, a abstinência sexual e o controle de nascimentos) (HUNT, 2005).

A partir da aplicação destes controles seria possível reprimir o poder superior da população e manter um coeficiente populacional compatível com a subsistência necessária. Para ele, se a riqueza de alguns aumentasse, a grande maioria reagiria, tendo muitos filhos, e isso seria danoso à ordem social e, com certeza, recuaria o nível de vida à subsistência. Ademais, considerava que a diferença entre rico e pobre centrava-se no alto nível moral do primeiro e o baixo nível moral do segundo.

Por meio da contenção moral, a população seria contida pelo vício ou pela miséria e que ações públicas como as "leis dos pobres" , tendiam a piorar a situação dos pobres por contribuir para o aumento da população, tornando a quantidade de alimentos não suficiente para alimentar uma parte da sociedade mais útil.

Neste contexto, a pobreza toma conotação de fenômeno que demanda estudos devido ao seu aumento e agravamento. Buscava-se averiguar se o aumento da pobreza e de sua forma extrema, o pauperismo, vinculava-se à questão natural, se era uma herança da sociedade anterior, ou decorrência da nova sociedade que se organizava com base no capitalismo (STOTZ, 2005).

Segundo a última tese, a chegada do sistema capitalista e as mudanças aplicadas para o desenvolvimento deste como modo de produção (emprego da maquinaria, acumulação a partir do crescimento econômico e a desigualdade instalada a partir dos antagonismos da sociedade) fez da pobreza seu primeiro fruto.

Em meio à transição do modo feudal para o sistema capitalista e mediante o surgimento de um elevado número de pessoas oriundas do meio rural (sem emprego e renda), devido ainda à perda do emprego e ao asseveramento da luta de classes, surge o pauperismo que representa na era capitalista a perda total da capacidade que a pessoa tem de prover seus mínimos necessários para garantia de sua sobrevivência.

O processo desencadeado pelo capitalismo após introduzir a base industrial superando a base agrícola de subsistência provocou, em escala planetária, uma mudança nos modos de vida das pessoas. A pobreza se asseverou em virtude da perda da condição de provimento das necessidades, pela queda na renda e pelo aparecimento do desemprego. Com o advento do desenvolvimento econômico e o processo de industrialização, erguido pelo

sistema capitalista, aumentou-se a pobreza em virtude da perda do trabalho, meio pelo qual as pessoas tinham formas de subsidiar suas necessidades. Em decorrência disso, pode-se inferir que:

O pauperismo que afetava milhares de pessoas em cidades industriais como Manchester, na Inglaterra, era dramático não apenas porque as pessoas não conseguiam assegurar por si mesmas os meios de sobrevivência, mas porque, tratando de homens e mulheres adultos aptos para o trabalho, elas ultrapassavam aquela categoria de pessoas que poderiam ser aceitas como miseráveis (viúvas e órfãos) e se tornavam igualmente dependentes do auxílio de outras pessoas ou da assistência pública por um período muito longo. Pauperismo é, portanto, a forma absoluta de que se reveste a pobreza no capitalismo (STOTZ, 2005, p.55).

Foi, portanto, a partir da Revolução Industrial, devido à expansão demográfica e ao processo de esvaziamento dos campos, que lançaram milhares de pessoas nas cidades “[...] em condições extremas de privação e pauperismo que a pobreza passa a ser alvo de investigações, principalmente pelo governo inglês (SCHWARTZMAN, 2007, p.91).

Cabe destacar aqui que a sociologia clássica no século XIX buscou compreender a origem da pobreza a partir de dois pressupostos: o primeiro, sob a influência de Weber, possuía um cunho moral, entendendo ser a pobreza consequência da falta de ética no trabalho e sentido de responsabilidade dos pobres. O segundo, construído a partir da perspectiva marxista, considerava a pobreza um efeito inevitável do desenvolvimento da economia industrial e de mercado que fez acirrar a luta de classes, comprometendo a sociabilidade a partir do momento que o trabalho deixa de ser espaço para a satisfação das necessidades e passa, exclusivamente, a fabricar necessidades. Sem contar que neste Sistema a acumulação é o espaço que detém a força de trabalho e a forma de manter as desigualdades.

À luz da concepção marxista o processo de acumulação de capital ocorreu em direção oposta à equidade social. Não há espaço no mundo capitalista para condições de igualdade entre patrões e empregados. Uma vez instaurada a mais-valia, não há como reverter para a ampliação das capacidades através de um salário que colocasse trabalhadores com as mesmas condições de vida que a classe que os domina por meio do salário.

A superação da desigualdade e da pobreza só se daria a partir da aplicação de novos mecanismos de renda, políticas sociais e socialização dos meios de produção. Para William Thompson (2005), o capitalismo era, inevitavelmente, um sistema de exploração, degradação, instabilidade, sofrimento e extremos grotescos de riqueza e renda. Pensava o teórico que a distribuição de riqueza era o determinante mais importante do grau de prazer e felicidade que poderia ser atingido pelos vários membros de uma sociedade e que aumentos

iguais de riqueza resultariam, sucessivamente, em aumento de prazer. Além de defender que o tratamento igual para todos em uma sociedade também se reverteria em capacidades de sentir prazer e felicidade. Entendia que a economia capitalista não era segura, pois: "A tendência do esquema vigente das coisas, no tocante à riqueza, é enriquecer uns poucos à custa da massa de produtores, tornar a miséria do pobre mais desesperada" (THOMPSON, 2005, p.150).

No capitalismo, o que há é uma busca aliada aos meios concorrenciais de dominação e opressão de uma maioria para satisfação e conforto de uma minoria. E, portanto, o processo de acumulação de riqueza que gera pobreza, relação contraditória que não pode ser pensada sobre o prisma da equidade e/ou igualdade, mas, sim da desigualdade e da pobreza. Até mesmo porque não há segurança de renda e trabalho para os trabalhadores, uma vez que, a manutenção da ordem, muitas vezes, sustenta-se no crescente desemprego.

Tal realidade caracterizou o início do século XX quando mudanças erguidas no sistema econômico acabaram por reduzir postos de empregos e a crise mundial de 1929 colocou milhões de pessoas em situação de pobreza, independentemente de seus valores morais e éticos do trabalho. Nasce com esse episódio da economia mundial uma problemática que ganha conotação de problema de ordem não mais individual, mas social e estrutural: o desemprego, que acirra a relação entre Estado e sociedade, desnudando uma situação de apatia do Estado frente aos problemas oriundos da questão social. Neste contexto, os movimentos dos trabalhadores passam a exigir políticas sociais no âmbito do trabalho.

A pobreza passa a ser interpretada como algo pertencente à identidade dos sujeitos, enquanto o desemprego era visto como um fenômeno estrutural temporário, ainda que em muitos casos esta situação de curto prazo acabasse sendo, na prática, permanente (SCHWARTZMAN, 2007). Para o autor, a pobreza na América Latina ganhou nos anos de 1950 e 1960 nova discussão ora sob o rótulo de "marginalidade", ou sob o olhar do pensamento marxista, da igreja católica ou do governo americano.

Na primeira ótica, de inspiração marxista, tratava de interpretar os fenômenos da pobreza em termos do conceito de "exercito industrial de reserva". Os pobres da América Latina, que se deslocavam em grande número dos campos para as cidades, repetindo de alguma forma, séculos depois, a transição demográfica da revolução industrial européia, seria uma criação do próprio capitalismo, que dependeria de sua existência para manter seus altos níveis de lucro e exploração.

Outra vertente era a católica, que se confundia em parte com a marxista, porém, tinha um tom moralizador. A terceira vertente era a norte americana que acreditava ser a pobreza advinda de um atraso cultural e psicológico, que fazia com que as pessoas não

tivessem iniciativa, não fizessem uso de seus recursos e não buscassem melhorar de vida. Tal vertente pautava-se na concepção de que o sujeito por pertencer a uma categoria de excluídos, de ter um desvio de comportamento ético e psicológico e que não tinha esforço próprio de superação de suas dificuldades era o seu próprio algoz.

Para Schwartzman (2007), a pobreza tem se tornado nos últimos tempos um grande problema para os países de base industrial, que mesmo implantando propostas de enfrentamento à pobreza, não conseguiram obter grandes resultados. Outra situação refere-se aos problemas relacionados à pobreza que se intensificaram, principalmente, com as crises do capitalismo e com o processo de globalização que tem sido umas das maiores representantes da capacidade de mudança e acumulação do próprio Sistema e tem acelerado a precarização das relações de trabalho.

A pobreza traz em sua expansão a marca do sistema capitalista, pois, já se sabia que não haveria espaço para todos trabalhadores agrícolas no mundo industrial, que não haveria possibilidade de inserção de todos os sujeitos nos modos de produção garantindo a acumulação e o lucro, por sua vez, não haveria possibilidade de adquirir renda e consumir se não houvesse o trabalho. Portanto, se a pobreza algum dia pode se vincular às questões naturais, com o advento do capitalismo, mais do que determinada por esse, ela é necessário à sua manutenção e ampliação.

1.4 - Pobreza sob dois prismas: unidimensional e multidimensional

Antes de iniciarmos a discussão da uni ou multidimensionalidade, consideramos necessário abordar algumas conceituações sobre pobreza de forma que possamos compreender melhor este fenômeno sob esses prismas ou nessas perspectivas. Para Rocha (2006), trata-se de é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada, podendo ser *absoluta* quando vinculada às questões de sobrevivência devido ao comprometimento das necessidades básicas em virtude do não provimento dos mínimos vitais, ou *relativa*, quando as necessidades a serem satisfeitas estão direcionadas ao modo de vida predominante na sociedade. Implica delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2006, p.11).

Para Schwartzman (2007), a forma absoluta de medir a pobreza está ligada à busca de identificar as pessoas que estão abaixo de um padrão de vida considerado minimamente aceitável. E para medir a pobreza relativa, visam-se as pessoas que tenham um nível de vida baixo em relação à sociedade em que vivem. Assim sendo,

No caso da pobreza relativa, trata-se de identificar as pessoas que se situam abaixo de um ponto qualquer na distribuição de renda, definido arbitrariamente. No caso da pobreza absoluta, trata-se de identificar as pessoas cujos rendimentos são inferiores ao necessário para adquirir um conjunto mínimo de bens e serviços considerados indispensáveis. Uma variante em relação à pobreza absoluta é a chamada “metodologia das necessidades básicas não satisfeitas” – nesse caso, trata-se de identificar as pessoas que, de fato, não conseguem satisfazer necessidades essenciais como habitação, nutrição, educação, saúde, etc. independente da renda disponível (SCHWARTAZMAN, 2007, p.96).

Autores como Schwartazman, Rocha, Balsa, entre outros são unânimes em reconhecer que a pobreza possui características que se desenvolvem conforme o tempo e as relações sociais. Amparada pela mensuração monetária, tem sido revelada enquanto uma parcela da sociedade que convive com ausência ou escassez de renda. E, em determinadas sociedades e regiões, ela tem um caráter absoluto, agrupando a ausência de renda a não satisfação das necessidades vitais, comprometendo o desenvolvimento das famílias e sociedade, bem como os vínculos e sentimentos ligados à segurança e ao bem estar. Para ampliar esse entendimento, outro esclarecimento reforça que:

Definição de pobreza, referida, primeiro, a padrões de necessidade fisiológicos fundamentais (pobreza absoluta) e, em seguida, a padrões médios de existência vigorando nas sociedades de referência (pobreza relativa). A qualquer dos níveis, trata-se, pelo essencial, de estabelecer um acordo sobre quais os indicadores que devem ser considerados na base das definições e quais indicadores que devem ser considerados às condições de existência, de proceder à sua medida (BALSA, 2006, p.27).

Outro consenso entre Schwartazman, Rocha, Balsa, entre outros está no reconhecimento de que a base das definições de pobreza se vincula à desigualdade de condições, à incapacidade de suprimento dos mínimos necessários para a sobrevivência, como também às formas determinadas de viver em sociedade. O que resta é identificar dentro destas duas condições os indicadores que possam delinear quem é de fato pobre.

Pobres são aqueles com renda situando-se abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres são aqueles cuja renda

não consegue atender sequer às necessidades nutricionais. Nas palavras de Stotz (2005), pobreza é algo simples de se interpretar se a situarmos em oposição à riqueza.

Em termos quantitativos a pobreza pode ser medida a partir do número de pessoas que vivem com renda insuficiente para prover sustento e garantir qualidade de vida. Em termos qualitativos as condições ligadas à qualidade de vida podem ser mensuradas através da ausência dos aportes necessários e significativos para o alcance da cidadania (conceito melhor trabalhado no Capítulo III), como equipamentos públicos que fortaleçam famílias em territórios⁶ marcados pela pobreza como: educação, saúde, habitação, esporte, lazer, cultura, segurança, entre outros.

Para entender a pobreza enquanto o não atendimento das necessidades é preciso considerar o padrão de vida estabelecido e de que forma as necessidades serão atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa ter renda insuficiente e não dispor dos meios para operar adequadamente o grupo social em que se vive (ROCHA, 2003, p.10).

No caso do Brasil, entende-se que:

[...] a falta dessas condições é imediatamente associada à insuficiência de renda sob a forma monetária. Mas se insuficiência de renda pode ser considerada a característica principal da pobreza, o que se entende por esse padrão? Até que ponto existe consenso sobre o modo de vida numa determinada sociedade? (STOTZ, 2005, p.53).

Como se vê, mesmo a literatura indicando que a capacidade de mensurar a pobreza deveria estar vinculada às condições monetárias e à satisfação das necessidades básicas, na realidade predomina a renda enquanto principal indicador da pobreza, que revela o não entendimento deste fenômeno como multidimensional. Destaca-se que a pobreza deve ser entendida como privação de capacidades, como assinala Sen (2000) e não reduzida a ausência de renda. Posto isto,

A pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza com privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda pode ser uma razão primordial da privação das capacidades de uma pessoa (SEN, 2000, p.109).

⁶ De acordo com Milton Santos (2007) O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Um fenômeno tão complexo não pode ser relacionado a um único fator: para compreender a pobreza é preciso conectar fatores como: renda, satisfações, insatisfações, participação, consciência. A pobreza enquanto um fenômeno asseverado com a maturidade do sistema capitalista compromete o desenvolvimento social e afetivo, gera fatores de risco para famílias e seus componentes, além de comprometer a qualidade de vida. Ao longo do século XX, especialmente com o fim do “milagre econômico”, foram realizados estudos com objetivo de uma melhor compreensão a respeito do fenômeno da pobreza. Nestes estudos datados da década de 1970 é possível identificar a presença dos dois núcleos: o primeiro que vincula a pobreza à ausência de renda (unidimensional) e o segundo que considera a pobreza a partir do não acesso a bens e serviços, voltado para as necessidades básicas (multidimensional).

As análises empreendidas pela visão unidimensional da pobreza se amparam na máxima de que é por meio da renda que se pode aferir a capacidade dos sujeitos de assegurar suas necessidades e prover sua sobrevivência. Para Carneiro (2005), a principal vantagem do uso do enfoque baseado na renda consiste na possibilidade de se identificar o universo alvo da intervenção e gerar indicadores para a construção de ações de enfrentamento. Por outro lado, por considerar meramente o enfoque econômico, implica entender que para erradicar a pobreza bastaria distribuir renda entre os pobres, fato que nem sempre se observa dessa maneira.

Na perspectiva multidimensional a pobreza é entendida como o não acesso a outras circunstâncias que ampliariam a capacidade de se alcançar uma vida com qualidade. Os fatores determinantes da pobreza estão para além da ausência de renda e se vinculam à cidadania.

Para Carneiro (2005), existem variáveis não monetárias que influem na condição de pobreza: as que dizem respeito ao acesso aos serviços básicos (educação, saúde, habitação, transporte, etc) e as que mensuram processos de natureza psicossocial (participação, auto-estima, autonomia, capacidades, dentre outras). Além de ser preciso mensurar a existência da pobreza a partir da satisfação das necessidades em função dos produtos efetivamente consumidos, e não da renda.

Essa linha de raciocínio favorece a elaboração de uma cartografia da pobreza por regiões que traduzem as condições de vida em diferentes territórios que estão localizados na disputa de poder, onde se vive, lugar onde as relações se desenvolvem (Santos, 2007), além

de identificar as diferentes formas de pobreza em que estão inseridos os sujeitos. Mas, sua fragilidade estaria na dificuldade de ponderar valores para as necessidades básicas insatisfeitas, definir quais necessidades são as mais ou menos importantes ou na dificuldade de comparar regiões, sem levar em conta as especificidades de cada uma (CARNEIRO, 2005).

A autora coloca os pontos positivos e negativos da abordagem multidimensional da pobreza: se por um lado ela é revelada a partir dos resultados efetivos em termos de qualidade e condições de vida, uma vez que, aponta a inter-relação entre as diversas carências, por outro, ela é deficiente, pois não contribuiria muito para a elaboração de ações de combate à pobreza. Principalmente por não sinalizar, de forma precisa, os fatores condicionantes da pobreza ou que estão envolvidos em sua reprodução.

De outra forma, percebe-se que:

Como espetáculo, é transformada em paisagem que nos lembra a condição de país subdesenvolvido, mas que evoca as possibilidades de sua redenção pela via de um crescimento econômico capaz de brindar com seus benefícios os deserdados da sorte (TELLES, 2006, p. 85-86).

Na obra *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen (2000) reforça que a pobreza é tida como um impedimento de relações sociais e de capacidades, que assevera o processo de exclusão em que estão inseridas as pessoas. A pobreza é definida como privação das capacidades, sendo pobres aqueles que carecem de capacidades básicas para operarem no meio social, que carecem de oportunidades para alcançar níveis minimamente aceitáveis de realizações, o que pode independer da renda que os indivíduos detêm. Pobreza diz de ausências materiais e subjetivas no cotidiano das famílias.

Telles (2006) destaca ainda que “[...] a redução da complexidade do que é a pobreza contribui para a sua naturalização, ou como considera Schwarz, muitas vezes dificulta a percepção pela sociedade de que a pobreza é horrível” (Schwarz⁷ *apud* TELLES, 2006, p. 86). Sua existência é histórica, mas seu agravamento e construção social se dão com a chegada do sistema capitalista. Asseverada sob os modelos econômicos e redimensionada a partir da perda do poder aquisitivo com a chegada do desemprego a milhares de famílias, no último século, ela é entendida como um problema de ordem estrutural e se manifesta em todos os cantos do planeta.

⁷ Ver SCHWARZ. Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo.

Segundo dados da ONU o número de pessoas que vivem em extrema pobreza aumentou em três milhões por ano na última década, atingindo os 421 milhões em 2007, duas vezes mais do que em 1980. Os dados fazem parte do relatório de 2010 da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) sobre os países mais pobres do mundo, que traz um balanço dos dez anos de evolução dos 49 países mais pobres do mundo, na sua maioria africanos, como Angola, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O texto salienta que embora estes países tenham resistido à recessão, estão ainda imersos em ciclos de crescimento e retração. O documento coloca que para se superar esse quadro seria necessário modernizar e diversificar as suas economias para reduzir a pobreza de forma sustentável.

Esses dados não se restringem às condições meramente monetárias, mas referem-se às péssimas condições de vida ligadas e revela que milhares de pessoas têm fome, sede, estão entre os estratos mais débeis da sociedade por não terem suas necessidades básicas satisfeitas.

A renda é um fator essencial para a superação da pobreza, mas ela apenas redistribuída não suprirá o hiato social que afasta brancos e negros, ricos e pobres, questões relacionadas à etnia e gênero e ao histórico quadro de desproteção social.

1.5 – A pobreza no Brasil

A pobreza no Brasil agravou-se com o modelo desenvolvimentista adotado a partir da década de 1930. A partir da industrialização o país, de base agrária, teve uma repentina mudança de seus padrões de acumulação. Sua massa de trabalhadores refém da tecnologia e modernização passa a viver sem o trabalho, sendo forçados a sair da sua terra e ir para a cidade em busca de emprego, renda e demais condições que pudessem favorecer a sua sobrevivência.

A mudança nos modos de produção, a introdução tecnológica, mudança no padrão de acumulação constituem um contexto de pobreza e exclusão que passa a interferir na dinâmica das famílias, aumentando as desigualdades e inviabilizando a superação de suas dificuldades. As crises favorecem a perda dos empregos, a queda na renda, o aumento do desemprego, a indigência, a miséria. A substituição produzida pela tecnologia e o crescente

desemprego eleva a criminalidade e a violência (PASTORINI, 2007). De acordo com o entendimento de outro autor,

Neste contexto a pobreza passa a não ser mais entendida como caso de polícia, mas uma situação estrutural oriunda do processo de industrialização. Tradicionalmente, a condição de pobreza era entendida como algo natural, inevitável e inerente a uma parcela significativa, senão a maior, da humanidade, mas só se tornava objeto de preocupação de governantes e estudiosos dos fenômenos da economia e das populações quando os pobres, de alguma forma, saíam ou eram arrancados de sua situação de conformismo tradicional, e se transformavam em uma ameaça a ordem constituída (SCHWARTZMAN, 2007, p.91).

Segundo Yazbek (1999), a violência da pobreza constitui parte da experiência diária da realidade brasileira contemporânea. As transformações oriundas do sistema capitalista vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida. Sobre esse aspecto alerta a autora que,

O aviltamento do trabalho, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida das famílias empobrecidas e subalternizadas da sociedade. Sinais que muitas vezes expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza sem uma intervenção direta para minimizá-la ou erradicá-la (YASBECK, 1999, p. 61).

A referida autora aponta que a banalização da pobreza e da subalternidade em que vivem milhares de famílias no Brasil colabora para a despolitização da questão e coloca os que vivem a experiência da pobreza num lugar social que se define pela exclusão.

A experiência da pobreza constrói referências e define o “lugar no mundo”, onde “[...] a ausência de poder de mando e decisão, a privação dos bens materiais e do próprio conhecimento dos processos sociais que explicam essa condição ocorre simultaneamente a práticas de resistência e luta (YAZBEK, 1999, p. 63).

Em se tratando do Brasil, mesmo com todas as ações desenvolvidas na área social, com incremento de recursos públicos em programas de transferência de renda, o aumento do percentual de trabalhadores e dos níveis de escolaridade, o país manteve a mesma posição no IDH em 2010, 73 posição⁸ na escala mundial, desvelando que as ações públicas desenvolvidas

⁸ Dados coletados na Síntese de Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010 – PNUD. Este dado se refere a mesma posição do país em no período de 2005 a 2010.

conseguiram manter o índice de desigualdade, o que pode ser visto como algo positivo por um lado, a desigualdade no país não asseverou no período de 2005 a 2010 em virtude do incremento público, dos últimos anos, em saúde, educação e segurança. Por outro lado, indica que para o enfrentamento da pobreza será necessário maior rigor das políticas sociais.

Para o economista Marcelo Neri⁹, do Centro de Políticas Sociais, filiado ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, a desigualdade no país está mais próxima do caso da perfeita desigualdade do que da perfeita equidade. Os índices de desigualdade no país subiram muito nos anos 1960, na época do milagre econômico, piorando ao longo das décadas até 2001. O período de maior redução da desigualdade centra-se de 2001 a 2008. Período marcado por mudanças decorrentes de um governo que assumiu maior intervenção nos setores ligados ao trabalho, renda e política sociais. Porém, muita coisa ainda tem que ser feita principalmente quando os dados ainda revelam um total de 12 a 13 milhões de miseráveis no país.

Destarte, os principais componentes que estão contribuindo com a redução da desigualdade de renda no país estão: no aumento vertiginoso do emprego que no período de 2003 a 2009 gerou 9,2 milhões de emprego formais; a renda da previdência social, abatimento direto do aumento dos empregados; e o outro é a renda proveniente de programas sociais, como o Bolsa Família. Esclarecendo melhor:

O bolsa família atinge hoje 25% da população, cerca de 12,4 milhões de famílias, e o que é fantástico nesse programa é o seu baixo custo fiscal. Com apenas 0,4% do PIB brasileiro você beneficia 25% da população. Muitos falam que a Previdência é quase tão importante quanto o Bolsa Família. Só que cada real gasto com o Bolsa Família reduz a pobreza 384 vezes a mais do que a renda de Previdência. Ambas as opções têm importância para o mercado. Se tivéssemos feito uma escolha mais preferencial pelos pobres, a desigualdade poderia ter caído mais. Apesar disso, os 10% mais ricos do país concentram 43% da renda, há 12 anos era de 50%. Os 50% mais pobres tinham 10% da renda e passou para 15% (NERI entrevista ENSP, 2010).

Em relação à questão da renda, a proporção daquelas que viviam com até ½ salário mínimo em 2009 era de 22,9%. É importante mencionar que, do total de famílias de baixa renda em todo o País, quase a metade vive na Região Nordeste (48,5%) que concentra o maior índice de desigualdades de renda além de extremas diferenças territoriais como o acesso aos serviços públicos, emprego, renda, escolaridade e alimentação.

⁹ Entrevista realizada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) em 23/06/2010. Disponível em: www4.ensp.fiocruz.br/radis/93/03.htm consultado em 15/10/2010.

O IPEA destaca três momentos na redução da desigualdade social entre 1995 e 2009 no Brasil: no primeiro (de 1995 a 2001), há uma estabilidade, sem mudanças na distribuição nem na renda média; no segundo (de 2001 a 2005), fica clara uma tendência de queda da desigualdade, embora sem mudança expressiva na renda média; e no terceiro (de 2005 a 2009), o Brasil, diz o IPEA, passa a ter “grandes aumentos de renda”, paralelamente a uma queda sustentada da desigualdade.

Para o IPEA, os dados divulgados de 2010 alertam que a pobreza está vivendo uma redução nos dados desde 2003 e divide a pobreza no país em três faixas: meio salário mínimo de 2009 (R\$ 232,50); linha de pobreza quando da criação do programa Bolsa Família (R\$ 100,00 em 2004); e a linha de pobreza extrema também à época da criação do Bolsa Família (R\$ 50,00 em 2004).

Segundo o IPEA houve uma mudança nos últimos anos quando o assunto é redução da pobreza. Para o Instituto se for considerada a renda sobre a redução da pobreza sob o meio salário mínimo de 2009, a pobreza caiu 64% em relação a 1995; já considerando a linha de R\$ 50,00 a pobreza caiu 44% em relação a 1995. A respeito da geração de emprego no país os dados revelam que o Brasil gerou 8,6 milhões de empregos formais desde 2007, marca recorde alavancada por um ciclo de forte crescimento econômico. O IBGE, por sua vez, informou que o desemprego no país em agosto de 2010 ficou em 6,7%, o menor nível desde março de 2002, quando teve início a pesquisa. A população desocupada (1,6 milhão de pessoas) ficou estável na comparação mensal, mas caiu 15,3% em relação a agosto de 2009.

A população ocupada (22,1 milhões), que são os brasileiros que possuem algum tipo de trabalho, se manteve estável na comparação mensal e cresceu 3,2% (691 mil postos a mais) no ano. O número de trabalhadores com carteira assinada (10,2 milhões) ficou estável no mês e cresceu 7,2% (ou em 685 mil) no ano.

Apesar do decréscimo da desigualdade, os dados brasileiros sobre a pobreza ainda indicam o grau de vulnerabilidade em que estão inseridas parcela significativa da população. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais de setembro de 2010 do IBGE mais da metade da população brasileira vivia com uma renda mensal de menos de um salário mínimo em 2009. O mínimo da época era de R\$ 465.

A pesquisa considera que, dos 191,2 milhões de brasileiros, 56,8% tinham renda familiar entre zero e R\$ 465. Das pessoas residentes em domicílios particulares, a pesquisa mostra que 29% viviam com menos de R\$ 232,50 (meio salário mínimo).

Em relação ao grupo que ganha de um a dois salários mínimos (R\$ 930,00), o número de pessoas chegava a 22,5% da população. Outros 15,8% ganhavam a partir de dois

salários mínimos. Já 2,3% da população não tinha renda alguma, enquanto 3,2% não declararam quanto ganham.

Em valores, o grupo formado pelos 10% mais ricos tinha renda média de R\$ 3.293,08, segundo a pesquisa do IBGE. Na ponta de baixo da pirâmide, os 10% mais pobres ganhavam R\$ 82,28 por mês – ou 40 vezes menos do que o rendimento dos ricos. Comparando com o valor do salário mínimo, os 10% mais ricos ganhavam 7,08 salários, enquanto os pobres levavam uma fatia de 0,18 do mínimo.

Os altos índices de desigualdade se concentram na renda que incide em déficits na escolaridade dos componentes da família. Para o IBGE a partir dos dados apurados pelo SIS as desigualdades estão diminuindo no que diz respeito ao acesso ao sistema educacional, mas o nível do rendimento familiar ainda é uma fonte de desigualdade importante, sobretudo nos ciclos de ensino não obrigatórios.

No período entre 1999 e 2009, a educação infantil (0 a 5 anos de idade), foi o nível de ensino que mais cresceu em termos de frequência (de 32,5% para 40,2%), mas, nessa faixa etária, apenas 30,9% das mais pobres frequentavam creche ou pré-escola, se comparado com os mais ricos esse índice chega a 55,2% entre os 20% mais ricos.

Na faixa dos 6 a 14 anos, que corresponde ao ensino fundamental, o acesso à escola (97,8% em média) era praticamente igual em todos os níveis de rendimento. Na faixa de 15 a 17 anos (82,6% em média), a diferença entre os mais pobres (81,0%) e os 20% mais ricos (93,9%) chegava a quase 13 pontos percentuais. Para o grupo de 18 a 24 anos (31,3% em média), essa diferença era de 26 pontos percentuais e, mesmo entre os 20% mais ricos, metade dos jovens (49,6%) frequentava estabelecimento de ensino.

Entre as pessoas de 18 a 24 anos de idade, 14,7% declararam somente estudar, 15,6% conciliavam trabalho e estudo, 46,7% somente trabalhavam, 17,8% informaram realizar afazeres domésticos e 5,2% não realizavam nenhuma atividade. No grupo de 16 a 24 anos, 22,2% recebiam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no mercado de trabalho. No Nordeste, esse percentual dobrava (43,5%). Além disso, 26,5% das pessoas nessa faixa etária trabalhavam mais de 45 horas semanais.

Entre os jovens de 15 a 24 anos, quase 647 mil, o que correspondia a 1,9% eram analfabetos, e a maioria deles estava no Nordeste (62%), vindo em seguida o Sudeste (19%).

Em se tratando da renda, os índices de desigualdade foram reduzidos apesar do hiato entre pobres e ricos. A desigualdade de renda caiu entre 1999 e 2009, em decorrência da melhora no mercado de trabalho e do incremento dos programas de distribuição de renda

como o PBF e o BPC-LOAS, que vêm contribuindo para uma redistribuição interna entre as diversas partes componentes do rendimento familiar total.

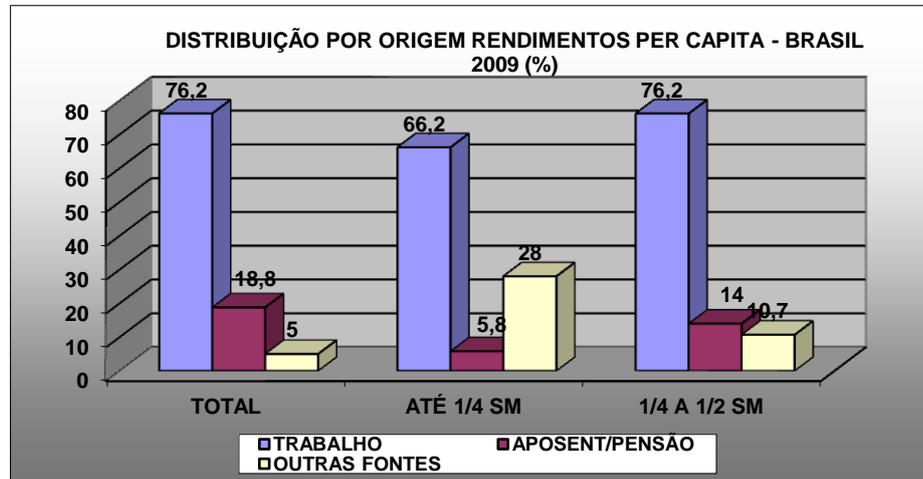


GRÁFICO 1 - Distribuição percentual dos rendimentos por origem segundo classes de rendimento familiar per capita Brasil – 2009

Fonte: IBGE, 2010 – elaboração própria

Para o IBGE o incremento de outras rendas na família possibilitou essa reversão de valores, pois foi significativo o aumento das chamadas “outras fontes”, em detrimento dos rendimentos provenientes do trabalho. Entram nesse grupo os ganhos vindos de aposentadoria, de pensão, de programas de previdência ou de assistência social como os programas oficiais de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, entre outros) (SIS, 2010).

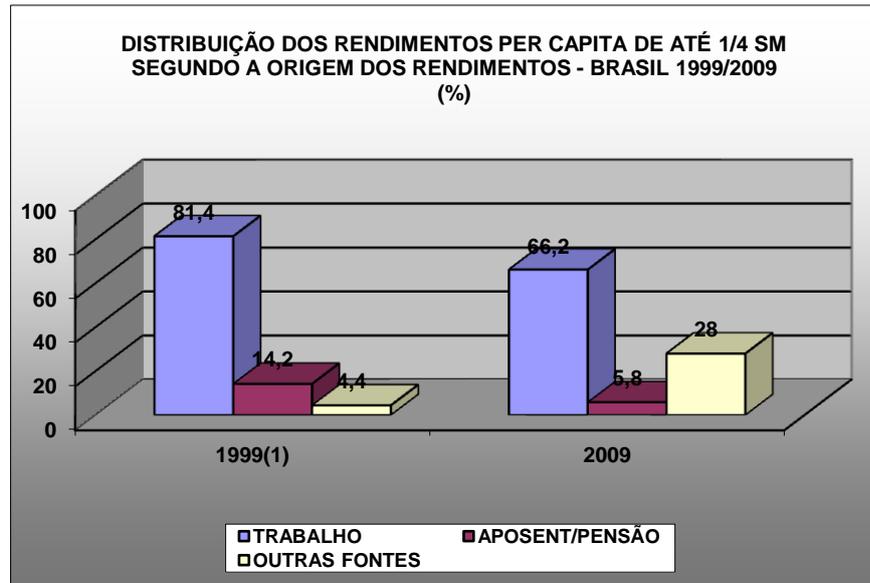


GRÁFICO 2 - Distribuição percentual dos rendimentos nos arranjos familiares com rendimento familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo, segundo a origem dos rendimentos - Brasil - 1999/2009

Fonte: IBGE, 2010 – elaboração própria

Para as famílias extremamente pobres com renda per capita de até um quarto de salário mínimo (R\$ 116,25), os rendimentos de “outras fontes” representavam 28% do total da renda familiar em 2009, ao passo que, em 1999, essa participação era de apenas 4,4%. Isso se dá em função a implantação do Programa de Renda Mínima no início dos anos 2000 e, posterior pela sanção do Programa de Transferência de Renda tendo como carro chefe o Programa Bolsa Família – PBF.

As outras rendas segundo IPEA advêm dos trabalhos informais e do PBF e demais programas ligados a transferência de renda.

O GRAFICO 3 revela que em se tratando de famílias pobres em dez anos houve uma redução do trabalho (emprego formal) em 1999 era de 81,4% e em 2009 caiu para 66,2, em contrapartida houve um aumento significativo de outras fontes.

Ao fazer a análise dos dados quanto à distribuição de renda o maior índice de desigualdade no país ainda se concentra no Nordeste - cerca de 76,5% da população de 53,8 milhões de pessoas ganhavam até um salário mínimo; 70,2% dos 15,5 milhões de pessoas estavam nesse grupo, no Norte; e 53,6% dos 13,9 milhões de brasileiros estavam nessa faixa, no Centro-Oeste.

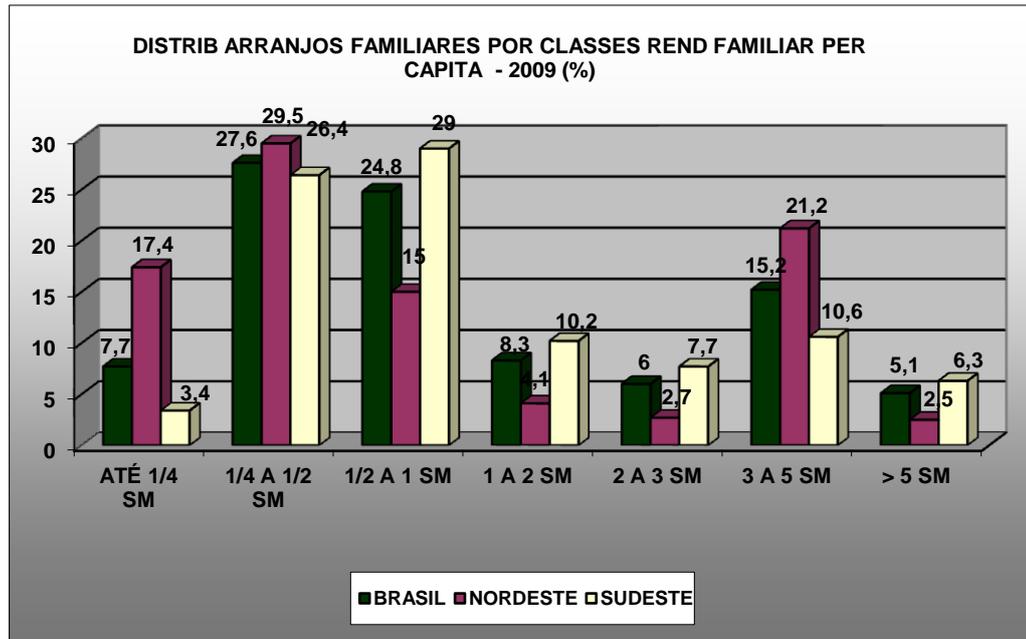


GRÁFICO 3 - Distribuição dos arranjos familiares, segundo as classes de rendimento familiar per capita nas Regiões Nordeste e Sudeste – 2009

Fonte: IBGE, 2010

A pobreza e a desigualdade são fenômenos no país que estão disseminados, entretanto, em algumas regiões tem maior incidência, corroborando a afirmação do IBGE de que a pobreza se vincula características regionais, territórios, tanto que os indicadores de condições de vida referentes à população residente na região Nordeste são sistematicamente menos favoráveis do que aqueles registrados no Sudeste (SIS, 2010). O GRAFICO 3 apresenta a situação dos rendimentos familiares no país e na região Nordeste e Sudeste. Na região Nordeste existe maior prevalência das famílias com renda de até 1/4 salário mínimo, ou seja, as famílias em extrema pobreza se localizam em maior proporção nas regiões com maiores dificuldades de acesso as políticas sociais e onde as condições de vida estão precárias em detrimento da falta de emprego e renda. A região só perde o seu destaque quando a renda ultrapassa os cinco salários mínimos. Neste caso a região Sudeste está acima até mesmo do país como um todo.

No Brasil, país classificado como intermediário¹⁰, a pobreza absoluta persiste em virtude do valor da renda ser insuficiente para garantir o mínimo essencial a todos e tem nem algumas regiões maior incidência, como é o caso da Região Nordeste.

¹⁰ Segundo Rocha (2006), existem três grupos que distingue os países no que diz respeito à pobreza. No primeiro se classificam os países nos quais a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável a cada um de seus cidadãos. Desse modo, a renda per capita é baixa e a pobreza absoluta inevitável, quaisquer que sejam as características da distribuição da renda. O segundo grupo é formado por países desenvolvidos, onde a renda per capita é elevada e a desigualdade de renda entre os indivíduos é em grande parte compensada pela transferência de renda e pela universalização de acesso a serviços públicos de boa qualidade. Nesses países, as necessidades básicas já são atendidas, de

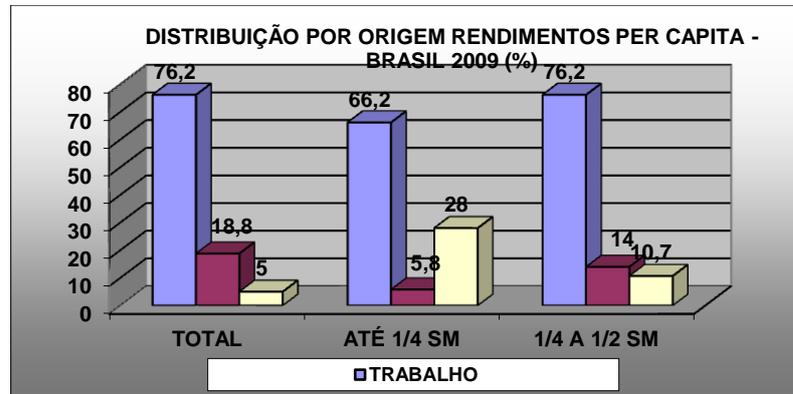


GRÁFICO 4 - Distribuição percentual dos rendimentos, por origem dos rendimentos, segundo as classes de rendimento familiar per capita – Brasil 2009

Fonte: IBGE, 2010 – elaboração própria

O GRÁFICO 4 revela que a renda advinda do trabalho ainda é maior. Porém os rendimentos advindos de outras fontes em se tratando de famílias que possuem renda até 1/4 salário mínimo é considerável. Segundo Neri (2010) os números revelam que dois terços da redução da desigualdade são fruto da renda do trabalho, que se tornou mais distribuída no país. De 2003 e 2009 o país gerou 9,2 milhões de postos de empregos formais. Temos dois outros componentes importantes. Um é a renda da previdência no Brasil, principalmente em função do reajuste do salário mínimo, e o outro é a renda de programas sociais, como o Bolsa Família.

Entretanto, no Comunicado do IPEA nº60 – Desigualdade de renda no território brasileiro (2010) nas grandes regiões do país prevaleceram diferenças importantes. Entre 1996 e 2007, o coeficiente de Gini¹¹ decaiu 3,6% na região Norte (de 0,83 para 0,80) e 4,8% no Nordeste (de 0,84 para 0,80). Na região Sudeste, a queda no grau de desigualdade de riqueza territorial no mesmo período foi de 1,1% (de 0,90 para 0,89), na região Sul, de 2,5% (de 0,81 para 0,79); e de 1,2% na região Centro-Oeste (de 0,86 para 0,85). No caso dos municípios entre os 60% mais pobres, o valor do PIB médio manteve-se estável em relação ao PIB médio

modo que o conceito de pobreza relevante é necessariamente relativo, definido a partir do valor da renda média ou mediana. O terceiro grupo de países se situa numa posição intermediária. Nesse caso, o valor atingido da renda per capita mostra que o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência de pobreza absoluta se deve a má distribuição de renda.

¹¹ O coeficiente de Gini varia de zero a um e, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Trata-se da medida de concentração mais freqüentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a distribuição de renda é perfeitamente igualitária), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Site do Estado de São Paulo - consultado em 22/04/2010.

dos municípios entre os 10% mais ricos do Brasil, entre 1996 e 2007 (22,3%), assim como o PIB dos municípios entre os 30% mais pobres.

Quanto ao grau de desigualdade medido pelo PIB per capita dos municípios brasileiros, constata-se que seis estados da federação sofreram elevação entre 1996 e 2007: Rio de Janeiro, de 42,4% no índice de Gini; Espírito Santo, com 26,5%; Mato Grosso, com 14,4%; Minas Gerais, com 8,8%; Maranhão, com 2,6%; e São Paulo, com elevação de 2,4%.

Com base nestes dados verifica-se que a desigualdade em algumas regiões permanece e em outros Estados tem diminuído em virtude de maior incremento de renda, trabalho e serviços públicos, fatores essenciais para o enfrentamento das desigualdades sociais, porém, conforme revela o Comunicado do IPEA, nº60 (2010) é preciso que ações estatais se atentem às especificidades das regiões, bem como, suas dificuldades relacionadas ao clima, à migração e imigração, dentre outros.

As políticas públicas de desconcentração produtiva e descentralização dos gastos e investimentos públicos mostram-se fundamentais, embora insuficientes sem o desenvolvimento de uma política nacional de desenvolvimento regional e local. Para além do aumento dos investimentos em infraestrutura, passando pelo fortalecimento e enriquecimento do valor agregado das cadeias produtivas, deve prevalecer o planejamento articulado e integrado do desenvolvimento nacional nos planos regional e local (Comunicado IPEA nº60, p.18).

A forte concentração da produção da riqueza nacional em alguns municípios, estados e regiões e a expressiva assimetria territorial na participação dos municípios na formação do Produto Interno Bruto colaboram para que a desigualdade assuma várias dimensões.

TABELA 1
Índice de Desenvolvimento Humano Elevado¹²

Rankig IDH País	IDH	Esperança de vida ao nascer ANOS	Média de anos de escolaridade de ANOS	Anos de escolaridade esperado ANOS	Rendimento Nacional bruto Per capita PPC 2008 U \$\$ 2010	IDH ajustado a desigualdade ¹³		IDG ¹⁴		I P M 2000 2008
						Valor	Classific	Valor	Classific	
						2010	2010	2008	2008	
45- Chile	0,783	78,8	9,3	14,5..	13.561	0,634	43	0,505 .	33	...
46-Argentina	0,775	75,7	9,3	15,5	14.603	0,562	55	0,534	60	0,011
73-Brasil	0,699	72,9	7,2	13,8	10.607	0,509	70	0,631	71	0,039
77 – Equador	0,695	75,4	7,6	13,3	7.931	0,554	56	0,645	73	0,009

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010 - Síntese. Elaboração própria

A partir dos dados da TABELA 1, em termos comparativos, verifica-se que o Brasil tem conseguido minimizar a desigualdade, porém, ainda mantém uma margem significativa de pessoas que vivem em condições de pobreza absoluta.

Os indicadores relacionados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (2010) estão concentrados na esperança de vida que traduz o investimento na área de saúde, na escolaridade e perspectiva de rompimento da baixa escolaridade. Uma inovação do Relatório é a criação do Índice de Pobreza Multidimensional. O Chile, não apresenta esse dado. Mesmo a Argentina, país que implantou as políticas de acesso aos serviços básicos, tem um índice de PM de 0,011 inferior ao do Brasil que chega a 0,39. Nesta perspectiva, para a superação do índice em que o país está inserido seria preciso aumentar o acesso das pessoas pobres aos

¹² OS países segundo o Relatório de Desenvolvimento Humanos 2010 são classificados por níveis muito elevado, elevado, médio,baixo. O Brasil está entre os países em nível elevado segundo o índice de desenvolvimento humano. **Grupos de IDH muito elevado, elevado, médio e baixo.** Classificações dos países com base nas respectivas posições ocupadas na distribuição do IDH. Um país está no grupo primeiro se o seu IDH estiver no quartil superior, no grupo elevado se o seu IDH estiver entre 51–75 percentis, no grupo médio se o seu IDH se situar entre 26–50 percentis e no último grupo se o seu IDH se situar no quartil inferior. Os RDHs mais antigos utilizavam limites absolutos em vez de limites relativos. Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 – Síntese.

¹³ **IDH Ajustado à Desigualdade (IDHD).** Uma medida do nível médio de desenvolvimento humano das pessoas numa sociedade onde a desigualdade é um fator tido em consideração. Regista o IDH da pessoa média na sociedade, que é inferior ao IDH agregado quando existe desigualdade na distribuição de riqueza, educação e rendimento. Em casos de perfeita igualdade, o IDH e o IDHD são iguais; quanto maior a diferença entre ambos, maior é a desigualdade.

¹⁴ **Índice de Desigualdade de Género (IDG).** Uma medida que regista a perda em relação às metas devido a disparidades entre gêneros nas dimensões de saúde reprodutiva, capacitação e participação na força de trabalho. Os valores vão de 0 (igualdade perfeita) a 1 (desigualdade total). Desigualdade de Género mostram que: a desigualdade de género varia profundamente entre países – as perdas em realizações devido à desigualdade de género (não diretamente comparáveis com as perdas por desigualdade totais porque são usadas variáveis diferentes) vão dos 17% aos 85%. Os Países Baixos lideram a lista dos países com maior igualdade de género, seguidos pela Dinamarca, pela Suécia e pela Suíça. Os países com uma distribuição desigual do desenvolvimento humano também sofrem uma elevada desigualdade entre mulheres e homens e os países com uma elevada desigualdade de género também sofrem uma distribuição desigual do desenvolvimento humano. Entre os países com um desempenho muito mau em ambas as frentes estão a República Centro-Africana, o Haiti e Moçambique. Fonte: Idem

serviços sociais, uma relação sustentada por extensos indícios microeconômicos. A forte correlação entre a situação socioeconômica e a saúde reflete, com frequência, a vantagem relativa das pessoas mais abastadas na obtenção de acesso aos serviços de saúde, educação e serviços sociais.

Outro aspecto relevante nos dados é que mesmo o Brasil não tendo avançado na superação da desigualdade, pois se manteve na 70ª posição em 2010, o fato de ter mantido o índice revela que a desigualdade ficou estacionada não aumentou.

A desigualdade social no Brasil ainda é um desafio para economistas, cientistas políticos e demais profissionais, em virtude da qualidade dos serviços de saúde, educação e alimentação e outros ofertados para a população demandatária de proteção social. Além de ter que garantir o acesso dos sujeitos a estes serviços e satisfazer as necessidades básicas para a superação das suas incapacidades. Implica ainda a estruturação de políticas que possibilitem não apenas a distribuição de bens e serviços, mas a redistribuição de renda. Compete indagar: Como reverter o quadro de desigualdade de renda e satisfazer as outras necessidades que colaborariam para a efetivação de quadro social mais satisfatório?

1.6 – Proteção Social no Brasil: destaque ao enfrentamento da pobreza

As mudanças que aconteceram no século XIX e início do século XX no contexto internacional e pelas mudanças políticas internas provocaram alterações de ordem política e social positivas no Brasil, produziram, contraditoriamente, uma espécie de bem estar social periférico.

Se nos países de base industrial as políticas sociais são resultados das contradições entre as classes e da mobilização da classe trabalhadora, livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem estar social brasileiro herdou características em função de sua herança colonial e da aliança entre os setores econômico e público.

A proteção social no Brasil não se apoiou firmemente no pilar do pleno emprego de Keynes, modelo adotado nos países de capitalismo avançado, pautado em serviços sociais universais, nos quais prevalece uma proteção social que ainda não enfrentou, como resultado da própria ineficiência das políticas sociais, a pobreza do segmento majoritária da população. Possui, invés disto, políticas sociais fragmentadas e seletivas, pautadas na lógica do seguro que, devido exatamente à fragilidade das instituições democráticas nacionais, teve seus momentos de expansão em períodos contraditórios e cerceadores da implantação da

cidadania. Mesmo porque, constituíram-se instrumento muito mais de controle e coerção, do que de garantia de direitos.

Como afirma Pereira (2008), os avanços significativos no campo da proteção social ocorrem em meio ao desenvolvimento dos governos autoritários. A autora esclarece que:

um padrão nacional de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira (PEREIRA, 2008, p.126).

Na avaliação da autora é possível inferir que neste contexto adverso, três motivos podem ter colaborado para o “aprimoramento” da proteção social.

- a) Os governos autoritários procuravam “mostrar serviço” para justificar sua ação interventora, anunciada como revolucionária;
- b) Encobrir a dureza do regime de exceção;
- c) Distribuir bens e serviços para não ter que distribuir poder (PEREIRA, 2008, p.126).

O desenvolvimento das políticas sociais no Brasil não pode ser entendido deslocado do tempo histórico no qual foi gerado. Traz no seu interior marcas do populismo e desenvolvimentismo implantado no período de 1930 a 1964; da modernização conservadora que vigorou de 1964 a 1985; do processo de luta pela democracia de 1985 até 1999 e, do fim da década de 1990 à chegada do século XXI, marcado pela condução neoliberal.

De maneira geral, mesmo reconhecendo a importância da promulgação da Constituição de 1988 para a legitimação das políticas sociais, historicamente as ações do governo se restringiram. As ações do governo não resultaram em um enfrentamento efetivo da pobreza. A política social se restringiu às medidas típicas de ajustamento às contradições que se agudizavam.

A pobreza, neste contexto, se acumulou e as respostas dadas pelo Estado se direcionavam a uma parcela ínfima do montante daquela que demandava intervenção. No campo social, é somente a partir da década de 1980 que o enfrentamento da pobreza passa a compor de forma mais efetiva os planos de ação do Estado. Neste momento o desenvolvimento social assume característica de compromisso político.

O período compreendido entre 1980 a 1990 foi importante para as mudanças no campo das relações políticas, econômicas e sociais. No campo político a luta pela democracia

e defesa do voto fez a queda do governo militar ser algo possível. No campo econômico foi um período marcado por grande recessão, aumento da pobreza e inflação. No campo social, conquistas foram efetivadas a partir de uma ampla e coesa mobilização nacional em defesa de uma sociedade mais livre e mais justa onde políticas sociais (Saúde, Previdência, Assistência, Educação, dentre outras) passam ser responsabilidade do Estado, assegurados na Constituição Federal. Assim sendo,

Se no espaço da disputa política o contexto era promissor, no campo econômico o país passava por uma grave crise financeira, amargava 300% de inflação ao ano, aumento do desemprego e queda nos rendimentos que provocaram o aumento da pobreza. Com afirma Couto (2008), neste período o Brasil vive algumas inquietações no que se refere ao processo de reorganização política e social, a saber: ampliação da desigualdade em virtude do quadro econômico herdado do período desenvolvimentista e pelo Golpe Militar seguido de 20 anos de ditadura; aumento vertiginoso da pobreza devido ao expressivo investimento no desenvolvimento econômico comandado pelo governo militar que teve como resultado má distribuição de renda e aumento da parcela da população demandatória de políticas sociais, uma vez que as ações de cunho assistencialistas e paliativas não enfrentaram a questão social.

A década de 1990 tem como marco a eleição do primeiro presidente eleito por voto direto pela população após vinte anos de ditadura no país. Fernando Collor de Mello foi eleito para governar o país no período de 1990 a 1994.

De posse do discurso arrojado, de “salvador da pátria”, “amigo dos pobres” e “caçador de marajás”, todo esse contexto afinava-se com um projeto de Estado Social Democrata, mas suas iniciativas foram implementadas na esteira do projeto neoliberal (COUTO, 2008).

No tocante ao campo social foi realizado um verdadeiro desmonte do sistema de proteção social brasileiro, principalmente em relação à Seguridade Social. Para Pereira (2000), o governo Collor fragilizou e comprometeu todo o processo de luta travado em defesa da proteção social e, neste caso,

O governo reiterou a tentativa da administração passada de desvincular os benefícios previdenciários e da Assistência Social do valor do salário mínimo; relutou em aprovar os planos de benefícios e a organização do custeio da seguridade social; vetou integralmente o projeto de lei que regulamentava a assistência social, e repôs por vários meses, a concessão dos benefícios previdenciários (PEREIRA, 2000, p.163).

As ações do governo Collor além de ter atrasado o avanço da proteção social brasileira através dos vetos, feria a democracia até ali construída. Porém, foi também sua passagem pelo governo brasileiro que reafirmou o poder da democracia, pois após amplas denúncias de corrupção e saque do dinheiro público, Collor não encerra o seu mandato devido ao histórico *impeachment* que o tirou do poder. Porém, antes disso, conseguiu instaurar um modelo neoliberal de gestão caracterizado por processos de privatizações; abertura econômica para capitais estrangeiros; retomada do processo inflacionário e minimização dos gastos públicos governamentais na área social.

Com a saída de Collor assume Itamar Franco, cujo governo também centrou as atenções no projeto econômico, na tentativa de conter o déficit público e a inflação. Neste ínterim surge o Plano Real, sob a coordenação do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, objetivando garantir a estabilidade dos preços com incremento de crescimento no mercado; modernização como redefinição da estrutura produtiva nacional; integração econômica e globalizada; desregulamentação do setor produtivo, redefinindo o seu papel como administrador de políticas macroeconômicas e de produção de bens sociais e de políticas sociais compensatórias (COUTO, 2008).

No que concerne o campo social o foi no governo de Itamar Franco que a Lei 8742 que dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social foi sancionada para a regulamentação do Artigo 203¹⁵ da Constituição Federal de 1988. Mas isso não representou o abandono de práticas clientelistas, paternalistas e populistas. O legado do governo Itamar para a área social vincula-se a herança institucional de outros governos, poucas ações ou quase nulas no sentido de viabilizar o acesso e garantir serviços que contribuíssem para referendar os direitos sociais contidos na Constituição de 1988 foram implantadas.

Promovido pelo plano real de 1993, Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente e cumpre mandato de 1995 a 1999. Seu governo continuou priorizando o controle da inflação e a manutenção da estabilidade da moeda. Sua luta maior empreendida foi a reforma do Estado, prioridade vinculada aos paradigmas teóricos neoliberais (COUTO, 2008).

¹⁵ Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Constituição Federal, 1988).

Governou sob a chancela das Medidas Provisórias, que tinha como estratégia a aplicação da urgência e emergência e facilitava a aplicação de suas intenções e diretrizes sem que isso representasse para o público descompromisso com a Constituição Federal e, com isso, mantinha a sociedade afastada das decisões governamentais.

Cabe aqui destacar que a entrada do neoliberalismo contribuiu para uma retração maior do Estado no tocante ao enfrentamento das expressões da questão social bem como, implantou reduções no orçamento público para ações voltadas ao campo social. Um dos exemplos clássicos foi o fortalecimento do primeiro damismo por meio da “Casa da Dinda”, instituição vinculada a Presidência que coordenava as ações no campo social. De baixo impacto social as políticas sociais não apresentaram outra perspectiva interventiva que não fosse de forma assistencialista e focalizada e chamando a sociedade a assumir as lacunas estatais no tocante à proteção social.

O auge da retomada da filantropização da questão social no país se dá com a implantação do Comunidade Solidária, programa estatal desenvolvido no governo de Fernando Henrique Cardoso que transferiu para a sociedade a execução de projetos e programas de enfrentamento a pobreza.

Para Silva, Giovanni e Yazbek (2004) a lógica adotada pelo Estado, impressa pelo legado neoliberal, fez com que o Estado rebaixasse ainda mais sua responsabilidade social, quando esta demanda o atendimento das necessidades sociais das classes majoritárias. A transferência de responsabilidade impetrada na política brasileira assevera a desigualdade ao passo que não enfrenta suas refrações e contribuiu para o acirramento das expressões da questão social e aparecimento de outras dimensões da pobreza. O contexto neoliberal desconsidera os problemas sociais e passa a interpretar a realidade como se ela fosse destituída de antagonismos de interesses, sendo homogeneizada por uma realidade que é complexa e heterogênea. (SILVA, GIOVANNI E YAZBEK, 2004, p.25)

No campo social sob a égide do neoliberalismo, vive-se: retração do Estado, minimização dos investimentos públicos na área social, privatizações e abertura ao capital estrangeiro, ficando o social relegado à solidariedade. Ao adotar uma política econômica com diretrizes dos mercados internacionais a avaliação do governo Fernando Henrique Cardoso para a área social é desastrosa: aumento da concentração de renda, desemprego estrutural, desmonte dos direitos trabalhistas, privatizações, apoio ao discurso da geração de mais empregos por meio da adoção da flexibilização e terceirização, reformas na constituição de 1988 no tocante aos direitos sociais, aumento da pobreza e da miséria.

O sistema de proteção social brasileiro ficou, portanto, permeado de fragilidades, marcado por programas seletivos e verticalizados que tinham ações pontuais e não intervinham nas causas dos problemas, a superficialidade das ações do Estado corroborou para o agravamento da questão social, fazendo surgir e asseverar a desigualdade, a pobreza e a exclusão social.

Diante deste contexto, verifica-se que os progressos sinalizados na Constituição Federal não estavam livres das determinações do pensamento político conservador, mesmo o cenário sendo propício à democracia e cidadania, as práticas ainda mantinham um lastro de conservadorismo e assistencialismo. Esses fatores prejudicaram o grande alcance que a Constituição Federal se propunha. Assim, a retomada das reformas na década de 1990 em decorrência das restrições econômicas do período e sua consequente limitação orçamentária.

O QUADRO 1 apresenta uma síntese história das políticas sociais brasileiras do período de Vargas ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Princípio Organizador das Políticas Públicas	Período	Resultados esperados das políticas
Integração social e nation building	Primeira era Vargas – 1930 a 1945	Incorporação tutelada das massas urbanas à sociedade de oligarquia; a construção de uma ordem institucional que permitisse a incorporação dos novos atores à arena política
Ampliação da participação	Populismo (1945-1960)	Submeter as políticas à lógica do mercado político; políticas como moeda de troca política
Redistribuição	Crise do Populismo (1960-1964)	Expansão organizacional do aparato público das políticas; reformas de base permitem superar o desenvolvimento social e a estagnação; "socialismo ou subdesenvolvimento"
Autoritarismo burocrático (1964 -1967) 2º período - 1967-1973	Modernização conservadora Crescimento sem redistribuição	Submeter as políticas públicas à lógica de mercado; reformismo conservador; expansão dos complexos empresariais de provisão de bens e serviços sociais; desenvolvimento social como trickle down do crescimento.
Redistributivismo conservador: "redistribuição with Growth" (Banco Mundial); primado da desigualdade social sobre a pobreza absoluta no debate público	Distensão e transição (1974-1984)	Expansão acelerados complexos empresariais de provisão dos bens e serviços sociais, como opção moderadamente redistributiva.
Reformismo social-democrata: universalismo, descentralização e transparência	Nova República	Redesenhar políticas tornando-as mais eficientes, democráticas e redistributivas; ênfase no <i>modus operandi</i> das políticas, eliminação do mistargeting.
Cesarismo Reformista: reformas como imperativos de "governabilidade"	Governo Collor – entrada do neoliberalismo	Reestruturação <i>ad hoc</i> e pouco consistente das políticas: focalização, seletividade, e redefinição do mix público-privado das políticas
Instituir a Boa governança; ação pública como fixação de regras do jogo estáveis e universalistas; primado da pobreza absoluta sobre a desigualdade no debate público	Governo Fernando Henrique Cardoso	Focalização, seletividade e redefinição do mix público-privado das políticas; restaurar as bases fiscais das políticas; políticas compensatórias dos custos sociais da estabilização.

QUADRO 1 - Princípios organizadores da política social no Brasil segundo Melo (2007)

FONTE: elaboração própria com base em Melo (2007)

O QUADRO 1 elaborado à luz de Melo (2007) indica os princípios que sustentaram a proteção social brasileira e sua forte relação com o desenvolvimento econômico que, inexoravelmente, contribuiu para o acirramento do conflito entre as classes sociais em virtude da desigualdade do acesso aos recursos socialmente produzidos, acumulação de riqueza para uma pequena parcela da população. Para o autor, o desenvolvimento das políticas sociais por cerca de 70 anos esteve direcionado ao desenvolvimento econômico.

Com a chegada da década de 1980, mesmo que para o contexto econômico foi a década mais inflacionária, deixou como grande legado a aprovação da Constituição Federal em 1988, maior documento de defesa de uma sociedade justa e igualitária, democrática e cidadã, onde os direitos sociais são postos à toda sociedade. Mas o fato da luta dos movimentos da década 1980 terem alcançado essa conquista não representou que a sociedade futura possibilitaria sua materialização.

Assim, ficou o desafio para o novo século de implantar e efetivar todos os direitos sociais ali inscritos.

A efetivação da política social no campo da proteção às famílias caracterizada pela complexidade e contraditoriedade que cerca as relações familiares e as relações da família e outras esferas da sociedade, especialmente o Estado, colocam desafios tanto em relação à sua proposição e formulação quanto à sua execução (PNAS, 2004, p.42).

1.7 - Políticas Sociais para o enfrentamento da pobreza

Com a chegada da década de 1990 o Estado brasileiro passa por uma desorganização dos serviços sociais públicos, em consequência dos cortes no orçamento público. Nesses novos tempos de era globalizada e neoliberal em que se constata a retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidades para as famílias, contrariando o desenho de proteção da Constituição Federal.

Se considerar que neste contexto os direitos expressos na Constituição Brasileira não são acessados é sinal que a existência deles precede de uma recriação das desigualdades, não se pautando apenas na vinculação profissional, mesmo porque por esta via seria impossível a universalização após a revolução tecnológica que “possibilitou” o desemprego estrutural, criando um contexto de diferenças sociais com outra clivagem que transforma em

não-cidadãos todos que escapam à regra do contrato – no caso, de trabalhador (TELLES, 1999).

É, nesta perspectiva, que no escopo das políticas sociais tem sido gestada pobreza. Segundo Telles (1998), esse é o lugar dos não-direitos e da não-cidadania. É neste lugar de ausência de proteção social que a pobreza vira “carência”, a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda, e que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que está excluído (TELLES, 1998).

As famílias em extrema pobreza no campo das políticas sociais têm experimentado essas condições, estão como aqueles que têm o “mérito da necessidade” para que as políticas sociais, de forma incipiente, focalizada e diretiva, cheguem até suas relações. Noutros termos, segue a orientação que:

Uma relação perversa que o Estado estabelece com as pessoas que cria a figura do necessitado, que faz da pobreza um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade, já que o seu acesso depende do indivíduo provar que seus filhos são desnutridos, que ele próprio é um incapacitado para a vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente de merecer a ajuda estatal (TELLES, 1998, p.95).

O Estado enquanto agente da proteção tem transformado o indivíduo dentro do âmbito de suas responsabilidades em destituídos, “desfiliados”. A política social que deveria criar os indicativos de restauração da dignidade, enfrentar e erradicar a pobreza e toda a forma que limite as capacidades dos indivíduos, transformando os indivíduos em sujeitos de direito, tem os subjugado, contribuindo para a manutenção da situação vivenciada.

Considerando que as desigualdades se manifestam na família o Estado sob a ótica políticas sociais teria que processar a proteção social advinda das instituições públicas às famílias para que elas possam retransmiti-las de forma eficiente e qualitativa para os seus.

O processo desencadeado no país com a chegada do século XX, especialmente ao final da década de 1990, quando um amplo conjunto de políticas sociais passa por uma revisão em decorrência da Constituição de 1988 é, segundo estudos diversos, um marco neste processo, pois leva à promulgação de legislações que reafirmam o dever do Estado na regulação da vida social. Entretanto, pouco se avançou em virtude do contexto neoliberal que se asseverou no país que não possibilitou a devida institucionalização do Sistema de Proteção Social brasileiro.

A retomada social destinada a reverter o quadro de desigualdade, pobreza e fome (idealizada por Herbet de Souza por meio do movimento pela cidadania e aliado ao Instituto Cidadania, criado na década de 1990) veio em decorrência das mobilizações no tocante à política de transferência de renda defendida pelo então Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. O Senador de posse do projeto de Lei leva até a Câmara do Senado a discussão a respeito da necessidade do país implantar um Programa de Transferência de Renda articulado às políticas sociais que pudesse dar uma nova diretriz para o país. Assim, em 1991 é sancionado o Programa Garantia de Renda Mínima.

A defesa dos programas de transferência de renda está balizada pela defesa da vida, uma vez que a sua garantia estaria estritamente vinculada à justa participação na riqueza socialmente produzida.

Nesta perspectiva foram criados os programas Bolsa Escola em 2000 sob a coordenação do Ministério da Educação, que recebeu a aplicação de dois terços do imposto de renda arrecadado; o Programa Bolsa Alimentação, o Auxílio-Gás, entre outros. Na sequência, algumas experiências em municípios foram implantadas como o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima nas prefeituras de Campinas/SP e Ribeirão Preto/SP; o Programa Bolsa-Escola de Brasília/DF e o Programa “Nossa Família” de Santos/SP (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Todos estes programas tinham como público as famílias pobres e foram considerados propulsores de um novo Sistema de Proteção Social no país. Essa avalanche de programas tem como foco a pobreza e, especialmente, traz a conexão das políticas sociais (educação, saúde e trabalho) que podem romper com o ciclo de pobreza que compromete a vida e reproduz a pobreza (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Entretanto, essa discussão só teria vazão em 2001, quando após longos cinco anos de descaso com o sistema de proteção social e fortalecimento das políticas econômicas, em seu segundo mandato, o Governo Fernando Henrique Cardoso propõe criar uma “rede de proteção social”, cujo carro chefe seria os programas de transferência de renda direta a famílias pobres, ou seja, os programas considerados na categoria de Renda Mínima (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004). Esses programas vinculados ao Programa de Garantia de Renda Mínima buscava sua legitimidade na Constituição Federal que determina a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais.

O público específico destes eram os indivíduos e famílias pobres, atendidos por meio da transferência de uma renda mínima, como mecanismo a ser atribuído para aqueles

que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas, portanto, voltados para as famílias pobres com crianças, não eram acessíveis a todas as famílias.

O Programa Fome Zero elaborado pelo Instituto Cidadania em 2001, formulou uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira. Tal Programa se sustentava pela defesa do direito à vida que mais tarde passaria a compor o quadro de prioridades do novo Governo Federal, o de Luiz Inácio Lula da Silva, que assume no ano de 2004 as ações de enfrentamento e combate a fome. Por meio da substituição do Ministério de Assistência Social pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o governo efetiva algumas ações de enfrentamento à pobreza como ação política. Neste mesmo ano os programas de transferência de renda do país são reorganizados incorporando todos os programas de transferência de renda ao denominado Programa Bolsa Família.

A unificação dos programas de transferência de renda veio para sanar a sobreposição de ações entre os já existentes programas, visando superar: a ausência de uma diretriz geral que pudesse concentrar os esforços para a otimização dos recursos públicos garantindo maior efetividade a esses programas; a ausência de um planejamento gerencial nos programas causada pela falta de uma referência; a falta de estratégias mais amplas que garantissem a autonomia das famílias após o desligamento dos programas; a conectividade e fragmentação dos programas, a existência de um corpo técnico com alta mobilidade o que dificultava, significativamente, todo o processo e, principalmente, uma rotina de descontinuidade das ações, marcada pela ausência de interlocução eficiente entre as esferas de poder, dentre outras.

Com base nestas avaliações a equipe do Governo Luiz Inácio Lula da Silva sugeriu a criação de um Programa de Transferência de Renda Unificado a partir da superação de alguns entraves como: correção das incoerências e complexidades do Cadastro-único, revisão do papel da Caixa Econômica Federal, padronização da renda familiar mediante uma per capita definida para o ingresso das famílias nos programas, atualização do público alvo potencial dos programas, rediscussão da conveniência da contrapartida municipal e retorno de informações através de um arrojado banco de dados para os municípios (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Estas situações apresentadas no relatório de transição elaborada pela equipe do Governo Federal subsidiaram a unificação dos cadastros e a utilização de um cartão único. Para Silva; Yazbek; Giovanni (2004) a justificativa da unificação dos Programas de Transferência de Renda, mediante a criação do Bolsa-Família, situa-se no âmbito da prioridade de combate à fome e à pobreza, representado, no entendimento de Renda, ao

incluir a perspectiva da responsabilidade partilhada entre União, estados e municípios num único programa.

Outras considerações relevantes para ampliar o entendimento das propostas desse Programa são reforçadas pelos autores a seguir:

O Bolsa-Família é considerado uma inovação no âmbito dos Programas de Transferência de Renda por se propor a proteger o grupo familiar como um todo; pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação que representa e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza, de modo que, segundo os idealizadores do Programa, não há possibilidade de diminuição da transferência monetário em relação ao benefício então prestado por qualquer dos outros programas (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 137).

Nesta perspectiva pode-se inferir que as inovações que o Bolsa-Família traz (e ou propõe) nos possibilitam afirmar que talvez pela primeira vez na história do Brasil foca-se, de fato, o enfrentamento da pobreza no âmbito nacional como objeto de intervenção estatal com implantação de mecanismos de avaliação e monitoramento das ações estatais. Destaca-se ainda sua capilaridade com os outros programas e políticas sociais (Saúde, Assistência Social e Educação) e com a política de geração de emprego e renda, tem contribuído para a desconcentração da riqueza socialmente produzida. As famílias beneficiárias são classificadas segundo a sua renda per capita que diz da sua condição de pobre (per capita de R\$ 140, 00 reais) e miserável (per capita inferior a R\$70,00 reais).

No que tange ao período político de 1930 a 1980, verifica-se certa ausência de avaliação e monitoramento das ações do Estado sob o Sistema de Proteção Social Brasileiro em virtude do contexto conservador e seletivo do próprio Sistema. Destaca-se que foi durante o período da Ditadura Militar que a maioria das políticas sociais no Brasil se expandiu, contudo, com o objetivo de manter o poderio militar do que de garantir direitos sociais. O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, priorizou o combate à fome e à pobreza, e inicia um processo de avaliação e monitoramento do Sistema de Proteção Social Brasileiro mais democrático, acompanhado pela sociedade civil, partindo dos Conselhos de Direitos e de Políticas¹⁶ Sociais, até agências de pesquisa, universidades e institutos.

¹⁶ O controle social pós 1988 partindo da sociedade para o Estado, tem sido uma construção árdua no país. Partindo do princípio que a Constituição Federal de 1988 coloca que a participação popular é um dos condicionantes da Democracia ele tem sido presente nos últimos tempos. Acompanhando e fiscalizando os serviços sociais implantados e desenvolvidos pelos Governos (União, Estado, Distrito Federal e Municípios).

As ações implantadas têm um efeito direto nas condições de vida das pessoas, porém, em se tratando de redução da desigualdade o incremento da renda passa a ser um meio para alcançar melhores patamares de vida. Uma vez que, a transferência de renda deve estar aliada a outros condicionantes como: garantia e acesso às políticas sociais de saúde, educação, cultura, habitação, melhorias habitacionais, saneamento básico, fornecimento de energia, geração de trabalho e renda, formação e aperfeiçoamento da mão de obra disponível, valorização e respeito à cultura, entre outros. Fatores que possam superar a pobreza por garantir o acesso das pessoas a melhores condições de vida.

Entretanto, considera-se, como sinaliza Silva, Yazbek e Giovanni (2004), que a articulação das políticas públicas no tocante às questões relacionadas à superação da pobreza e da fome são essenciais neste processo. Reconhecem que as estratégias do Estado que possam vincular o âmbito econômico ao social podem reverter o quadro de desigualdade brasileiro. Ainda, reconhecem que a transferência de renda aliada à inserção no campo da proteção social por meio do acesso às políticas sociais (educação, saúde, assistência social) poderá construir um novo caminho no campo da proteção social brasileira. Para Sposati (1997), o que está em questão é um padrão básico de inclusão social que contenha a ideia da dignidade e da cidadania. E, nesta perspectiva, o Sistema de Proteção Social Brasileiro pressupõe a integralidade econômica e social, sob essa lógica, as políticas devem ser articuladas de modo que as famílias possam acessar certa autonomia perante a pobreza.

Para Carvalho (2005), as atenções prestadas às famílias são extremamente conservadoras no âmbito das políticas sociais, inerciais e só justificáveis no contexto tutelar dominante. A autora considera que os programas, historicamente direcionados para as famílias se davam num plano de tê-la enquanto uma desconhecida. Ou como afirma Telles (1999), uma paisagem. Para a autora, a atenção no Brasil direcionada às famílias converge para uma instituição em abandono e não os seus resultantes: crianças precocemente internadas em abrigos, meninos e meninas de rua, adolescentes em prestação de medidas socioeducativas.

Para Miotto (2000), os cuidados direcionados às famílias e seus segmentos no âmbito das políticas públicas devem implicar totalidade. Os problemas e as soluções não podem ser vistos de forma isolada, nem contidas dentro de um único espaço (família, instituições) ou de uma área específica (saúde, assistência social, educação). E não comportam leituras que reduzam tais questões a qualquer um dos aspectos que as compõem, sejam eles de natureza social, econômica, cultural, política, ética, jurídica.

Para a autora, o trabalho das políticas sociais e de seus agentes (psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, entre outros) integra em três níveis: o da proposição, articulação e avaliação de políticas sociais; o da organização e articulação de serviços; e o da intervenção em situações familiares.

A superação da pobreza na vida familiar requer uma agenda pública de proteção à convivência familiar por meio da oferta de serviços sociais amplos, dinâmicos, vinculados a uma lógica de integralidade entre as políticas sociais e às demandas dos seus usuários.

Uns dos desafios colocados para a administração pública é articular de forma descentralizada e intersetorializada ações que promovam a inclusão social tendo como premissa a qualidade de vida, intervindo e dando respostas aos problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território.

1.8 - Breves reflexões acerca de algumas propostas de enfrentamento da desigualdade e da pobreza

Considerando a capacidade de mudanças que a pobreza tem devido ao seu caráter mutável conforme o tempo, o espaço e sociedade cabe destacar outros fatores que têm colaborado para o aprofundamento e acirramento da pobreza na vida social.

O IPM além de trazer as principais privações nas mesmas três dimensões (escolaridade, longevidade e renda) que compõem o IDH, mostra o número de pessoas que são pobres (que sofrem um dado número de privações) e o número de privações com as quais as famílias pobres normalmente se debatem. Pode ser decomposto por região, etnia e outros grupos, bem como por dimensão, o que faz dele uma ferramenta válida para os formuladores de políticas (PNUD, 2010).

O IPM traz algumas considerações relevantes a respeito das formas de pobreza, bem como das dificuldades que as pessoas têm enfrentado em seu cotidiano. Os índices relevam que a saúde e a educação são as principais privações enfrentadas pelas pessoas em países que pertencem ao continente africano. Além de terem dificuldade de acesso a alimentação, trabalho e renda. Posto isto, segue-se que:

Cerca de 1,75 milhões de pessoas dos 104 países cobertos pelo IPM (um terço da sua população) vive em estado de pobreza multidimensional – ou seja, com pelo menos um terço dos indicadores a refletir privação grave na saúde, na educação ou

no padrão de vida. Isto excede a estimativa de 1,44 mil milhões de pessoas desses países que vivem com um máximo de USD 1,25 por dia (embora esteja abaixo da proporção que vive com USD 2 ou menos). Os padrões da privação também diferem dos da pobreza de rendimento em aspectos importantes.

- A África Subsariana tem a mais elevada incidência de pobreza multidimensional. O nível varia entre um mínimo de 3% na África do Sul e uns enormes 93% no Níger; a proporção média de privações varia entre os 45% (no Gabão, no Lesoto e na Suazilândia) e os 69% (no Níger). Contudo, metade dos multidimensionalmente pobres de todo o mundo vive no Sul da Ásia (51% ou 844 milhões de pessoas) e mais de um quarto vive em África (28% ou 458 milhões de pessoas) (RELATÓRIO IDH, 2010).

O Índice de Pobreza Multidimensional-IPM, apresenta as condições de vida das populações. E a pobreza multidimensional altera decisivamente as condições de vida, mobilidade e sociabilidade, por estar diretamente vinculada à qualidade de vida e ao bem estar. Situações como as constatadas ferem os direitos sociais e humanos e colocam em risco a vida e a soberania das pessoas.

Assim como o IPM o IDH é um instrumento importante para a apreensão da pobreza e sua multidimensionalidade, uma vez que, os dois trabalham com indicadores relacionados saúde, renda e educação entre outros. Em relação à desigualdade indicam que a sociedade tem a ganhar se concentrar os seus esforços em reformas na promoção da igualdade. O Índice de Pobreza Multidimensional elevado que coincida com uma baixa pobreza de rendimento sugere que há ganhos significativos com a oferta de serviços públicos básicos (RELATÓRIO do IDB, 2010).

Wanderley (2004) apresenta após estudos em documentos da CEPAL, Banco Mundial e do Projeto Regional de Superação da Pobreza da PNUD (1990-1992) alguns indicativos que contribuiriam para o enfrentamento da pobreza e, conseqüentemente, para solucionar ou minimizar os efeitos da questão social. São eles:

- A proposta da cláusula social, que é a vinculação entre acordos comerciais e o respeito a normas trabalhistas fundamentais pelos países firmantes. Diz respeito essencialmente aos países que não respeitam os direitos trabalhistas básicos, nos quais os produtos feitos são mais baratos. No plano nacional, ela se expressa também pela recusa de empresas de efetuar negócios com quem mantém trabalho infantil.
- A criação de uma agência mundial com capacidade de regular o sistema financeiro e combater a especulação e lavagem de dinheiro, que exige um sistema jurídico normatizador com autoridade suficiente.
- A ampliação das redes de cooperação e solidariedade internacional, que reduzam a dependência dos mercados internacionais e valorizem a diversidade das culturas humanas.
- O reconhecimento, para fins de remuneração dos trabalhos domésticos não pagos das mulheres.

- A implementação de medidas de redução da jornada de trabalho – e a discussão maior aqui se centra na manutenção ou não do mesmo salário anterior – e de nova divisão do tempo de trabalho.
- O reconhecimento do “direito de ingerência” uma instituição /autoridade mundial (a ONU ou em outra instancia a ser criada) em Estados que não respeitem os direitos humanos.
- A criação de taxa sobre percentagem da riqueza dos países centrais, ou sobre os países que não tomarem medidas antipoluidoras, remetidas a um Fundo Social Mundial que Combate à Pobreza.
- O estabelecimento de campanhas mobilizadoras (do tipo da Campanha pela vida e contra a Fome, no Brasil), que sensibilizem as populações envolvidas na eliminação da miséria e no combate a pobreza, como algo prioritário na agenda da sociedade.
- O fortalecimento do poder local, entendido como um lugar efetivo de relações democráticas na política, capaz de criar e dinamizar práticas democratizadoras (como orçamento participativo) e de garantia de sobrevivência (como a renda mínima)
- A criação de um sistema de renda universal, aplicável a cada cidadão no seio de cada Estado.
- A recuperação da importância da família como lugar de busca das condições materiais de vida, de pertencimento na sociedade e de construção de identidades, principalmente nas experiências de insegurança, perda de lugar na sociedade e de ameaça de pauperização trazidas pelo desemprego (WANDERLEY, 2004, p.148-151).

O autor coloca, nestas linhas, importantes estratégias que devem ser assumidas pelo Estado e pela sociedade para o enfrentamento da questão social e da pobreza. Ele não descarta a possibilidade destas se constituírem no campo da utopia, mas, pondera que há possibilidades efetivas desde que assumido um compromisso social ativo. Destaca que se faz necessário integrar elementos objetivos e subjetivos expressos na participação individual e coletiva de transformação social. Ações concretas devem fazer parte desse cotidiano marcado pela pobreza e desigualdade para que outro mundo seja possível.

Destarte, a vida das pessoas em qualquer nação ou cultura pode alcançar um nível de qualidade de vida tendo a garantia de acesso aos bens e serviços que favoreçam sua emancipação e autonomia. Mas, o sucesso não é garantido e os percursos para a promoção do desenvolvimento humano são variados e específicos das condições históricas, políticas e institucionais de um país.

Para Wanderley (2004), a construção de ações específicas e voltadas para os contextos locais e privados, como é o caso da família, é essencial. Porém, defende também a adoção de ações que possam ser implantadas mundialmente como proposta para se superar a pobreza absoluta, eticamente inaceitável na atualidade. Segundo a Síntese do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010 algumas ações deveriam ser tomadas para o devido enfrentamento da pobreza nos países, tendo como prerrogativa máxima a defesa da vida.

Apesar de reconhecerem que a uniformidade das ações é um risco, acreditam ser preciso pensar ações básicas voltadas para a operacionalização da proteção à vida local e global.

As estratégias propostas por Wanderley (2004) de estruturar ações direcionadas à família em virtude dela ser uma instituição de importância na formulação de comportamentos, normas e formação da identidade dos seus componentes, denota-se que esta deveria estar na pauta do dia de gestores e governantes.

A família por ser a primeira instituição socializadora demanda a existência de instrumentos e equipamentos que a fortaleça cotidianamente para a superação das adversidades de ordem econômica, social, cultural e política, garantindo dessa forma que ela se constitua como espaço de cuidado e proteção.

Mediante esse contexto o item a seguir aborda a família em seus arranjos e limitações. Apresenta as condições que foram impostas às famílias para que fossem “admitidas” enquanto público alvo nas políticas sociais brasileiras, trazendo discussões a respeito das mudanças nas políticas sociais no século XXI, que traz a perspectiva de inserção das famílias em uma rede de proteção social.

CAPÍTULO II

A CATEGORIA FAMÍLIA E OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES

O presente capítulo discute a categoria família e a vida familiar, partindo do pressuposto de que o contexto histórico tem colaborado para que as famílias estejam no processo e constituírem as mudanças sociais, econômicas e políticas.

2.1 - Família: uma instituição inquietante

Muito tem se falado da família nos últimos anos do século XX. Estudos buscam identificar como ela vive, como se faz para ser família tendo em vista suas “velhas” e “novas” funções, as mudanças em suas responsabilidades e referente ao que se espera dela, quais arranjos novos tem aparecido, enfim, muitos tem sido os questionamentos em torno da família nas últimas décadas.

Apesar de todo este destaque, sabe-se que em se tratando de família esse contexto tem se transformado para profissionais e estudiosos em angústias em razão de especulações teóricas e conceituais, mais do que em respostas lineares, mesmo porque a família tem se revelado enquanto uma instituição que não possui princípio, meio e fim, em virtude dos rebatimentos externos que ela absorve e que a partir destes ela desenvolve e evolui à medida que haja evolução na sociedade. Não se trata de uma evolução linear e natural, mas, composta de antagonismos e normatizações que estão externas a vida familiar. Essas condições provocam alterações em seus modos, papéis, organização e arranjos.

Symanski (2003) em se tratando de família alega que o “discurso oficial” visa estabelecer uma “família pensada” a partir de parâmetros sociais, políticos e econômicos determinados e que privilegiam a classe dominante, o que por sua vez, ao garantir a reprodução das formas e do modo de viver da burguesia como padrão e modelo a ser adotado no seu cotidiano, acaba por comprometer a capacidade de cuidar e proteger das famílias que não se enquadram nesta “categoria”.

A idealização corrobora para a descrença de que em outros arranjos possam ser desenvolvidos aportes afetivos, cuidado e proteção. Além de colocar que a família nuclear é o espaço da realização e da harmonia por desconsiderar a existência de fraquezas, inseguranças, conflitos e contradições.

No campo da idealização, a família é a reprodutora de sentimentos que favorecem a construção da referência, a formação de identidades, espaço de segurança, cuidado, proteção, advindos de um casamento perfeito composto por duas pessoas que compartilham projetos comuns dentro de um ideal de família. A partir dessa premissa, segue-se que:

Além disso, o mundo familiar é palco de múltiplas interpretações. Produz “teorias” ambíguas e incompletas que descrevem *aquela* mundo particular de relações. Exemplos de tais generalizações: “mulheres são...”; “homens são...”; “filhos devem...”; “só existe amor se...houver concordância irrestrita” ou “...se o afeto demonstrado de tal ou tal maneira”... “se eu for sempre boazinha, concedendo sempre...”; “casamento é...” assim por diante. Esse discurso vai sendo construído em cada mundo familiar, dando-lhe uma feição própria, mesmo que sob um só modelo (ZSYMANSKI, 2003, p.25).

Definições nas formas, nos papéis e nos modos fizeram da família um espaço, também, de transformações conforme as necessidades externas às suas vontades. Como alega Zsymanski (2004) esse mundo familiar foi ganhando contornos e definições sobre aquilo que seria família. Com o advento do capitalismo, por exemplo, foi preciso construir um modo de viver em família: o nascimento da família burguesa cria novas regras para a convivência familiar e revela as contradições de classe entre grupos sociais, religiosos e étnicos. Ao estabelecer que a forma nuclear (pai, mãe e filhos) de viver em família era a socialmente correta, estabeleceu no entorno da família alguns estereótipos que geram conflitos com a realidade vivida pelos demais grupos.

Algumas características foram desenvolvidas para determinar o que seria família, como: a formação pela escola, a privacidade entre os cômodos da casa e demais repartições, a retirada do privilégio ao primogênito e o estabelecimento de igualdade entre os filhos, o surgimento do sentimento de infância que leva a presença freqüente das crianças junto aos pais, a valorização da família pela igreja que faz dela uma instituição importante para as relações, dentre tantas outras. Essas situações começam a formatar o modo de vida da família burguesa que recatada à vida privada, referendada por outras instituições importantes como a Igreja e o Estado, como o referencial do modo social de viver em família que deveria ser modelo de conduta entre as pessoas.

A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que

se formava. ... a imposição da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento (SOIHET, 2008, p.362).

As determinações oriundas da família burguesa passam a ser norma entre os demais e não apresenta características de um modelo que tenha sido construído democraticamente, mas engendrado a partir de um projeto de validação da classe dominante, determinando valores, regras, crenças e padrões emocionais. Como afirma Maturana(1993), verifica-se a instauração de uma relação baseada na “[...] hierarquia e subordinação, poder e obediência” (MATURANA,1993, p.35), ou como mostra Szymanski, pautada na “[...] autoridade masculina no topo e conseqüentes relações entre desiguais. Aceitaram fixar o mundo como espaço masculino e a casa, como feminino (SZYMANSKI,2003, p.24).

As relações estabelecidas pelo modelo burguês se baseiam no mando e na obediência, a delimitação do espaço e do papel faz dos sujeitos que compõem a família subordinados e submissos, sendo que as relações são constituídas exatamente com este objetivo.

Nesta perspectiva, novos rótulos foram internalizados e trabalhados como famílias “desestruturadas” ou “incompletas”, destinados aos grupos que fugiam às normativas impostas pelo modelo burguês de família. Como afirma Szymanski (2003), havia um discurso implícito de incompetência e de inferioridade, referindo-se àquelas que não “conseguiram” viver de acordo com o modelo predominante. A autora traz ainda uma provocação ao afirmar que ao falarmos em família, que a imagem projetada na nossa cabeça ainda se refere à família nuclear, lembrando que isso nos mostra como vivemos atrelados àquilo que é idealizado.

Essa disseminação do modelo nuclear que se mantém entre o real e o ideal faz com que outras formas e/ou arranjos sejam tidos como fonte de produção de problemas emocionais, comportamentos desviantes e representação do fracasso da família enquanto uma instituição que não soube corresponder às expectativas da sociedade. A imposição do modo de ser família traz a tona sentimentos de incapacidade e inferioridade, além de revelar que só pode ser considerada uma família aquela que tem na sua composição o homem no papel de provedor e chefe, a mulher em sua condição de mãe zelosa e responsável pela casa, e os filhos que, hierarquicamente, tem funções e papéis definidos na pirâmide familiar.

No campo do conhecimento, muitas são as inquietações a respeito dessa instituição considerada espaço privilegiado de reprodução da vida social e promotora da proteção. Mas, como bem salienta Carvalho (2003), em se tratando de famílias, não sem tem

muitas garantias, mas expectativas, sendo preciso considerar a família a partir do seu movimento de organização e reorganização.

Para Carvalho (2003), o que se entende por família, relaciona-se mais ao plano das ideias do que, necessariamente, às suas relações reais, pois na realidade esta é marcada muitas vezes por conflitos, fraquezas e ausência de proteção social e, destaca ainda, que a família está longe de ser uma instituição plenamente harmoniosa. Um espaço complexo onde relações são tecidas, projetadas e/ou determinadas, mas sem nenhuma garantia de aportes afetivos, formadores. Não se tem garantias, sobretudo naquilo que se espera da família em virtude dela ter apresentado falhas, fraquezas, inseguranças na produção de cuidados e na reprodução de conflitos e, neste caso:

A maior expectativa é de que ela produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade em que vivem. No entanto, estas expectativas são possibilidades, e não garantias. A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades (CARVALHO, 2003, p. 15).

No campo das funções, espera-se da família que ela pratique a regulação sexual, a reprodução, a socialização, o afeto, a proteção, a educação, dentre outras situações que favoreçam o desenvolvimento sadio dos seus componentes. Estas funções estão ligadas, intimamente, como bem aponta Carvalho (2003), às expectativas que giram em torno da família. Espera-se que ela consiga cumprir todas essas funções. Geralmente quando estas expectativas são frustradas, a lógica é a da explicação casuística, ligada a não formação nuclear: as famílias que não conseguem cumprir com essas funções, normalmente pertencem a um grupo familiar “desestruturado”, marcadas, portanto pela incapacidade de ser referência para a conduta dos seus membros e, conseqüentemente, para os sujeitos em sociedade.

Estas incapacidades sempre estiveram relacionadas, portanto, às famílias populares, que por falta de condições materiais e da negativa em seguir as normas determinadas pela sociedade burguesa, acabavam por comprometer as relações familiares (ENGELS, 2000).

É, pois, a partir desta visão no mínimo excludente da família trabalhadora que a mesma passa a ocupar a agenda de políticas sociais, reconhecida como a caixa de ressonância das mazelas oriundas de uma sociedade desigual, mas não necessariamente injusta socialmente.

Assim, verifica-se que a família pertencente às camadas populares tem sua trajetória historicamente marcada não apenas pela exploração, mas pela exclusão dos bens e serviços necessários à sua sobrevivência, pelo escravismo, subalternidade nas atividades remuneradas, por um processo político (especialmente no caso brasileiro ao longo do século XIX e entrada do século XX) que a desvalorizou enquanto uma instituição importante para a vida social. Isso contribuiu, significativamente, para que a família pobre fosse alvo de perseguição e controle por parte do Estado e acusada pela sociedade de ser a provocadora de instabilidades sociais.

Papéis, funções, atribuições e responsabilidades transformam a família em uma instituição reguladora da vida social. Porém, não se leva em conta, que sendo fruto do processo de desigualdade, ela é demandatária de segurança e proteção para que esse experimento da vida familiar possa ser repassado de geração em geração.

Ao nos reportamos à vida da família brasileira, o que encontramos em um primeiro momento é a reprodução do modelo europeu de viver em família, datado do século XVI. Formas, comportamentos, etiqueta foram introduzidas na vida da família colonial para urbanizá-la. Um ofício assumido pelo Estado para fortalecer-se junto à família latifundiária.

O segundo momento diz das famílias constituídas pelos índios, negros e colonizados. Grupos inteiros que passaram o período colonial servindo por meio do uso da força e da violência aos interesses da elite brasileira. Um exemplo desta realidade é o ocorrido com a família de origem africana, aniquilada pela escravidão e pela Igreja, que não reconheciam a sua condição humana (NEDER, 2005). Aos olhos da elite estas nada mais eram que grupos de “não-humanos”, com características rudimentares, “pré-humanas”. Tratados como objetos, “coisas”, sendo justificada a escravidão como um recurso de salvação para esta raça considerada impura.

Neder (2005) afirma que esta visão tradicionalista e racista foi registrada pelos visitantes do período colonial em seus livros de viagens, nos quais retratavam a família africana como inferior, promíscua, bestas, como “animais”. Uma concepção que acompanha os grupos étnicos brasileiros e se matem viva até os dias atuais.

Já a família indígena, violentada pelos homens brancos que aqui aportaram, sofreu um processo forte de aculturação e dominação de seus filhos para a formação da nova colônia.

Têm-se também as famílias dos colonos, constituídas de meninas órfãs do rei, dos pobres vindos do além mar à procura de fortuna e *status*, que fizeram da sua chegada uma mistura étnica e cultural, negada pela elite, mas, disseminada por todas as regiões.

Esse quadro para elite representava um atraso e um complicador para os seus interesses, como aponta Neder (2005): como formar a nacionalidade e a cidadania num país de ex-escravos e de miscigenados, ou seja, de “raças inferiores”? Diante esta e de outras inquietações, a autora pontua que foram forjadas novas crenças com base científica a respeito da superioridade branca, de origem européia, que retificavam ou reforçavam velhos preconceitos sobre a “barbárie” e a “inumanidade” dos africanos, eivados do racismo tradicional (NEDER, 2005, p.26).

Com o fim do século XIX, portanto, o saldo histórico brasileiro para as famílias pode ser analisado em dois momentos. No primeiro, a família de fato, especificadamente a elitista, foi adaptada aos ditames do Estado através do movimento higienista empreendido neste século. Sendo “amante” do Estado, a família poderia contribuir para a sua hegemonia e poder, e reproduzir nos meios populares como uma normativa a adaptação ao modo social da família burguesa.

Período no qual os hábitos populares tornaram-se alvo de especial atenção, porém, com o objetivo de adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inserindo em seu cotidiano valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo às demais esferas da vida.

Convergiam as preocupações para a organização da família e de uma classe dirigente sólida – respeitosa das leis, dos costumes, regras e convenções. Das camadas populares se esperava a força de trabalho adequada e disciplinada. Especificadamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos (SOIHET, 2008, p.362).

As modalidades de intervenção na vida familiar fizeram com que estas se adequassem às mudanças econômicas e sociais. No campo das mudanças sociais foi preciso intensificar as determinações junta às classes pobres para o desenvolvimento do país em franco processo de urbanização. O Estado passa de instituição insuficiente a zelador dos valores da família. E nele estaria à possibilidade da construção da identidade independente da família, uma vez que os sujeitos receberiam os aportes necessários para sua representação social e política.

Costa (2004), em sua obra *Ordem Médica e Norma Familiar*, aborda a intervenção do Estado na rotina da família elitista brasileira com o objetivo de higienizá-la a partir da

mudança de hábitos morais, sexuais e elevar suas condições de saúde. A higienização e a moralização das relações na família serviram para desenvolver um sentimento patriótico e, mais tarde, estatizar a família.

Por meio da medicina, coisa rara no Brasil colonial, a família foi formatada de forma a garantir certa estabilidade nos papéis da família em favorecimento do poder estatal e do desenvolvimento econômico.

Já que a maior parte dos pais despreza as vantagens reais pelas conveniências aparentes, deixando quase sempre de atender às verdadeiras necessidades de seus filhos, compete ao governo, verdadeiro pai da mocidade, influir diretamente sobre sua educação. As vantagens reais eram as novas perspectivas político-econômicas abertas pela elite agrária, enquanto que as conveniências aparentes eram os antigos hábitos derivados do poder patriarca colonial (Cunha¹⁷ *apud* COSTA 2004, p.69).

O discurso médico tinha endereço certo: dirigia-se à família de elite, letrada, que podia educar os filhos e aliar-se ao Estado (COSTA, 2004). Dentre as funções estabelecidas para a família primava-se pela produção de filhos saudáveis e redefinição dos papéis na família. Ainda na avaliação de Costa (2004), a solidariedade familiar foi um dos aspectos que desafiaram a intervenção do Estado na vida familiar, pois o grupo a se fechar e ter no pai sua força e coesão, fez com que a família inviabilizasse qualquer abordagem externa aos interesses do pai. Diante disso, entende-se que:

A família colonial fundou a coesão num sistema piramidal cujo topo era ocupado pelo homem, e m sua polivalente função de pai, marido chefe de empresa e comandante de tropa. Do homem se exigia toda iniciativa econômica, cultural, social e sexual. Os demais membros do grupo ligavam-se mutuamente e ao pai, de modo absolutamente passivo. Toda aliança voluntária em função de objetivos comuns era excluída. O pai representava o princípio de unidade da propriedade, da moral da autoridade, da hierarquia, enfim, de todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* da família. (COSTA, 2004, p.95)

Os aspectos sociais da família foram prontamente adequados, mudaram-se os modos de relação entre a casa grande e a senzala, entre a vida privada e a vida pública, a etiqueta social foi empregada nos modos de vestir, ornamentar a casa, comer, receber e se portar diante da sociedade.

O resultado de todo esse contexto foi, na verdade, a criação de um modelo familiar brasileiro que seguia as determinações européias quando de uma família latifundiária,

¹⁷ Ver CUNHA, Balbino Candido da. Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos, regras principais tendentes a conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo os quais devem regular nossos colégios. Tese, faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854.

passa-se a contornos e modos elitistas europeizados e internaliza o patriarcado, a monogamia, a nucleação.

Através da intervenção do Estado a família passa a ser considerada enquanto um núcleo, composto por pai, mãe e filhos, nascendo no Brasil a família nuclear, um modelo que irá congrega sucesso e felicidade e se tornar modelo de referência na forma de se constituir família. Carregada de normas e regras ideologicamente moldadas, a família colonial era caleidoscopicamente mudada (COSTA, 2004, p. 73-74).

O segundo momento, a idealização da família brasileira deixou de considerar, historicamente, no campo político e social, os outros grupos que se formavam no entorno da casa grande. A família não foi pensada a partir de todos os grupos que compunham a sociedade brasileira, ela foi formatada a partir de uma idealização estatal e burguesa. Quanto aos demais componentes da sociedade - africanos, índios e migrantes, herdeiros do descaso estatal, foram excluídos do sistema primário de proteção criado pelo Estado, e esquecidos a sua própria sorte. Para Shoihet (2008), os pobres, homens e mulheres, tinham nas ruas e praças o seu espaço de lazer, sendo que em muitas dessas, buscava-se impedi-los de circular livremente, sendo, a todo momento, incomodados pela polícia. Em um país como o Brasil que passou pelo processo de escravidão era pouco provável que as famílias superassem por si só o contexto de desigualdade herdado desse “modo de produção”. Adverte Schwartzman (2007) que o contexto excludente atual brasileiro foi construído ao longo dos séculos, decorrente, sobretudo, da escravidão brasileira. Ainda,

Era assim a população brasileira, ao final do século XIX: uma pequena elite branca, os remanescentes de uma economia escravocrata em decadência, e uma multidão de escravos libertos, filhos bastardos, descendentes de índios e brancos empobrecidos, e pobres migrantes trazidos da Europa e do Japão. Viviam, sobretudo no campo, muitas vezes em grandes fazendas, mas em grande parte como parceiros, produzindo, se tanto, o suficiente para a sobrevivência; mas também nas cidades como vendedores, artesões, caixeiros, biscateiros, agregados, desempregados e mendigos ocasionais. Muito parecidos com as “classes perigosas” de Marx, mas que, longe de serem os resíduos de uma ordem social e econômica em transição, eram a maioria da população de um país que se formava (SCHWARTZMAN, 2007, p.20).

O contexto brasileiro, conforme a descrição do autor, pouco poderia contribuir para que os sujeitos tivessem acesso aos mínimos sociais e que pudessem superar as adversidades sem intervenção direta do Estado. Conforme a citação, o país era constituído em sua maioria de pobres e excluídos, que foram carregados de um “modo de produção” a outro sem que isso representasse uma mudança nas bases econômicas e sociais. Além de representar

que as atividades desenvolvidas pelos sujeitos dessa parte da história brasileira estão ligadas ao contexto de subalternidade e, que mais tarde, especialmente no século XXI, estas continuariam a ser compreendidas enquanto atividades com baixo poder remunerativo, exigente de pouco estudo e características das camadas populares.

A sociedade brasileira com o fim do século XIX revela a base de desigualdade que perdura até os tempos atuais. Uma pequena parcela detém a maioria da riqueza nacional e a grande maioria, oriundas de famílias indígenas, africanas e migrantes vivem em condições que não favorecem uma sobrevivência com dignidade.

Portanto, como afirma Neder (2005), o modelo familiar empregado no Brasil pautou-se na constituição de uma família-padrão que se caracterizava por ser tradicional, patriarcal, extensa, moralista, conforme as origens da família burguesa branca de inspiração vitoriana, solidificada no país a partir do processo de modernização que acompanhou a urbanização/industrialização nos primeiros anos do século XX. Porém, essa família, dividia seu espaço com outras famílias de várias origens: indígena e/ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas), portanto, em se tratando de Brasil, defende que há que se trabalhar com as famílias no plural, tendo em vista a multiplicidade étnico-cultural que embasa a composição demográfica brasileira (NEDER, 2005).

A autora discorda da existência de uma família regular, mesmo tendo o sistema impetrado no inconsciente coletivo a família nuclear como sinônimo de toda sorte e felicidade, e diz,

Que o padrão europeu de família patriarcal, do qual deriva a família nuclear burguesa (que a moral vitoriana da sociedade burguesa no século XIX atualizou historicamente para os tempos modernos), seja a única possibilidade histórica de organização familiar a orientar a vida cotidiana no caminho do progresso e da modernidade. Pensar as famílias de forma plural pode significar as diferenças, com o outro (NEDER, 2005, p.28).

O contexto brasileiro como se delineia na sua história é marcado por um amplo processo de aculturação e controle da pobreza. As famílias que receberam as intervenções institucionais (Igreja e Estado) eram oriundas da elite brasileira que reproduziriam no cotidiano das famílias populares por meio da opressão, controle e determinação seus modos e modelo. A partir destas “definições” as famílias populares passam a ser percebidas em virtude de seus comportamentos e resistência as normas vigentes. Com isso passam a receber intervenção de forma punitiva e controladora em função dos modos de vida pelos quais faziam opção.

As concepções erguidas na sociedade elitista ainda permanecem de forma hegemônica quando o assunto é família e pobreza. Como se as famílias das classes populares apresentassem todos os indícios possíveis de insucesso e que, apenas produzissem em seu cotidiano insegurança, atos ilícitos, promiscuidade que comprometem a vida social. De outro modo, como se as famílias produzissem somente aspectos negativos. E, mais, que estes só estão presentes em famílias que não seguem as determinações familiares da classe dominante.

Para Neder (2005), diante de um quadro desses, o que poderia alterar, significativamente, esse contexto histórico de perseguição e maus tratos à vida humana, seria a elaboração de políticas que possam interpretar e compreender os modos de vida e enfrentar com determinação esse contexto econômico que gera a desigualdade e, que vem “eternizando” uma sociedade dividida em classes.

A disputa histórica entre família regular x família irregular tem contribuído para asseverar os preconceitos advindos das questões macroestruturais engendradas na sociedade como a exclusão, a desigualdade e a pobreza.

Esse contexto de idealização do modo, certo de ser família, faz com que a família seja inserida no campo das intenções do Estado e do mercado para que a partir de suas funções, algumas determinadas, possam contribuir e legitimar estas duas instituições perante a sociedade.

2.2 - A família entre a reprodução material e a reprodução da vida social

Vários estudos como os de Engels (2002) os mostram que a família no decorrer dos tempos passou por várias modificações. Morgan discute esse processo relatando sobre o surgimento da família, passando por suas diferentes estruturas, das formas primitivas às características da civilização moderna. Desde a família consanguínea que esses estudiosos identificaram lutas pela sobrevivência do homem, marcadas pela criação de uma geração de parentes, primos entrelaçados pelo matrimônio coletivo.

No mundo primitivo, o indivíduo buscava seu alimento, morada e sobrevivência através do desenvolvimento de habilidades que pudessem domesticar a natureza. A relação humana era estabelecida pelos grupos em que a relação consanguínea era um fator determinante para a convivência entre as pessoas. Nela os grupos conjugais classificavam-se por gerações, um período de relação carnal mútua (ENGELS, 2000).

Neste período da história foi preciso, entre a fase primitiva até a fase média da barbárie, a fusão de hábitos, o que implicou no casamento entre carnais, caracterizando a família punaluana. Espaço a partir do qual passam a ser construídos graus de parentesco, porém, de forma diferente da atual, considerada por alguns como uma época promíscua. Nesta fase era a figura feminina que predominava na casa, sendo a mulher livre e muito considerada (ENGELS, 2000).

Com a “evolução” das relações e devido ao próprio processo desencadeado pela família punaluana, segundo Engels, passa-se a se asseverar as interdições e se cristaliza a proibição do matrimônio entre parentes, nascendo a família sindiásmica, a partir da qual a vida livre da mulher passa a ser questionada, sendo exigida, de sua parte, maior fidelidade ao seu cônjuge.

As “evoluções” que marcam a transição das famílias constituídas por grupos para famílias com composições mais definidas se dão pelo argumento de que o matrimônio entre gens não consanguíneas engendra uma raça mais forte, tanto física como mentalmente. Acreditava-se que mesclar duas tribos fazia com que os crânios e cérebros crescessem naturalmente, o que levaria a sujeitos com maiores capacidades, posto somar as características de ambas as tribos.

Na avaliação deste antropólogo as tribos mais evoluídas poderiam dominar as mais atrasadas ou fazer com que as demais seguissem os seus exemplos. Portanto, a “evolução” da família nos tempos pré-históricos marcou-se pela redução do círculo conjugal.

Tais características foram preservadas até a chegada da família patriarcal/monogâmica, um novo agrupamento que chega a era civilizada com ares de organização, definição dos papéis, caracterizada pela soberania masculina e submissão feminina.

A família monogâmica é, portanto, o ponto de partida para se entender a reprodução das desigualdades (sociais e de gênero) e a imposição de normas, papéis, e modos de vida. Trata-se de um modelo instituído com fins econômicos e sociais determinados e vinculados aos interesses da elite, que determinou, em pleno processo industrial, a maneira como as pessoas deveriam se relacionar para serem respeitadas e consideradas enquanto um grupo familiar. A família monogâmica se pauta no casamento, com obrigação de coabitação exclusiva e fidelidade feminina. Controlada pelo homem, segundo considerações de Engels (2000), é a partir do casamento monogâmico que se cristalizam as diferenças e os mandos. Para o autor supracitado, é no casamento que se tem a maior expressão da desigualdade entre os sujeitos. Assim sendo,

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até os nossos dias, no qual cada processo é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (ENGELS, 2000, p.68).

Esta sociedade erguida sob contradições (a capitalista) tem a monogamia como uma de suas representações, tipo de organização que estabelece o conflito (e a subjulgação) entre homens e mulheres, originado pelo domínio exclusivo do primeiro. Que crava o direito burguês e protege a supremacia da classe possuidora dos bens de produção, pensada também para regular as relações desta com os proletários.

Tendo, no tempo, estabelecida tais características, a família reproduz no seu interior a lógica da desigualdade social: baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e na escravidão social das classes empobrecidas, rechaçando ainda a noção de coletividade e grupo, privatizando a vida familiar. Como dizia Engels (2000), a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais.

Para o autor,

[...] na maioria dos casos, é o homem que tem que ganhar os meios de vida, alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras; e isso lhe dá uma posição dominadora, que não exige privilégios legais especiais. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. (ENGELS, 2000, p.75)

A lógica que predominava era a de um homem que detinha o poder através do provimento, da renda e da propriedade, sentenciando a mulher na família a uma condição de escrava e serva de seu patriarca.

Cabe salientar que o tempo de Engels não é o tempo do agora, mas, é preciso destacá-lo para compreendermos que o nascimento das diferenças e do domínio na família não é característica dos tempos atuais. Foi o nascimento e organização das famílias a partir desse modelo burguês que instaurou valores elitistas vivenciados até hoje, às vezes sem grandes questionamentos, tidos inclusive como o ideal de organização familiar. As relações do hoje são constituídas de marcas do passado e a forma idealizada da família é em virtude do lastro que a família monogâmica deixou na civilização: desigualdades, dominações,

supremacia inquestionável do masculino com direito a violações, submissão e perda do direito materno devido à ascensão do direito paterno.

Além de garantir a concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos a partir da hereditariedade da propriedade privada, pode-se inferir a partir do que já foi dito, e, sobretudo do que se segue que definitivamente a família monogâmica estabeleceu mudanças decisivas no tecido social.

A monogamia provocou uma revolução social, transformando pelo menos a imensa maioria das riquezas duradouras hereditárias – os meios de produção – em propriedade social, reduzirá ao mínimo todas essas preocupações de transmissão por herança. E agora a pergunta: tendo surgido de causas econômicas, a monogamia desaparecerá quando desaparecem essas causas? (ENGELS, 2000, p.77).

O autor analisa que,

Longe de desaparecer, antes há de se realizar plenamente a partir desse momento. Porque com a transformação dos meios de produção em propriedade social desaparece o trabalho assalariado, o proletariado, e, conseqüentemente, a necessidade de se prostituírem algumas mulheres, em número estatisticamente calculável. Desaparece a prostituição e, em lugar de decair, a monogamia chega a ser uma realidade – também para os homens. (ENGELS, 2000, p.77).

O autor não vê possibilidade de um exaurir da monogamia na sociedade capitalista, mas, talvez, sua reconfiguração, sendo imposta também ao homem como uma condição de vida. O que ele destaca é a mudança da função na família caso ocorra também mudanças no modo de produção: somente quando os meios de produção passarem a ser comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade (ENGELS, 2000).

Revela,

A economia doméstica converter-se-á em industrial social. O trato e a educação das crianças tornar-se-ão assunto público; a sociedade cuidará, com o mesmo empenho, de todos os filhos, sejam legítimos ou naturais. Desaparecerá, assim, o temor das “conseqüências”, que é hoje o mais importante motivo social – tanto do ponto de vista moral como do ponto de vista econômico. (ENGELS, 2000, p.77)

Essas modificações anunciadas revelam uma nova sociedade na qual o casamento se daria pela afetividade e não como um contrato de propriedade erigido sob posses, considerando inclusive a possibilidade de liberdade de escolha à mulher a partir de sua

superação econômica e moral. Já Gramsci (2004), em seus escritos políticos, destaca a família como um organismo moral, também responsável pela defesa e proteção biológica e social de seus membros, pontuando que esta se encontra em permanente crise. Para o autor, a família vem se configurando e reconfigurando - de um lugar de escravos produtores dos bens do senhor para o da promoção da proteção social – porém, ao longo dos tempos, não tem conseguido garantir o provimento e a proteção, a segurança e a liberdade de seus membros

Para explicar tal afirmação, reporta-se à história da criação da propriedade privada, que nada mais foi, que a representação máxima da dominação de um gênero sobre o outro, de uma classe sobre a outra. Afirma que a “segurança” estabelecida a partir das cercas representou, na verdade, um privilégio de poucos e a exclusão seguida de escravidão de muitos. Defende um regime coletivista onde todos tenham acesso indiscriminadamente a todos os benefícios da civilização. No qual os pais possam cumprir com suas funções de educadores sem comprometimento do seu tempo em virtude de horas extensas dedicadas ao trabalho. Uma realidade na qual a exploração do trabalho e a desigualdade não sejam as causas do comprometimento da função da família.

Defende o autor que a família deve ser reintegrada à sua função moral, de preparação humana, de educação cívica e que nenhuma manifestação de opressão ou desigualdade deveria conspirar contra a família nesta função.

Diante do exposto, verifica-se que a grande ênfase dada à família não se vincula à sua função moral como defende Gramsci, mas à sua base material: as transformações históricas e as mudanças sociais têm determinado a forma como a família deve se organizar de modo que possa cumprir sua função de garantir a manutenção da propriedade privada e o *status quo* das classes mais favorecidas economicamente, possibilitando ainda a reprodução da força de trabalho necessária à expansão e consolidação do capital.

Diante deste contexto Bilac (2003) chama a atenção para a necessidade de discutir e compreender a família enquanto mecanismo de reprodução da vida social e não apenas material, pois, a partir do momento que a família recebe o *status* de instituição formadora das individualidades, ela caminha para a reprodução da vida social. Quanto a isso, podemos entender que:

O termo “reprodução” foi e continua sendo utilizado em diferentes discursos teóricos (Lefebvre, 1973; Bourdieu 1979), e cada um deles, apesar de possíveis semelhanças, guarda o significado peculiar. Contudo, parece ter sido o pensamento feminista que trabalhou o conceito de “reprodução”, entendido como “esfera” ou “instância” específica da vida social, reservada à produção da vida social, dos seres humanos, tanto em termos quotidianos quanto geracionais; esfera, esta, organizada

pelas relações de gênero e fundada na divisão sexual do trabalho, articulada, porém, distinta, da esfera da produção (de bens e serviços), espaço privilegiado para a análise da subordinação feminina (BILAC, 2003, p.30).

Considera que a reprodução social implica pensar não apenas os aspectos materiais da sociedade, mas as formas pelas as quais as pessoas são formadas. Pensar a família no contexto da reprodução é considerar que ela produz a vida social ao estabelecer projetos de vida, implantar mecanismos de educação e socialização dos seus componentes (nestes inclusos as estratégias de sobrevivência objeto deste estudo). Aspectos que normalmente não recebem uma valoração no mundo do trabalho, pois não geram riqueza e nem tampouco é agregado algum valor monetário. A produção da vida social começa pela família, portanto, para além da ideia da família como reprodutora da mão-de-obra, esta deve ser compreendida e tratada como lócus de transmissão de valores, crenças, costumes, cultura, moral e pertencimento. Noutros termos,

Nas modernas sociedades de classes, observa-se, porém, o “deslocamento” crescente da reprodução em relação a outras esferas da vida social. À medida que a sociedade se complexifica, passa haver uma crescente especialização - cada dimensão da sociedade tem as suas instituições próprias. Do mesmo modo, a reprodução passa a ser organizada por instituições específicas, e a família pode ser concebida como instituição fundada na e para a reprodução quotidiana e geracional dos seres humanos. A reprodução não se “desloca” da economia e da política para uma existência autônoma, mas para estabelecer novas relações com a economia, com a política, com o Estado. (BILAC, 2003, p. 32).

O contexto destas novas relações é oriundo de práticas sociais diversificadas em virtude dos distintos grupos sociais que vão se constituindo, alerta a autora. Portanto, não pode ser considerada enquanto um processo natural, pois é histórica. Cada um tem seus modos de viver e reproduzir, porém as determinações externas fazem com que os aspectos relacionados à representação e à identidade experimentem limitações de ordem social, econômica e política. Acrescenta: o que reproduz os negros como minoria sociológica não é a cor de seus filhos, mas o estigma, o preconceito e as condições socioeconômicas adversas (BILAC, 2003). É preciso considerar a diversidade de constituição de grupos, o contexto em que são reproduzidos e as condições que os leva a se constituírem enquanto grupos sociais.

Fica evidente em um aspecto sociológico que mais que uma instituição historicamente constituída de funções e papéis, a família representa a reprodução das contradições expressas nos modos de vida de uma sociedade erguida sobre a propriedade

privada. E, para que ela possa incorporar sua moderna função social, novas agências deverão ser acionadas no campo político, social e econômico.

2.3 - A família enquanto instituição social

Conceituar algo na sociedade requer estabelecer um conjunto de elementos que dêem significado histórico e social ao objeto em questão. O conceito na visão de Canevacci (1984), em se tratando da família, não depende apenas de um aporte teórico e de diferentes epistemologias, advém também de mudanças sócio-históricas que a envolvem. A família enquanto uma instituição social está vinculada à realidade social, concreta e abstrata, e dinâmica. Esclarecendo de outro modo,

Instituição é não só um conjunto de relações concretas ligada ao real-funcional, como também uma rede simbólica que contém representações de seus membros, representações conseqüentes das relações entre eles, dos lugares que deverão ocupar, dos limites que deverão respeitar, das práticas que devem desenvolver (Afonso¹⁸ *apud* COELHO, 2000, p.8).

Isso posto, entende-se família como uma instituição composta de normas e definições, considerações acerca das regras de funcionamento entre os elementos que a constitui. Implica interação entre os papéis, funções e atitudes tomadas, perpassada por ideias, valores, preconceitos, conflitos, ou seja, por ideologias. Estabelece ainda conexões com outras instituições que constituem o tecido social no âmbito das suas representações e práticas.

Nos estudos que se referem à história da família é perceptível a evolução histórica que se processou durante os séculos: a família passa por modificações que refletem ideologias que permeiam as instituições políticas, econômicas e sócio-históricas (COELHO, 2000). Antes mesmo de ser descoberta enquanto a instituição importante para o desenvolvimento da sociedade, ela já era concebida enquanto unidade de fortalecimento e sustentação do poder do homem.

Neste aspecto, a família, enquanto uma instituição social, movimenta-se e modifica crenças, valores e normas, em seus diferentes tempos da vida social. Para Coelho (2000), a família pode ser compreendida em três momentos. O primeiro diz é composto de valores, ideologias, normas, padrões ideológicos da sociedade que orientam a socialização da

¹⁸ AFONSO, M. Lucia. M. A face íntima de uma instituição. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1981 (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social).

família. Neste momento teria a família a capacidade sistêmica de se organizar, conectar com outros grupos e constituir fronteiras e conexões; organizar as relações de gênero, sexo. Uma ideologia que acompanha a família é “normalidade” em que deveria se processar laços e vínculos.

Outro momento diz da particularidade, momento este que as normas se concretizam, aplicadas em condições particulares, em diferentes condições sociais, em determinado lugar e tempo. O terceiro momento diz da singularidade, na família um dos maiores desafios, estar junto e ser singular, formam grupos, constituem maneiras e hábitos de um modo particular, individual e singular (COELHO, 2000, p.9).

Já Engels (2000) inicia sua conceituação sobre família a partir do contexto do mundo romano no qual *famulus* diz de um grupo que tem um senhor com poder de vida e morte sobre os seus.

Genofre (2003) e Costa (2004) também destacam este contorno nitidamente patriarcal utilizado para se conceituar e entender a família, neste sentido, segue-se:

O convívio familiar não devia nem podia ordenar-se de formar a privilegiar a escuta, atenção e realização de desejos e aspirações particulares. A estabilidade da família antiga dependia dessa indiferenciação de interesses individuais. O único interesse visado era o do grupo e da propriedade, expresso sempre pelo pai. A sensibilidade familiar era, em consequência, indiscriminada, formada para reagir uniforme e prontamente à solicitação paterna. Era o pai que, defendendo o grupo, determinava o grau de instrução, a profissão, as escolhas afetivas e sexuais de seus dependentes. A família reagia adaptadamente a essas circunstâncias. Convicta de que ele tinha o direito natural e “sobrenatural” de mandar e ser obedecido e conformava-se a isso (COSTA, 2004, p.95).

Para Veiga (2006), a expressão família caracteriza grupos sociais culturalmente distintos, de acordo com as estruturas e funcionamento, desempenhando em vários períodos da história funções políticas e econômicas específicas.

Já para a autora Miotto (2000), trata-se a família como um conjunto de pessoas que escolhem viver juntos experimentando um cuidado mútuo. Defende, portanto, que a família deve ser pensada pela qualidade dos laços, do cuidado e do pertencimento e não apenas pela origem, linhagem e consanguinidade.

A família, para além do que a norma diz, é uma instituição composta por pessoas e daí suas complexas relações que devem ser estabelecidas não mais pelo contrato do casamento / propriedade, mas, por uma experiência de cuidado, que deve ser construída e não imposta.

Diante das reflexões empreendidas a respeito do que seja família e suas funções e dentre as transformações da sociedade, a realidade tem revelado a imposição de uma forma determinada do modo de se viver em família, e as famílias pobres tem reproduzido esse modelo pelo fato da necessidade e pela idealização que perpassa suas relações. Sobretudo as famílias ainda não alcançaram a liberdade de escolha a respeito da forma e do modo familiar sob o qual pretendem viver. Assim, as famílias, neste trabalho, são consideradas a partir dos seus arranjos e modos de vida, que por sua vez são delineados a partir e em relação com o momento e contexto em que se situam. Portanto, as famílias são produto e produtoras das relações sociais.

Uma vez explicitado nosso entendimento de família enquanto uma instituição social, consideramos importante dialogar com Prost (2009) acerca do processo de privatização da família, posto que este processo tem implicações diretas na constituição das famílias, bem como na determinação de sua verdadeira função. O autor afirma que a família constituída em decorrência do predomínio do modelo nuclear tem deixado de ter uma função pública para ter, exclusivamente, uma função privada.

O que representaria dizer que em se tratando do espaço público, enquanto uma arena de decisões da coisa pública, a família delegou a outrem esse poder de decisão, ficando a cargo da família as responsabilidades de condução da vida no âmbito doméstico. Tal processo tem reduzido o poderio da família, uma vez que, ao se recolher à vida privada ela provoca um auto processo de desinstitucionalização, perdendo sua representação pública, deixando de ser uma instituição forte.

Por outro lado essas mudanças trouxeram ganhos para a família e para os indivíduos que a compunham. Na verdade foi no recolhimento da família à vida privada que os indivíduos foram fortalecidos, sendo assim,

Nossa sociedade se encaminha para famílias “informais”. Mas foi também dentro da família que os indivíduos conquistaram o direito de ter uma vida privada autônoma. De certa forma, a vida privada se desdobra: No interior da vida privada da família surge agora uma vida privada individual. No horizonte dessa evolução, estão os lares compostos por uma única pessoa, onde a vida privada doméstica foi inteiramente absorvida pela vida privada individual (PROST, 2009, p.53).

O que se percebe com essa afirmativa é que nesta lógica a família tem contribuído para a reprodução de perspectivas individualizadas em detrimento da coletividade.

Porém Prost (2009) acredita no fortalecimento da família a partir desta capacidade de se ressignificar que ela tem: a relação do sujeito e sua capacidade de construir

história fazem com que as relações coletivas erguidas no seio familiar delineiam formas de se viver em sociedade. A evolução material do quadro doméstico: “[...] a história da vida privada, em primeiro lugar, é a história do espaço em que ela se inscreve (PROST, 2009, p.54). Destaca, portanto, que é deste processo que nascem novos arranjos familiares que mantêm a família como cerne da vida social.

Falando de novos arranjos e funções, destacam-se Szymanski (2000) e Miotto (2000) ao reafirmarem que em se tratando da sociedade contemporânea, que a família não entrou em um processo de extinção, mas, de revisão de papéis e funções. O conceito que as autoras apresentam é algo instigante que retira o peso do matrimônio e constrói o espaço da liberdade. Diz da autonomia, do desejo de estar sem que isso represente padronização de valores e comportamentos, mas sentir-se bem em família ou sem família. Porém, este “novo” conceito está mais no plano da idealização, do que necessariamente no campo da realidade. O direito de escolha e de exercer a escolha ainda não faz parte do cotidiano das famílias pobres.

As novas formas de viver e conviver ultrapassa o fardo histórico dos modelos de família voltadas à reprodução da lógica capitalista. Cabe saber se a família, nas condições da sociedade contemporânea consegue cumprir com sua função enquanto instituição social – de reprodução das relações – da qualidade de vida, a acesso aos direitos sociais e humanos, enfim, que se possa efetivar uma vivência digna para todo e qualquer arranjo familiar existente, mesmo porque, apesar de todas as mudanças pelas quais estas têm passado, ainda sim se constitui em célula *mater* (e não *pater*) da sociedade.

2.4 - Onde e quando “nascem” as famílias brasileiras pobres?

A resposta para tal indagação só poderá ser respondida no traço que a história deixa para a sociedade contemporânea, mesmo porque, desde seu descobrimento, o Brasil é marcado pela exploração, produzindo, portanto, desde sua gênese, famílias empobrecidas.

Porém, iniciaremos nossas reflexões a partir do século XIX, quando o Brasil tenta tornar-se independente vivenciando transformações no contexto político que provocaram profundas mudanças na vida da sociedade brasileira, com destaque para os esforços de erradicação da escravatura e da reestruturação do trabalho livre na sociedade, processo que se misturava aos ares republicanos que efervesciam as discussões. Como destaca Rizzini (2009), Brasil neste fim de século afirmava sua independência, apesar das fortes amarras colonialistas ligadas à imagem do patriarcado.

O fim do século XIX e a chegada do século XX são marcados também por uma preocupação com a “gênese da sociedade”, ressalta-se que esse período da história é nascedouro das legislações de atendimento à infância no país em virtude da mudança dos valores morais e seus efeitos sobre a vida familiar e, conseqüentemente, sobre a criança. A ótica da intervenção passa a ser cuidar da infância garantindo novos comportamentos que não ferissem a ordem pública, até porque, até então, as crianças eram tidas como elementos desclassificados da sociedade. Assim, nota-se que:

Os problemas de carência social já se vinculavam, na primeira metade do século, à profunda desigualdade social então existente, com conseqüências graves para as crianças. Araujo assinala que “a criança pobre pede esmola na igreja ou começa a trabalhar muito cedo, antes dos 10 anos de idade. Ela vende doces na rua, carrega embrulhos, entrega encomendas, é ajudante de pedreiro, carpinteiro ou é operária numa fábrica” (1993, p.160). A polícia, por sua vez, reprime os “vagabundos” e os encaminha aos juízes de órfãos (FALEIROS, 2009, p.38).

Se a infância na entrada do século XX vivia em condições precárias, sem proteção, sem direitos, em situação de pobreza, recebendo por parte da polícia ou do órgão que deveria representar os seus interesses tratamento de coerção e punição, qual seria a condição para a formação de uma nova sociedade brasileira? Quais as características o Brasil republicando imprimia nessas mentes? Com quais situações as crianças contavam para sua segurança no que tange ao seu desenvolvimento? Se existiam crianças pobres, abandonadas, que sobreviviam de artifícios criados na rua para a sua sobrevivência, de certo suas famílias não tinham o que ofertar no tocante à proteção, alimentação e educação, daí questiona-se: como viviam estas famílias pobres?

É, devido à ausência de um aparato social e estatal que favorecesse o rompimento do ciclo de pobreza em que estavam inseridas as crianças e famílias do Brasil República, que irá resultar, nos tempos hodiernos, na grande problemática da pobreza presente nas classes populares. Desde aquela época, a lógica da família nuclear burguesa é imposta, porém, muitas vezes, impossível de ser vivida pela classe trabalhadora.

Como destaca Fonseca (2008), desde os séculos XIX e XX, era frequente mulheres que deixadas pelos maridos, de tempos em tempos, que saiam de cada em busca de trabalho em outra cidade ou estado e, mesmo as que moravam com os seus companheiros, em virtude do aumento da pobreza, eram obrigadas a buscar estratégias para escapar à miséria. E, neste caso, o papel assumido pela mulher, o peso de ser uma “mulher pública”, contrariava o ideal de família adotado na época.

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre a burguesia e as classes pobres. As mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa (FONSECA, 2008, p.517).

Com o advento da industrialização, esclarece a autora:

[...] chegaram, junto com as crianças, a compor mais da metade da força de trabalho em indústrias, notadamente nas de tecidos. Na indústria em Porto Alegre em 1920 as mulheres ocupavam 28,4% das vagas do estado e 29,95% na capital. E cerca de 50,8% da PEA era composta por mulheres e no Estado 49,4% constavam como feminina (FONSECA, 2008, p.517).

A história das mulheres e das crianças tem uma intrínseca relação com a história da família, uma vez que, esses dois sujeitos são componentes da vida familiar. A primeira entendida como a produtora das “riquezas nacionais”, vetor da educação, da formação e da organização do lar e a segunda, num primeiro lastro da história, como “cria da casa”, e mais tarde, como aquela que provoca a aproximação e o sentimento na família. No âmbito social são compreendidas como sujeitos portadores de singularidades e importantes para o desenvolvimento da vida familiar e comunitária e demandatárias de proteção.

A transformação da sociedade tradicional, marcada pela polarização em torno da família nuclear e seu enclausuramento progressivo, fez com que as pessoas se retirassem da rede extensa de parentela para investirem no espaço privado do lar. As mulheres burguesas foram cooptadas a se dedicarem integralmente ao espaço doméstico e suas crianças passaram a completar sua formação com preceptoras, governantas, professores e escolas. Porém, as classes populares seguiram uma evolução diferente, caracterizada por casamentos entre pessoas muito jovens, pelo aumento das uniões consensuais, frequentemente instáveis, pelo número elevado de bastardos e crianças nas vias públicas.

Certamente impactos culturais decorridos do modo de pensar e viver de aglomerados sociais mais simples influenciou decisivamente nos valores e normas da sociedade dominante, “menos heteróclita, graças às aglomerações urbanas, a “cultura popular” teria se concentrado nas camadas pobres da classe trabalhadora” (FONSECA, 2008, p.521). Com base nesses dizeres, percebe-se que o processo de moralização e normatização familiar correu à revelia das famílias pertencentes aos grupos populares. As crenças, valores e

normas impetrados na vida da família burguesa não faziam parte do cotidiano das famílias pertencentes à classe trabalhadoras, apesar de ter sido imposto como modelo ideal.

Outra reflexão refere-se ao papel desempenhado pelas mulheres da elite que receberam fino trato, recolheram-se à privacidade do lar e aos domínios domésticos, tendo garantido para suas crianças o devido preparo para a vida social e política. Já as mulheres pobres tiveram que sair do lar para compor a renda familiar e sustentar a prole, ficando suas crianças também obrigadas ao trabalho apesar de tenra idade. Salienta-se ainda que a renda advinda do salário, na maioria das vezes, não era suficiente para suprir as necessidades mínimas das famílias trabalhadoras.

A despeito das classes populares tentarem criar uma organização social à revelia das normativas da família burguesa, esta sempre deteve os meios de produção e a família pobre possuía apenas a mão de obra para vender em troca de um salário, assim, por essa irreverência, eram permanentemente excluídas e culpabilizadas pela sua condição social.

A imposição do modelo nuclear burguês entre os grupos populares foi precedida de enclausuramento, medidas coercitivas, isolamento social e saneamento de ruas retendo mendigos, órfãos e prostitutas do espaço público. Esta passagem lembra a história da loucura de Foucault, que mostra que manicômios foram criados para corrigir os desvios de comportamentos e limpar as ruas para que a sociedade pudesse transitar.

Estudos antropológicos como os de Sarti (2005; 2003), Neder (2005) e Fonseca (2008) sobre famílias brasileiras de baixa renda revelam o contexto vivido por estas no início do século XX: mantinham a vida doméstica aberta à vida pública (no mesmo logradouro muitas casas favoreciam as crianças transitarem de casa em casa; a necessidade de sobrevivência levava à publicização dos problemas, dentre outros fatores); a escola não era presente na rotina das crianças; a precariedade da família conjugal se revelava na alta mortalidade infantil, além das epidemias periódicas que essa população tinha que conviver por falta de médicos que atuassem diretamente com as classes desfavorecidas.

Novos casamentos em virtude da viúves ou do abandono também faziam parte dos hábitos, sendo por vezes as crianças colocadas em lares estranhos para evitar maus tratos proverbiais e para que pudessem crescer: a entrega dos filhos a instituição ou a outras famílias representava a prestação de serviços domésticos, a maioria vivia com outra família quase tão pobre quanto a de onde tinha saído e tinham que pagar com o seu próprio trabalho o lugar na família de criação. Os jovens de 8 e 9 anos trabalhavam como domésticas, mensageiros ou aprendiz. Em certos casos o dinheiro recebido pelo trabalho era todo destinado à família. Filhos em família pobres representavam mão de obra a ser explorada e aumento da renda.

Em um contexto de ausência de proteção o trabalho era certo nas famílias o uso extenso dos filhos e, em um tempo curto, aquelas crianças, seriam os adultos que dependeria de sua prole para um mínimo de conforto na velhice (FONSECA, 2008).

As famílias pertencentes às classes populares viviam em um estado de pobreza que se sujeitavam qualquer tipo de trabalho para garantir o seu sustento. As atividades remuneradas em que se inseriam sempre ligadas aos afazeres domésticos, não contribuíam muito para o aumento da renda. Alternava entre serviços ligados à higiene e organização do lar ao trabalho pesado da roça. Esse tipo de trabalho e a baixa renda aliada à ausência de educação aprofundavam as desigualdades e acirravam a luta de classes.

Os pobres, sujeitos culpabilizados pelos infortúnios sociais, foram tidos durante muitos anos como os responsáveis pelo não desenvolvimento adequado do Brasil. Por comprometer a ordem e o progresso, era comum maior severidade do aparato estatal em seu controle e punição. Certo é que a questão que governa esse texto é mais provocativa do que necessariamente pretensiosa de chegar a uma resposta linear. Mas, fato é que a pobreza está presente em toda a história da humanidade, porém, uma relação mais estreita entre família e pobreza pode ser delimitada a partir do surgimento da industrialização e, seu asseveramento e desdobramento, têm comprometido o estreitamento dos laços, o pertencimento e a convivência familiar, a execução das funções, além de expor que o trabalho e a renda como fatores essenciais à manutenção da vida social não estão presentes no cotidiano da vida das famílias pobres. E, quando estão presentes, não se revertem em qualidade de vida.

A pobreza é algo condicionante e doméstica a uma parcela significativa da sociedade. As famílias pobres convivem com históricas limitações de ordem econômica, social e política. A tentativa de localizar seu nascimento, especificadamente, no Brasil, concentra suas especulações a partir do processo de colonização que utilizou da escravidão e da ausência de proteção social para submeter milhares de pessoas a condições indignas e que tiveram um efeito longitudinal na história brasileira.

Os processos desencadeados pela colonização são precedidos de uma ausência de uma estrutura política e social que enfrentasse a desigualdade impetrada no país a partir da chegada dos primeiros colonizadores. A maior expressão de desigualdade se deu a partir da divisão entre brancos e índios, brancos e negros; brancos e migrantes. Sendo que essa relação foi estabelecida por meio do domínio e coerção. Os açoites, castigos, penalizações, acultramento e histórica exclusão levaram uma população antes livre, ao subjulgo de uma sociedade injusta e desigual.

2.5 - Arranjos familiares na sociedade contemporânea

Reconhecido como momento de transformações, o século XX traz em seu tempo intensas e rápidas transformações sociais, definidas a partir de uma “parafernália” tecnológica que ocupou os domicílios e por mudanças culturais. O autor Hobsbawn (1995) classifica o século XX como “a era dos extremos” pelo fato de congregar guerras e conquistas sociais, aumento da miséria e ampliação dos direitos sociais, marcado por intensas transformações que atingiram o mundo como um todo.

No âmbito social e político as mais significativas alterações do mundo se vinculam às lutas sociais: duas grandes guerras, crise do sistema capitalista, movimentos sociais efervescentes a luta em defesa da participação popular; o êxodo rural como mecanismo de resistência e de sobrevivência; declínio da classe operária industrial pelo advento da robótica, um processo de reestruturação produtiva aliada a um Estado Neoliberal. Outro fator de mudanças é a entrada, em números significativos, das mulheres no mundo do trabalho em decorrência do avanço de suas conquistas pelo aparato legal e constitucional e das necessidades socioeconômicas.

No âmbito cultural, as conquistas femininas foram essenciais para o que Hobsbawn (1995) denomina de “revolução cultural”, demarcada por transformações nos padrões de comportamentos referentes ao aspecto pessoal da vida. Como se as escolhas dos indivíduos neste século tivesse ganhado mais força e maior dimensão no campo das suas realizações. Como já assinalou Prost (2009), a família inaugurou a individualidade em detrimento da sociabilidade.

Neste contexto, a relação familiar passa a conviver com variadas mudanças desde a inserção da nas leis que introduziu o direito ao divórcio; a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a vitória destas contra os preceitos morais que as submetiam a uma relação sem ganhos, em todos os campos de sua existência; a disseminação de um comportamento mais autônomo quanto ao desejo pela maternidade ou não e, também pelo melhoramento nas políticas sociais, especialmente na saúde, que se volta para a saúde da mulher e garante o acesso aos meios contraceptivos, dentre outros fatores emplacaram mudanças socioculturais e econômicas importantes e colocou questionamentos à vida familiar nuclear, uma vez que estas mudanças contrariam, especialmente, a forma patriarcal de condução das pessoas na sociedade.

Neste mundo permeado por mudanças, por sua vez, cabe um olhar mais heterogêneo sobre esses agrupamentos humanos. Pois, com os novos arranjos a visão de uma “família ideal” passa a ser substituída por uma visão mais voltada à “família vivida” caracterizada por fraquezas e fortalezas.

Para além das normativas e estabelecimentos de um padrão, a lógica que governa a discussão sobre família não se concentra na definição de certo ou errado, nem tampouco em determinar os comportamentos, mas está na complexa tarefa de considerar o ser em família, compreendendo como as pessoas se relacionam diante deste mundo em transformação. Isto é, da maneira como cuidam da relação entre si (SZYMANSKI, 2002).

Novos arranjos vão compondo a família brasileira, alguns já existentes desde o período colonial e outros que surgiram a partir da inserção do país no processo de industrialização e pelas mudanças culturais. Contexto em que a diversidade de composições familiares estabelece novos focos de discussões sobre as famílias.

Os movimentos internos na vida familiar e os impactos da vida externa fizeram da família uma instituição historicamente mutável. Para Szymanski (2002) os novos arranjos que se apresentam na vida familiar são decorrentes de mudanças sociais e econômicas. A autora em seus estudos classifica a partir de Kaslow (2001) nove arranjos familiares presentes na vida social no século XX:

- 1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos; 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; 3) famílias adotivas temporárias (FOSTER); 4) famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multirraciais; 5) casais; 6) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; 7) casais homossexuais com ou sem crianças; 8) famílias reconstituídas depois do divórcio; 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo (KASLOW¹⁹ apud SZYMANSKI, 2002, p.10).

Esses nove arranjos mostram as transformações nos modos de vida da sociedade, a presença da família nuclear denota sua força e presença, mas não há como negar a existência de outros arranjos que foram se estabelecendo a partir de um conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais. Revelam as modificações ocorridas na família por meio da sua relação de interdependência com os fatores externos de caráter socioeconômico. Os arranjos apresentados podem ser considerados enquanto as capacidades que os sujeitos passam a apresentar para além das determinações dos sistemas e, que inevitavelmente, irão provocar

¹⁹ Em KASLOW, F.W. Families and family Psychology at the Millenium. American Psychologist. V. 56.n.1.2001 (37-46)

reflexões e mudanças na mídia, na economia, nos produtos e nas formas de consumo. Os novos arranjos podem ser considerados como a representação das capacidades de escolhas dos sujeitos sem que estes precisem levar em conta as determinações externas as suas necessidades afetivas e sociais.

Os estudos demográficos das estruturas das unidades domésticas revelam a existência de mudanças nos arranjos familiares em virtude do crescimento do modelo monoparental feminino, explicado, pelo aumento do número de divórcios e pelo aumento do número de mães solteiras com filhos, mulheres chefes de família; crescimento de arranjos unipessoais, com propensão à opção de casais separados, de jovens solteiros (principalmente de homens) e de mulheres viúvas viverem sozinhas (aumento da longevidade para as mulheres mais do que para os homens).

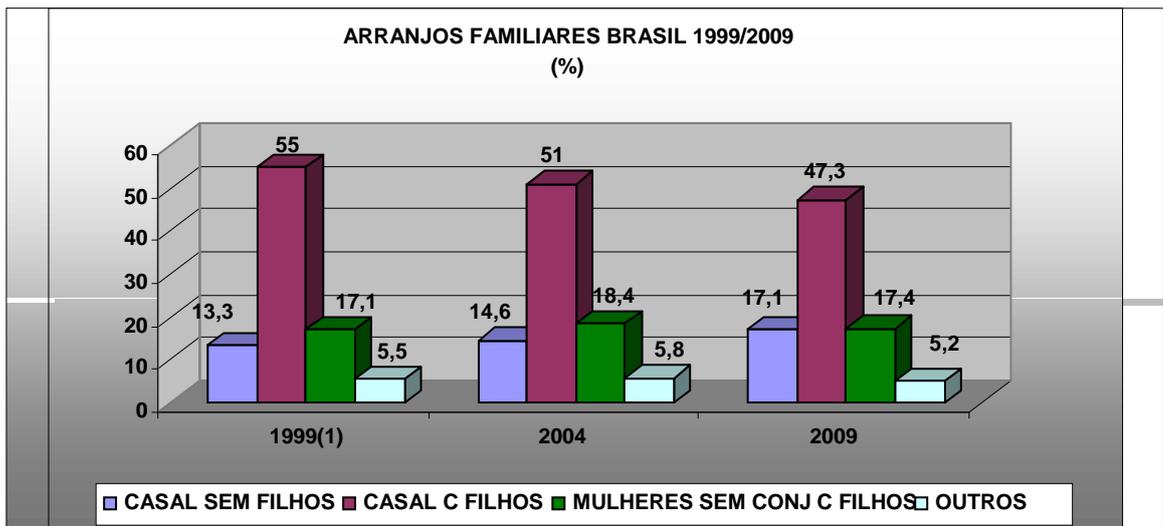


GRÁFICO 5 - Distribuição percentual dos arranjos familiares com parentesco, residentes em domicílios particulares, segundo o tipo Brasil - 1999/2009

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

As escolhas que as pessoas têm feito por viver em família têm chamado a atenção das ciências sociais e humanas em várias áreas de intervenções profissionais tais como a Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, profissionais da Saúde, exigindo que se respeite o direito e, por vezes, a necessidade ou a conveniência dos diversos arranjos existentes. Estas novas realidades logram a necessidade de fugir das convenções e criar outras formas de arranjos domésticos e de convivência familiar. A família vivida amplia-se, mantendo-se mais por ligações afetivas e ou de convivência do que de parentesco, sendo grande o número de mulheres que são responsáveis pelo grupo familiar na atualidade (SZYMANSKI, 2002). Tem-se:

[...] famílias em que o grupo doméstico é maior que a família nuclear, incluindo quer outros parentes (na maioria das vezes, membros da família de origem de um dos cônjuges), quer agregados de diferentes tipos (afilhados, amigos, pensionistas ou mesmo serviçais). Temos também os casos em que o grupo é menor que a família nuclear: casais sem filhos, por exemplo, irmãos solteiros sem pais. Mas, o caso mais comum de famílias assim incompletas é o das famílias matrifocais, isto é, formadas basicamente por mães e filhos e nas quais a presença de um cônjuge – pai - tende a ser temporária e instável. Sabemos que esse tipo de família é muito comum nas famílias mais pobres da população. Finalmente temos os casos, muito complexos e cada vez mais freqüentes, resultantes da dissolução de casamentos anteriores e onde a relação do casal com seus próprios filhos, filhos dos outros casamentos de um ou de outro casamentos de um ou de ambos os cônjuges e a relação entre esse diferentes filhos entre si pode dar origem a arranjos diversos (DURHAM, 1991, p.30).

As condições de vida das famílias revelam as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança de valores e à liberalização dos hábitos e costumes e à individualização em termos societários. Como já apresentado, os variados arranjos representam um pouco destas mudanças na vida social, além do empobrecimento asseverado nos últimos anos e a desterritorialização das famílias gerada pelos movimentos migratórios (PNAS,2004). Destarte, os novos arranjos familiares estão presentes entre todas as classes sociais em virtude das mudanças ocorridas nos modos de vida da sociedade.

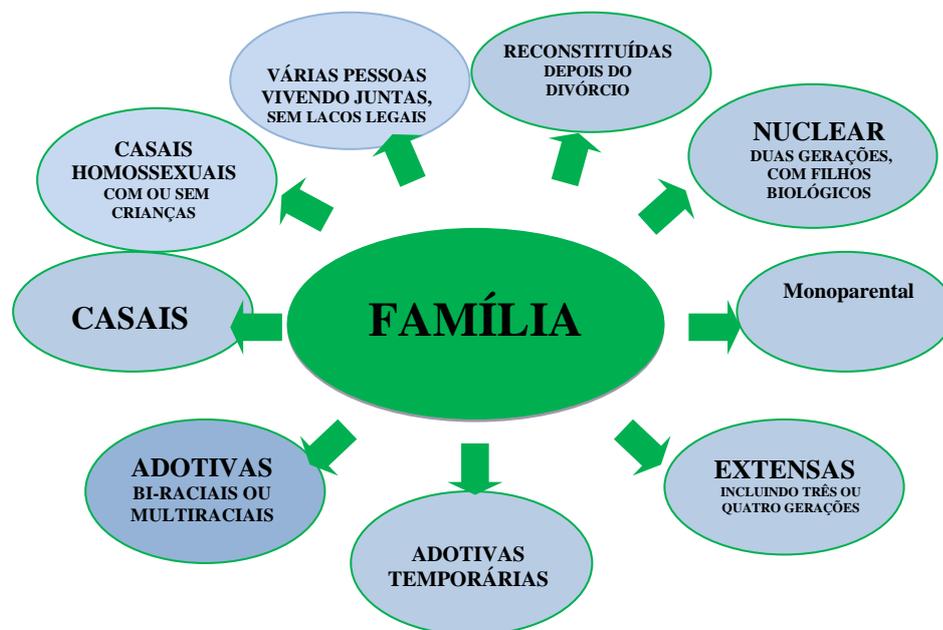


FIGURA 1 -Arranjos familiares no fim século XX

Fonte: Elaboração própria com base nos estudos de Szymanski (2002; 2003)

Portanto, as abordagens acerca dos arranjos devem se dar no campo do reconhecimento das mudanças, por vezes mais perceptíveis nas famílias mais pobres. Porém, Fávero (2001) também assinala que famílias de classe média têm deixado as regras de uma família nuclear e têm se dedicado a viver dentro de uma relação vivida e experimentada em seu cotidiano. Passam dessa forma a abandonar a idealização e a concentrar seus planos e perspectivas na realidade vivida. Salienta-se que as relações vividas não devam ser submetidas aos valores que sustentam as características nucleares como forma de julgar e punir “[...] carências, desvios ou anormalidades” utilizando de mecanismos legais e normativos para o enquadramento dos ideários elitistas” (FÁVERO, 2001).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE, em 2007 esse tipo de arranjo familiar – mulheres sem cônjuge com filhos – já caracterizava 17,4% dos lares e, em 2008, 18,5% deles. Em 2007, ainda segundo a PNAD, cerca de 20 milhões de residências tinha uma mulher como pessoa de referência da família. Essa liderança feminina se verificava em 52,9% dos arranjos monoparentais, em 16,6% dos casais com filhos e em 5,6% dos casais sem filhos.

Apesar do seu crescimento, cabe destacar, porém, que este arranjo, entre as famílias, está presente desde os tempos coloniais, sendo erroneamente compreendida enquanto um fenômeno da sociedade contemporânea. Esse arranjo tem suas marcas ligadas à pobreza, à cultura popular e aumentam com entrada, em massa, das mulheres no setor industrial. Assim,

A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular (SOIHET, 2008, p.362).

Apesar desta constatação, é apenas a partir de 1970 que as mulheres chefes de família passam a ter visibilidade e conquistam um lugar entre as pesquisas sociológicas. Conhecidas como “mães-de-família” assumem dupla responsabilidade - criar e cuidar os filhos e sustentar materialmente e afetivamente a família, além de carregarem a culpa pela insuficiência e/ou incapacidade por vezes vivida devido à exploração e condições de trabalho que não lhes possibilitam o devido cuidado com os filhos ou mesmo o devido provimento econômico (BARROSO; BRUSCHINI, 1981).

Vitale (2002) sinaliza ainda que famílias monoparentais não devem ser confundidas com famílias chefiadas por mulheres, pelo fato de que a segunda é definida pelo

quantitativo de renda, pelo poder de maior responsabilidade de prover e cuidar dos filhos. Podem ter companheiro e ter a sua renda como fator preponderante ou exclusivo para a manutenção do lar. Já as famílias monoparentais são aquelas em que a mulher é o chefe da família, sem companheiro e com filhos.

No Brasil, nas famílias pertencentes às classes populares, segundo Cláudia Fonseca (2008), prevalece à união consensual marcada por uma rede extensa de parentes e agregados, mantendo uma sociabilidade ampliada. Outra característica marcante é o aumento da composição de famílias a partir da constituição de uma nova relação familiar. As famílias reconstituídas, que ao término do casamento buscam em outra relação à manutenção das experiências familiares ou por opção de não ficar só, apresentam complexidades que vão desde relações que passam a se constituir em um emaranhando de informações e valores até o surgimento de questionamentos de quem são os parentes, qual o seu pertencimento a esse novo grupo.

Outro dado significativo é o aumento dos casais sem filhos no período de 1999 a 2009. Segundo o censo do IBGE (2010) teve um aumento relativo na proporção de casais sem filhos (de 13,3% para 17,1%) e uma redução de casais com filhos (de 55% para 47,3%).

Verifica-se, portanto, que as transformações nas famílias brasileiras marcadas pelas condições de trabalho, pelo redimensionamento dos papéis familiares, pela indefinição, mudança e permanência de valores; pela longevidade pela existência das desigualdades sociais e étnicas, dentre outros aspectos provocam o surgimento de novos estilos e arranjos familiares, bem como impulsionam redefinições de suas identidades. As famílias do século XXI - pensadas e vividas - apresentam a capacidade de produzir novos níveis simbólicos e funcionais das relações institucionais, porém, muitas vezes, sobretudo as famílias pobres continuam aprisionadas pelas amarras do sistema capitalista, tanto que é possível verificar uma relação direta entre determinadas mudanças nas famílias e a sua condição de pobreza. No interior das famílias, a condição de atividade dos integrantes foi sensivelmente afetada pelas transformações ocorridas no mercado de trabalho. O desemprego, que foi intenso na década de 1990, contribui para tornar as famílias mais vulneráveis à pobreza e, no seu enfrentamento, a estratégia mais frequente foi o aumento da participação da cônjuge entre os ocupados (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010, p.67).

Diante deste contexto cabe destacar que a percepção da presença de vulnerabilidades específicas conotam a emergência de medidas ativas de proteção social, em particular, a presença de crianças e idosos (relações de dependência), o comprometimento de renda familiar (situação de pobreza) e relações de gênero, devem ser melhor entendidas quando se pretende estruturar ações que contribuam para que as famílias, sobretudo as em extrema pobreza, possam cumprir com suas funções. Neste sentido, apresentaremos a seguir

mais alguns dados retirados do documento *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010*, elaborado pelo IBGE com objetivo de apresentar a realidade das famílias pobres no Brasil.

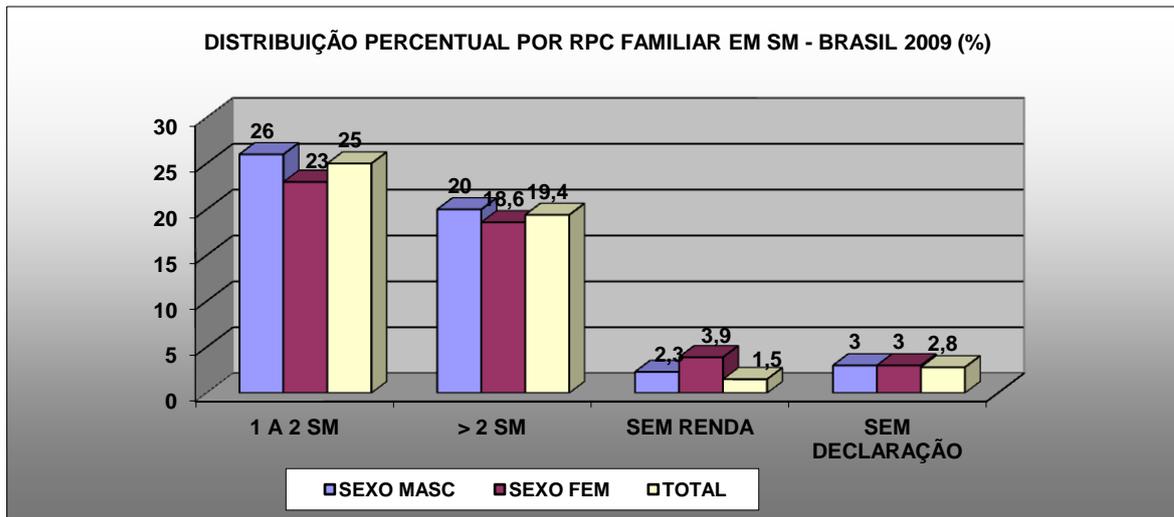


GRÁFICO 6 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição de percentual por rendimento per capita, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência – Brasil – 2009

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

O GRÁFICO 6 indica que o número de famílias em que a renda varia entre um a dois salários mínimos são chefiadas pelos homens. E nos casos onde a renda é inferior a dois salários mínimos as mulheres estão apenas 2 pontos percentuais dos homens. Porém, em situações de extrema pobreza, onde as famílias declaram não ter renda, o sustento do grupo é das mulheres. Ou seja, os trabalhos desempenhados pelas mulheres que, geralmente estão vinculados aos serviços domésticos, as mulheres são aquelas que levam a renda para casa. Quanto às famílias em que a renda não foi declarada homens e mulheres representam a mesma porcentagem.

A perda da renda oriunda do emprego tem feito com que as famílias mobilizem maiores esforços para a sobrevivência material por meio da adesão a novas formas de gerar renda. Neste processo destaca-se a inserção da mulher no mercado de trabalho. Essa situação vai repercutir em todo o ciclo de vida das famílias, uma vez que, alijados do processo de modernização e dos benefícios deste, seus espaços de sobrevivência passam quase sempre pela moradia precária, sem infra-estrutura básica para a garantia de uma vida digna aos seus

moradores, notadamente aos mais pobres, que tem seu cotidiano permeado pelo não acesso ou acesso precário aos direitos sociais.

Situações como a falta de emprego, renda baixa e a inexistência de um sistema de proteção previdenciária e, mesmo com a entrada nos programas de transferência de renda, ainda o país acumula pobreza e expõe as famílias a riscos como violência, criminalidade, drogadição, fome, trabalho infantil, trabalho escravo e outras expressões da questão social brasileira. Estas circunstâncias agravam a desigualdade social e denotam que apenas a distribuição de renda não repara esse dano social, denunciando que as políticas sociais não alcançaram as múltiplas situações pelas quais vivem as famílias e em algum momento, são seletivas, excludentes e possuem ainda um caráter paliativo.

De fato, a família é a primeira instituição que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos sujeitos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea possa ter, ela é o espaço no qual se inicia o aprendizado do afeto e das relações sociais. Destaca-se neste contexto que as famílias pobres apresentam a mesma capacidade de cuidado que as famílias não pobres, porém, demandam maior atenção do poder público, não por serem menos capazes, mas por historicamente terem sido alvo de uma conjunção de fatores que ao invés de potencializá-las, reafirmou sua condição de subalternidade. Subordinação não por ela construída, mas a ela atribuída. Eis o momento de se reconhecer esta histórica dívida e pensar soluções para liquidá-la.

2.6 - Vulnerabilidade e risco nas famílias

Ações centradas nas famílias tem sido a estratégia dominante nos sistemas de proteção social em todo o mundo. No Brasil, especificadamente a partir da década de 1990, a família volta a agenda pública como elemento central na Doutrina da Proteção Integral do ECA/90 e elemento essencial de fortalecimento dos vínculos entre sujeitos e sociedade por parte da LOAS/93. Apesar de se ter essas normativas, não se tem, em geral, suficiente clareza dos resultados de fortalecimento das famílias diante de um contexto de pobreza ou extrema pobreza.

As políticas sociais de corte protetivo têm dado ênfase ao risco o que, em alguns casos são necessários, porém, as intervenções perdem seu caráter preventivo e passa a ser interventivo/coercitivo ao desconsiderar o esfacelamento do vínculo familiar e comunitário em virtude de situações que não dependem, única e exclusivamente, da vontade das famílias e

seus sujeitos. Em se tratando das vulnerabilidades presentes no cotidiano da vida familiar, mesmo com todo o aparato jurídico de viés protetivo as famílias em extrema pobreza ainda estão a espera de uma proteção que fortaleça seus vínculos a longo prazo por meio do enfrentamento político da pobreza, da fome, entre outras situações que as coloque a beira do risco. As políticas sociais devem ser desenvolvidas para fazer frente a risco específicos e fortalecer a capacidade de resposta das famílias, para a redução das vulnerabilidades(BRONZO,2009).

Para Bronzo (2009), no campo da proteção social, o foco orientado pela abordagem da vulnerabilidade e do risco está nas estratégias utilizadas pelas famílias que lhes permitem escapar a pobreza e nas outras que as fazem perpetuar nela.

Para a autora vulnerabilidade relaciona-se, por um lado, com a exposição ao risco e, por outro, com a capacidade de resposta, material e simbólica que, indivíduos, famílias e comunidades conseguem dar para fazer frente ao risco ou ao choque (que significa a materialização do risco). E, o risco seria uma variedade de situações que englobam os riscos naturais, os riscos ligados ao ciclo da vida, os riscos sociais, os riscos ambientais, os riscos políticos. Os indivíduos e as famílias agem de formas diferenciadas quanto à capacidade de resposta aos riscos. (BRONZO, 2009,173)

As famílias extremamente pobres mediante o processo de pobreza convivem com maiores situações de vulnerabilidade e risco. Seja pelo território que moram, seja pelas condições econômicas e sociais em que se encontram, seja pelas dificuldades que têm de acessar os bens e serviços sociais públicos e pela dificuldade de acesso a riqueza socialmente produzida.

A idéia de vulnerabilidade social tem sido eficaz para chamar a atenção sobre as condições estruturais que colocam as pessoas em risco, para além do seu comportamento individual. Entendemos que, ao trabalhar com o conceito de vulnerabilidade social, não estamos remetendo ao indivíduo a condição de vulnerável. A vulnerabilidade social, conforme é vista por Ayres (1999) está na falta ou na não-condição de acesso a bens materiais e bens de serviço que possam suprir aquilo que pode tornar o indivíduo vulnerável.

Para Abramovay (2002) a vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Essas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais.

Desta forma, o conceito de vulnerabilidade social está indiretamente vinculado com o de mobilidade social, posto que as possibilidades que indivíduos em vulnerabilidade social possuem de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas são restritas em termos de modificação de inscrição social.

Um contexto de vulnerabilidade social vinculado a um contexto socioeconômico desfavorável corrobora com uma situação negativa de integração social. Atrelada a outros fatores que constituem um contexto de desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades da cada grupo social desencadeando comportamentos violentos. A pobreza, por exemplo, é uma vulnerabilidade efetiva, mas a condição de vulnerabilidade, embora a inclua, não se esgota na pobreza.

As famílias extremamente pobres estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade. Apresentam dificuldades de acesso aos bens e serviços e as políticas sociais, em alguns casos, não têm dado respostas aos problemas que as famílias apresentam. Essa situação tem colaborado para a inserção das famílias em situações que levam ao risco social.

O risco deve ser entendido como evento externo, normalmente produzido na relação social, afetando qualidade de vida das pessoas e ameaçando sua subsistência. Muitas pesquisas mostraram que determinados aspectos estão intimamente relacionados a fatores de risco e a fatores protetores. Por exemplo, famílias abusivas, famílias alcoolistas, ausência de lar, atos infracionais, são fatores de risco. O risco normalmente se refere às situações em que um ou mais indivíduos vivenciam situação de violação de direitos.

Cabe destacar ainda que, normalmente, quando as situações de vulnerabilidade não são devidamente trabalhadas, elas se complexificam levando à situação de risco. As famílias pobres, não são as únicas a desenvolverem comportamentos de risco, porém estão mais vulneráveis às situações de risco.

Situações de vulnerabilidade e risco na vida familiar sinalizam para a emergência da criação de serviços sociais que sejam estruturados para a prevenção e promoção das famílias. Em territórios marcados por pobreza devem-se implantar ações públicas que fortaleçam as famílias no tocante a convivência e a superação da precariedade social em que se encontram. Além de que estas situações favorecem a criação das estratégias de sobrevivência.

As famílias em extrema pobreza desenvolvem as estratégias de sobrevivência em virtude do contexto de vulnerabilidade e risco em que estão inseridas. Em alguns momentos o risco em que estão inseridas acaba por contribuir para o desenvolvimento de *práticas* que as

colocam como demandatária de maior proteção. As *práticas de risco* começam a constituir os modos de vida das famílias em extrema pobreza, pois passam a desenvolver ações ilícitas e *contra normativas*, na maioria dos casos, para a satisfação de suas necessidades e isso revela o nível de precariedade em que vivem.

As transformações societárias no campo econômico e social, que desenvolvem aspectos negativos e positivos, trouxeram para a vida familiar um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias vulneráveis. A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida familiar (PNAS, 2004).

As condições da vida família dependem cada vez menos dos indivíduos, dada as desigualdades que caracterizam a estrutura social brasileira, o grau de vulnerabilidade e risco vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem.

CAPÍTULO III

FAMÍLIAS EM EXTREMA POBREZA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

O presente capítulo traz as reflexões acerca das estratégias de sobrevivência enquanto um conceito e a construção analítica das tipologias empregadas por Balsa (2009); Balsa *et.al* (2000) e Sposati (1985).

Enquanto as políticas sociais não revertem o quadro de desigualdade e pobreza em que estão instaladas as famílias estas são desafiadas a criar mecanismos de enfrentamento ao contexto de desigualdade e pobreza em que se encontram. A partir desse entendimento, destaca-se, neste capítulo, autores clássicos que discutem a temática das estratégias de sobrevivência.

As estratégias de sobrevivência fazem parte do cotidiano das famílias em extrema pobreza para a satisfação das suas necessidades mais elementares especialmente por não conseguirem inserção no emprego formal que geraria renda fixa e aumentaria o seu poder de compra e negociação e por não ter acesso aos recursos ou quando esse acesso é restrito aos benefícios das políticas sociais para a superação das desigualdades.

Isso posto, as estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza centram-se no campo das necessidades na maioria das vezes materiais e se desenvolvem como uma prática que envolve todo o grupo familiar devido a perda da renda e privações.

3.1 - Estratégias de sobrevivência enquanto conceito

Estudos a respeito das “estratégias de sobrevivência” surgiram nos fins dos anos de 1970, influenciadas pelas críticas de Durham (1980) à abordagem marxista que tendia a conceber a família como instância ideológica, mera reprodutora de relações sociais e dominação, sobretudo através de sua função socializadora. (SARTI, 2005, p.40).

As expressões estratégia familiar diz dos comportamentos de famílias pobres, para dar conta do modo integrado com que agem, visando otimizar tanto o acesso quanto a distribuição dos recursos que logram alcançar. Ancorados na organização e prioridades internas que, na prática, estabelecem estes comportamentos, definem a cada momento do ciclo familiar, o lugar de cada um dos seus membros na unidade doméstica. A economia familiar ganha assim concreção, seja pelos seus aspectos

imediatamente econômicos (integração de renda e de consumo), seja pela racionalidade específica que aí se constrói e passa a presidir os esforços de acesso e distribuição a bens simbólicos e materiais. (REZENDE, 2008, p.71)

Segundo Draibe (2005) as expressões estratégia familiar e estratégia de sobrevivência foram cunhadas nos estudos antropológicos dos comportamentos de famílias pobres para dar conta do modo integrado com que agem, visando otimizar tanto o acesso quanto a distribuição dos recursos que logram alcançar. As famílias pobres estabelecem organizações e prioridades internas que, na prática, resultam nestes comportamentos e que pode ser definidos a cada momento do ciclo familiar.

As estratégias delinearão o lugar de cada um de seus componentes na unidade familiar. A economia familiar ganha assim concreção, seja pelos seus aspectos imediatamente econômicos (integração de renda e consumo), seja pela racionalidade específica que a partir destas situações são construídas e passa a presidir os esforços de acesso e distribuição de bens simbólicos e materiais.

Para Almeida (2003) e Cartaxo (1995), as estratégias expressam um conjunto de práticas de trabalho, não trabalho, consumo e reivindicações, sendo as rendas obtidas reunidas num orçamento comum a toda unidade familiar, com o objetivo de atender da melhor forma possível as necessidades de seus diversos membros. O objetivo é reunir os recursos parcos advindos de várias frentes de trabalho para que assim se possa ter um montante de valor que supra as necessidades, ou que pelo menos, possa arcar com o mínimo das despesas.

Em um contexto de extrema pobreza os recursos provêm de várias frentes de trabalho que giram no entorno das diferentes atividades desempenhadas pelo grupo familiar. Numa visão arcaica, as estratégias teriam como elemento central o recurso ao trabalho complementar do cônjuge e dos filhos, para compensar os baixos rendimentos do principal provedor, que também pode ser a única fonte de renda do grupo familiar. Porém, em se tratando de extrema pobreza os recursos reunidos em torno da renda são disponibilizados para todos e passam a ser responsabilidade de todos.

A formatação moderna de provimento familiar não é algo exclusivo do homem, até mesmo porque a conjuntura econômica não lhe dá mais essa condição, sua renda não consegue prover as necessidades da prole, ele tem que contar com o agrupamento de novos elementos na mobilização da renda. Isso requer a ampliação do número de membros ativos da família e uma redução da proporção daquelas em que uma só pessoa trabalha, além do conseqüente aumento da participação de mulheres e de jovens no mercado de trabalho.

Como assevera Castel (2004), os jovens de periferias advindos de famílias pobres são inseridos no mundo da reprodução por meio de relações precárias por não serem absorvidos pelo mercado de trabalho formal. Instalam-se em algum tipo de atividade remunerada sem proteção previdenciária com caráter subalterno e desfilante. Neste contexto, os trabalhos informais ou atividades ilícitas passam a compor uma das fontes de renda destes indivíduos.

Castel (2004) considera essas pessoas como desfilados, cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores ou esperados numa sociedade. Destaca ainda que os “excluídos”²⁰ povoam a zona mais periférica do xadrês social caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social.

Em tempos de incertezas em virtude de um mercado de trabalho que não se abre a todos, as estratégias de sobrevivência se configuram enquanto uma “solução” imediata à precariedade e pobreza e como uma resposta à ausência das políticas sociais de emprego, renda, assistência social, saúde e educação e de enfrentamento da fome e miséria.

As famílias em extrema pobreza têm feito das estratégias de sobrevivência um mecanismo de enfrentamento da pobreza que não favorece necessariamente a inserção com um nível mínimo de qualidade de vida. Desprovidas dos recursos normativos, as estratégias que as famílias seguem têm possibilitado o alívio das necessidades mínimas, contribuindo, portanto, para a manutenção da condição de pobreza vivida.

As famílias além de travarem uma luta “árdua” para o enfrentamento da pobreza material, vêm-se ainda obrigadas a atender às exigências de certos modos de posicionamento mais simbólicos no tocante ao provimento de todo o grupo por meio de uma precária renda oriunda de uma atividade subalterna e proteger e formar para a cidadania todos os seus componentes. Em se tratando de famílias pobres a capacidade de alcançar essas condições são, em sua maioria, limitadas e cheias de obstáculos materiais e subjetivos, sendo muitas

²⁰ A exclusão vem se impondo pouco a pouco como um mot-valise para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desemprego de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo. São excluídos. Falar em termos de “exclusão” é rotular com a qualificação puramente negativa que designa falta, sem dizer no que ela consiste em de onde provem. A exclusão se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais. A exclusão nomeia, atualmente, situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior. Assim é a situação vulnerável de quem vive de um trabalho precário ou que ocupa uma moradia de onde pode se expulso se não cumprir com seus compromissos. (CASTEL, 2004, p.17) Lenoir (1974) citado por Castel (2004) é o sentido do termo que começou a popularizar a noção. Os excluídos (e Lenoir estabelece mais de seis milhões) são todos aqueles – deficientes físicos e mentais, velhos inválidos, “desadaptados sociais” – que manifestam uma incapacidade de viver como todo mundo. A despeito de sua extensão, a categoria continua então a se caracterizar a partir de uma deficiência pessoal. (CASTEL, 2004, p.29)

vezes seu próprio modo de se “arranjar” enquanto família, uma das suas estratégia de sobrevivência. (REZENDE, 2008).

3.2 - Estratégias de sobrevivência enquanto categoria de análise

Podemos considerar segundo os estudos de Sposati (1985) que as famílias desenvolvem suas estratégias de sobrevivência conforme seu grau de necessidade e limitação que geralmente elas se dão de forma a envolver todo o grupo familiar. Estas estratégias localizam-se entre o plano doméstico e de satisfação das necessidades e o plano coletivo que inclui objetivos externos mais amplos..

As famílias pobres que convivem em seu cotidiano com situações de esfacelamento, enfraquecimento e degradação, acabam por ter que desenvolver maiores capacidades de resistência, para não correrem o risco de degradar ainda mais a sua situação. As situações em um cotidiano de maior sofrimento econômico e social exigem maiores esforços no sentido de manter ou de não piorar ainda mais as condições de vida conseguidas (BALSA; CAEIRO; BARRETO, 2000).

Portanto, existem diferentes classificações e tipificações referentes às estratégias, tendo sido delimitadas para este estudo as tipologias de Balsa (2009) e Balsa (2000) como referência principal de análise e as de Sposati (1985), que ajudou a compreender melhor as estratégias adotadas pelas famílias pesquisadas. É a partir da relação destes pensamentos e com base no material coletado foram criadas outras tipologias.

3.2.1 – Tipologias de estratégias de sobrevivência

A tipologia é uma classificação particular que resulta da agregação de dois ou mais critérios utilizados para definir a especificidade e o perfil relativo de posições ou modalidades para a construção do conhecimento (BALSA, 2009).

A tipologia é considerada acabada quando a coerência transversal obtida compensa a informação que se perde quando se agrupam as propriedades singulares²¹. No caso da substrução, parte-se de um determinado número de propriedades ou atributos

²¹ Quando a classificação é obtida através de um algoritmo de cálculo fatorial, diz-se que a classificação ideal é a que minimiza a inércia intra-classes e maximiza a inércia inter-classes (BALSA,2009).

observáveis dos objectos para inferir características que, não sendo directamente observáveis, permitem uma representação considerada adequada dos objectos tratados. (BALSA, 2009).

Através de uma abordagem tipológica o Autor classificou os principais vetores que resultaram da análise de um conjunto de histórias de vida, tendo identificado um conjunto de situações que traduzem as posições das famílias perante as situações de vulnerabilidade. .

O exercício tipológico apresenta vantagens importantes: ele permite organizar minimamente o caos das observações e alimentar, ao mesmo tempo, a esperança de encontrar totalizações esclarecedoras, coerências estáveis e, por que não, algumas generalizações. (BALSA, 2009)

Neste trabalho recorreremos a uma tipologia que o mesmo Autor (Balsa; Caeiro e Barreto, 2000) utiliza para classificar os recursos aos quais as famílias podem recorrer para concretizar as suas práticas de resistência às condições de pobreza. Ele faz uma primeira distinção entre *recursos individuais*, que podem ser definidos no âmbito da unidade familiar, e os *recursos coletivos*. Os recursos individuais, embora possam estar ligados a investimentos coletivos, podem ser regulados, diretamente, no interior da unidade familiar. Os recursos coletivos são regulados por instâncias externas às famílias, podendo, no entanto, ser apropriados a partir das próprias competências e estratégias familiares.

O Autor faz ainda uma distinção dos recursos considerando o seu estatuto na perspectiva das expectativas que os meios institucionais, principalmente os meios ligados à intervenção têm sobre eles e os modos como os indivíduos deles se apropriam. São assim distinguidos, por um lado, os *recursos normativos*, que são aqueles promovidos pelos meios institucionais e normalmente valorizados pelos grupos dominantes; os *recursos contra-normativos* são aqueles cuja apropriação, contrariamente aos primeiros, não é valorizada, podendo mesmos ser sancionada e, finalmente, são considerados os *recursos alternativos*. Estes, não sendo necessariamente proscritos, não são no entanto valorizados, sendo a sua apropriação motivada essencialmente por manhas, astúcias, modos pouco convencionais ou inesperados de enfrentar as situações. Vemos, assim, que esta classificação não se baseia apenas na natureza do recurso, mas considera, ainda, os seus estatutos normativos e os modos ou estratégias através dos quais eles podem ser apropriados pelos indivíduos. Assim, por exemplo, cultivar o seu plantar na sua horta com vista a retirar o proveito, é um recurso normativo; já fazer uma horta na beira da estrada ou num terreno destinado a outras utilizações, constitui um recurso alternativo; roubar na horta do vizinho faz com que o

produto se assume como um recurso contra-normativo. A outro nível, ainda, pode ser considerada a distinção entre os recursos de acordo com as dimensões materiais ou mais simbólicas que neles são valorizadas.

Dentre os recursos materiais estão aqueles ligados à renda. Ou seja, as estratégias de sobrevivência que estão estritamente relacionadas à conquista da renda para a satisfação das necessidades.

Quanto aos recursos simbólicos relacionam-se à honra, aos valores de solidariedade, laço, confiança, que podem envolver a família ou a rede social em que estão inseridos (do bairro, da rua, das instituições sociais). Ao contrário dos recursos materiais, vincula-se ao plano subjetivo das relações sociais.

Já os recursos normativos estão vinculados às formas idôneas de se garantir a sobrevivência, normas pré-estabelecidas na sociedade onde o sujeito ao aplicar suas habilidades não fira a legislação, como o trabalho (ninguém diz do quanto é aviltante, insalubre, apenas se reportam ao contexto de “não vagabundo”, “não preguiçoso”, não se atendendo ao fato deste trabalhador suprir ou não todas as suas necessidades), forma a partir da qual, normativamente, se deve buscar garantir a sobrevivência. Por meio deste recurso o que se espera é que as famílias possam respeitar as regras impostas, as condicionalidades determinadas ligadas aos programas de transferência de renda ou aos serviços inseridos na Política de Assistência Social, por exemplo, que apresenta critérios seletivos que excluem aqueles que jamais estiveram incluídos.

Os recursos contra normativos se vinculam aos atos ilícitos, facilmente identificado pelo Sistema de Segurança, mas que tem sua gênese no quadro de desigualdades deste país.

Já os recursos alternativos não ferem a lei e se relacionam à criatividade das pessoas ou famílias. Surgem como estratégias que estão fora dos modelos oficiais e normais de satisfação das necessidades, mas presentes no cotidiano das famílias pobres.

Os recursos coletivos centram nas relações estabelecidas entre as famílias, associações, instituições e outros para o alcance do bem comum.

As estratégias de sobrevivência desenvolvidas por Aldaiza Sposati (1985), foram utilizadas como um recurso complementar às reflexões dos autores supracitados. Nos estudos de Sposati (1985) as estratégias de sobrevivência das famílias pobres comportam três grupos, três tipos: as estratégias vinculadas à *solidariedade conterrânea e parental*, a *solidariedade apadrinhada* e por fim, a *solidariedade missionária*.

Sposati (1985) considera que as estratégias de sobrevivência estariam erguidas sob três pilares analíticos: o primeiro pilar trata das estratégias de sobrevivência vinculadas à capacidade de cooptação e junção de esforços populares na solução ou redução dos problemas de subsistência agudizados pela crise. O segundo centra nas estratégias de sobrevivência vinculadas à solidariedade entre os setores populares tendo como saldo sua organização enquanto classe. Já o terceiro pilar se referem às estratégias de sobrevivência entendidas no enfrentamento das soluções tradicionais das políticas sociais mantidas pelo Estado.

Já Bourdieu (1989) considera que as diferentes estratégias são também estratégias de classe social. Em sua definição apresenta que as estratégias “[...] não se define somente por uma posição nas relações de produção, mas pelos hábitos de classe que está normalmente inserida”. O autor evidencia que as desigualdades de classes são demarcadas não só pelas relações econômicas, mas pelo hábito e estilo de vida. Portanto, As estratégias são elementos presentes no interior dos campos sociais.

Posto estas considerações as famílias extremamente pobres devem em tempos de incertezas e pobreza ser habilidosas, espertas para criar condições de enfrentamento às expressões da questão social. É tácito dizer que estão em luta constante para a superação das necessidades básicas que se acumulam em seu cotidiano. E, sozinhas não conseguiram superar a pobreza e ofertar cuidado aos seus membros. Basta pensar que a “simples” existência da pobreza na vida familiar já denota a urgência de intervenção das políticas sociais para a garantia e o acesso aos direitos sociais.

Essa tipologia aponta algumas diretrizes para as reflexões das estratégias de sobrevivência desenvolvidas em cotidianos marcados pela desigualdade e pobreza, como o vivido pelas famílias em extrema pobreza e as formas de solidariedade internas e externas.

A primeira estratégia de sobrevivência considerada é a *solidariedade conterrânea e parental*. Nesta é perceptível os laços de confiança que são estabelecidas entre as gerações familiares. O grau de parentesco e a extensão da casa passam a compor um espaço de ajuda mútua. Essa estratégia de sobrevivência tem contribuído, historicamente, para uma mobilidade social rumo aos grandes centros.

Outra estratégia de sobrevivência é reconhecida pelo laço de proteção, ou seja, uma estratégia de sobrevivência vinculada à *solidariedade apadrinhada*, desenvolvida pelas famílias pobres quando da necessidade de “arrumar” renda por meio da realização de atividades denominadas de “bico” ou na indicação de um parente ou amigo que compõe os círculos de amizade e convivência. Este vínculo assegura um canal de doações que vão de empregos, roupas, objetos pessoais a móveis. Esse tipo de estratégia é estabelecida por uma

ampla rede de confiança que vai se constituindo a partir da inserção de algum parente ou familiar no modo de vida das famílias mais abastadas.

Confrontados com a falta de políticas sociais, equipamentos públicos que possam atender prontamente suas necessidades, as famílias pobres recorrem à *solidariedade missionária*, essa faz parte da história de vida de milhares de famílias pobres. Em virtude da ausência do Estado, da família, recorrem à sociedade organizada por meio das igrejas dos mais variados credos para ter suas necessidades atendidas. Por meio destas aprendem, dividem, comungam e desenvolvem algumas habilidades e, em outros casos, passam a ter que freqüentar e se disponibilizar a prestar algum tipo de serviço.

As igrejas católicas, evangélicas, espíritas, ao longo dos tempos, tem sido presença massiva em comunidades pobres. Se por um lado no âmbito da filantropia e da caridade tem feito da questão social seu espaço de consagração, por outro, elas com suas ações missionárias tem contribuído para a reversão do quadro de submissão e subalternidade. As experiências ligadas às Comunidades Eclesiais de Base²² sob a condução de uma ala mais libertária da igreja, promoveu lideranças políticas, formou um consciência crítica e reflexivas

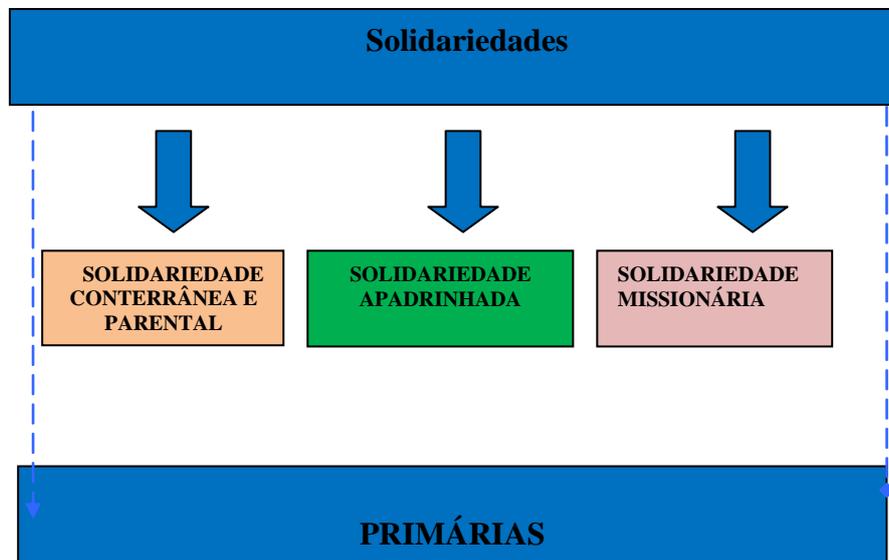


FIGURA 2 : Tipologia das formas de solidariedades

Fonte: Sposati (1985). Elaboração própria

As tipologias da autora estão dentro de uma perspectiva primária. Onde a solidariedade no grupo é estabelecida para a satisfação das suas necessidades. As famílias em extrema pobreza correlacionam e dependem de uma ajuda mutua e solidária de parentes,

²² Movimento desenvolvido pela Igreja católica em comunidades pobres a partir de 1960.

amigos e vizinhos. Contam com a contribuição e fortalecimento daqueles que estão no lugar de patrões e ainda, recorrem às ajuda das instituições filantrópicas (igrejas e outros) para a satisfação de suas necessidades. O grupo de estratégias apresentados por Sposati (1985) tem sua capilaridade em ações de cunho primário. Se localizam no interior das relações mais próximas das famílias em extrema pobreza.

As tipologias apresentadas por Balsa (2009) e Balsa, Caeiro e Barreto (2000) e Sposati (1985), neste trabalho, colaboram para a apreensão das estratégias de sobrevivências coletadas nas histórias das famílias entrevistadas para apreender as origens, motivos e prevalência das estratégias de sobrevivência nos modos de vida das famílias em extrema pobreza.

3.3. Estado, matricialidade familiar e estratégias de sobrevivência

As estratégias de sobrevivência revelam a resistência da população pobre e a confusa e complexa relação estabelecida entre família e Estado.

O que a família quer é proteção e o Estado, que num primeiro momento não tomava essa responsabilidade social, viu-se mais tarde confrontado com as pressões advindas da “questão social” e foi compelido a intervir. Ao final do século XX a pressão do passado fez do presente um espaço complexo de relações contraditórias. Ora o Estado corrige e protege, ora se ausenta e transfere responsabilidades, deixando a família sozinha e isolada diante dos problemas sociais, que julgam ser dela devido a sua existência pobre e que se avolumam a cada mudança econômica e social.

Destaca-se ainda que as formas de relação que estas instituições assumem com as famílias dependem, sobretudo, da história política e social dos diferentes países e que no Brasil, ainda hoje, há um lastro de cultura assistencialista e repressiva. Cabe aqui a discussão sobre a matricialidade familiar.

A matricialidade familiar, ou o encontro da família com a proteção social estatal, deve ser considerada enquanto espaço de cuidado, de aportes que precisam ser reforçados por meio de serviços, programas e ações planejadas que desencadeiem nas famílias um novo comportamento, que reforce suas capacidades e habilidades e que não se estabeleça apenas nas suas franquezas perante aquilo que ela deveria ser e não apresenta condições para ser.

Trata-se de procurar no atendimento e na inserção das famílias o respeito às condições pelas quais ela se desenvolve até chegar aos serviços sociais.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) a reorganização dos espaços públicos em um contexto de direitos sociais e as transformações ocorridas a partir das crises econômicas e seus rebatimentos sob o mundo do trabalho, determinaram transformações fundamentais na esfera privada, resignificando as formas de composição e o papel das famílias.

Política Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, coloca a família no centro das suas ações, por compreender as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre elas acentuando suas fragilidades e levando-a, em muitos casos, à extrema pobreza.

É considerando a família como uma instituição adequada para promover a condução de sujeitos de direitos, que a PNAS estabelece novos parâmetros de conduta perante com as famílias.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre público e privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004, p.41)

Os argumentos que constituem a PNAS se dão por via do reconhecimento da família como instituição importante na formação de uma nova sociedade, e as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias. Embora a PNAS considere o princípio da família como lócus de cuidado e de demanda de cuidado, tal proteção social tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade sinaliza o contexto de penalização e desproteção familiar.

A matricialidade sociofamiliar, que constitui um dos objetos de mudanças da PNAS, está na superação das condições de precarização da vida familiar e no rompimento de uma intervenção focalizada e desconhecadora das condições de vida familiar. O reconhecimento de que a família deve ser capaz de prevenir, proteger, promover e incluir seus membros deve conduzir a que se garantam as suas condições de sustentabilidade.

Para Pereira (2004) a ênfase dada à família pelas políticas sociais, em alguns momentos, representa a transferência da responsabilidade do Estado para a família. Apesar do

aparente aumento de oferta de políticas sociais e setoriais, estas não se revelam como uma prioridade eficiente e significativa, capaz de contemplar ou considerar o universo familiar como um todo. Em caso de sucesso das estratégias do Estado este não teria um caráter longitudinal de proteção, que visa estabelecimento de vínculo e continuidade da proteção, mas, retirar-se-ia por entender que sua função estaria encerrada.

Essa visão está presente nos programas de transferência de renda e nos CRAS's quando alguns profissionais e gestores alegam que a família não dá retorno ao trabalho realizado, que nega a inserção em programas e projetos de “ressociação”, que não deseja participar de nenhuma atividade ou grupo de inclusão produtiva, que não deseja alcançar sua emancipação, por estarem acomodadas diante o recebimento renda. Essas situações acabam por responsabilizar a família pela precariedade das suas relações, pela pobreza instalada e pelo risco eminente em seu cotidiano. Isso representa uma negação do processo histórico de desproteção em que estiveram inseridas as famílias.

Para Takashima (2005) o investimento em ações direcionadas às famílias, se alterou por força de outra variável, qual seja o alto custo de sua administração e dos encargos sociais. Ainda, o resultado efetivo retrata apenas o progressivo empobrecimento das famílias e suas consequências sobre os mais vulneráveis.

Apoiar e fortalecer a família em seu cotidiano, por meio de políticas de atendimento passa ser algo complexo e desafiante, na medida em que Estado e Família se constituem por partes que se relacionam entre si, ou seja, a relação Estado e Família são interdependentes, de forma que suas missões não podem prescindir uma da outra.

A presença da família na proteção social como forma de enfrentamento da pobreza e suas consequências não representa a ausência das ações do Estado. A ótica governamental na história exerceu e em alguns momentos ainda exerce uma influência institucional e profissional na vida familiar. Reproduzindo no tratamento da família um desempenho comprometedor. As milhares de famílias em condições de miserabilidade adquirem, cada vez mais, dimensões complexas e desumanas e constituem uma verdadeira violência social. (TAKASHIMA, 2005, p.82).

A autora assevera que os recursos destinados às políticas de cunho matricial são escassos, incapazes de atender as necessidades básicas do grupo familiar em situação de risco. Insuficiente para pagamento de equipe qualificada e para aquisição de material didático operacional, visando programas de qualidade e reduzindo-os a atendimentos normalmente residuais, inconstantes e imprevisíveis. A inexistência de uma ação integralizada entre políticas sociais e serviços sociais em territórios marcados por vulnerabilidade e risco o que

tem provocado duplicidade ou descontinuidade no atendimento às famílias. Os projetos coletivos de atendimento às famílias são os que sofrem os primeiros cortes econômicos, corroborando para uma redução na convergência dos serviços.

Os serviços destinados as famílias na maioria dos casos são distantes dos territórios e, quando são dentro das comunidades são instalados em lugares inapropriados para atendimento e, na maioria das situações se transformam em um espaço de “encaminhamentos diversos” sem apresentar solução aos problemas do dia-a-dia das famílias. Ainda, agravados pela burocracia e barreiras técnicas que acabam por absorver os poucos recursos destinados aos trabalhos com as famílias.

Quanto aos recursos humanos que atuam junto aos grupos familiares atuam embasados em situações empíricas, derivado do seu próprio existencial familiar sem um devido preparo, substituem qualquer referencial técnico e adotam posturas moralizantes e normatizadoras, agem com despreparo. A área social conta com uma reduzida alocação de recursos que incide sobre as precárias condições de trabalho da equipe e a desvalorização remunerativa, isso rebate nas competências e capacitações apropriadas às famílias.

O trabalho direcionado a família advindo da relação do Estado deve considerar os aspectos culturais e regionais em que se situam as famílias. Esse trabalho deve Incentivar uma relação horizontal, democrática, comunitária que considere a realidade da vida familiar envolvendo todas as áreas das necessidades básicas para o encaminhamento da cidadania.

Salienta-se que a retomada das discussões sobre a família (e o retorno da mesma para a agenda das políticas sociais) levantou controvérsias sobre as reais intenções do Estado frente ao “descobrimento” da família enquanto uma instituição importante para a socialização, formação e condução dos indivíduos na sociedade. Essa retomada da família na agenda pública é analisada a partir de dois pontos. O primeiro percebe o Estado assumindo sua distância e a precariedade da sua oferta em direção à proteção da família, tentando neste momento fortalecê-la para que colabore, mais uma vez, na formação das sociedades futuras a partir do real cumprimento de suas funções com o suporte Estatal (visão que pauta, por exemplo, a defesa da matricialidade familiar como eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social que vem sendo implantado no Brasil desde 2005). Numa outra perspectiva, porém, o Estado é considerado chamar a família para a “sua” responsabilidade, por meio da chamada “matricialidade familiar”, porém utilizando este discurso como mecanismo estratégico para de “devolver” os problemas vividos à família. Trata-se de uma forma velada de transferir ainda mais responsabilidades do Estado para as famílias.

A complementaridade família – Estado parece cada vez mais tênue, depositando se nas famílias, uma sobrecarga que na maioria das vezes não conseguem suportar, tendo em vista as precárias condições socioeconômicas em que parcela considerável da população está submetida. Isso se acentua ainda mais quando se trata das configurações familiares que não contam com reconhecimento social e legal, pois, além de todas as questões vividas pelas famílias, a elas cabem fazer frente a preconceitos expressos nas relações de amigos, com a vizinhança, com a escola dos filhos e no trabalho, além de não poderem contar, em certos casos, com o amparo legal e previdenciário disponível para as configurações familiares reconhecidas social e legalmente (GUEIROS, 2002, p.117).

Para Sarti (2003) as famílias pobres não se constituem como um núcleo, mas como uma rede, em virtude das ramificações que envolvem parentesco como um todo, extenso a gerações e gerações, configurando uma trama de obrigações morais que enredam seus membros, sendo que a construção das estratégias de sobrevivências das famílias pobres envolve um emaranhado de situações que vão desde os filhos, primos, avós, vizinhos. Desta forma, as famílias pobres consideram como membros da família aqueles indivíduos com quem podem contar e confiar.

A importância da família para os pobres está relacionada às características de nossas instituições públicas, incapazes de substituir as funções privadas da família. Num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade de serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo a velhice e à infância. (SARTI,2003, p.32)

Tanto a família quanto o Estado são instituições imprescindíveis ao bom funcionamento das sociedades capitalistas. O Estado no âmbito da regulação das normas e na oferta de serviços públicos. Já a família tem na sua condição de provedora de afeto, socialização, apoio mútuo e proteção suas prerrogativas. O que nos cabe saber é o que acontece com as famílias quando estas recebem de forma precária os serviços públicos ou quando estas não são alcançadas por estes? Seriam as estratégias que as famílias conduzem para conviver com a pobreza um mecanismo de resposta a ausência do Estado? Entende-se que as estratégias não se devem sobrepor as ações do Estado, mas é mister que o Estado e a sociedade não ignorem as transformações sofridas pela famílias e as condições nas quais elas vivem? Quais os pilares que sustentam as estratégias criadas pelas famílias?

A matricialidade familiar sendo desenvolvidas por meio do incremento serviços sociais qualitativos passa a ser um recurso importante para as famílias superarem a pobreza. Ter ações desenvolvidas pelo Estado em longo prazo que fortaleçam as famílias sugere um contexto de vida familiar sem a presença da pobreza, da fome, da falta de renda e de

vulnerabilidades e riscos em seu cotidiano. Além de representar que não terão que recorrer às estratégias para satisfazer suas necessidades que se reduzem apenas a sobrevivência. Neste sentido, as famílias podem elaborar projetos e considerar a possibilidade de uma perspectiva de vida diferente principalmente pela ausência da pobreza em sua forma mais contundente.

O Estado, mesmo como pensava Marx, deve ser a instituição que zela pela melhoria das condições de vida dos sujeitos, deve assumir o papel de regulador das relações sociais, sem privilégios. Na perspectiva do materialismo é preciso analisar para quais os interesses o Estado vem legislando, identificando suas intenções a partir de uma cautelosa análise institucional para verificar quais os atravessamentos sofrem o campo dos direitos sociais em uma sociedade na qual o Estado deveria ocupar o centro da regulação das relações sociais.

A regulação das políticas econômicas e sociais deve se voltar para os interesses das classes sociais de maneira a identificar qual a tônica das políticas por ele conduzidas. Behring e Boschetti (2006) sinalizam que em se tratando do Estado, tem que se avaliar o caráter e as tendências da ação estatal e identificar os interesses que se beneficiam de suas decisões e ações. Bem como identificar as forças sociais que compõem a resistência da sociedade e o embate político criado a partir de sua existência. Em que se situa esse embate e quais fins este se destina, se estão vinculados aos interesses da classe trabalhadora e ou são os interesses da classe dos empregadores em “pele de cordeiro”.

As políticas sociais não foram desenhadas para decifrar e intervir na vida familiar na perspectiva emancipatória, como bem sinalizou os autores, tiveram um cunho controlador e diretivo quanto ao modo de vida e as determinações com as quais as famílias tiveram que se adequar. Em se tratando de famílias pobres, as políticas sociais seletivas e focalistas estabeleceram parâmetros de atendimento e exclusão dos arranjos por buscar a família idealizada em suas ações mediante uma intervenção padronizadora dos comportamentos em família. Desconsiderando assim a multiplicidade de arranjos familiares existentes.

A identidade dos sujeitos é outro ponto de análises, uma vez que, a cultura tem uma ligação com a política e a existência dos sujeitos é composta de valores e referências, principalmente, se imaginar a ordem vigente a partir de uma padronização de vida e conduta. Se pensarmos que o sistema interfere nas escolhas e passa determinar comportamentos, sendo a cultura, um dos alvos, de transformação do projeto societário vigente.

Para Behring e Boschetti (2006) as dimensões passam a compor um quadro de referenciais que corroboram para situar e compreender o sentido e o significado das variadas manifestações que estão na vida social: as políticas, as relações com a pobreza, as famílias e

seus arranjos entre outros tantos que sofrem os rebatimentos do sistema econômico, político e social de tempos em tempos.

CAPÍTULO IV

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS POBRES EM DOIS BAIRROS SELECIONADOS

Neste capítulo, analisam-se as estratégias de sobrevivência empreendidas por dez famílias em extrema pobreza dos bairros Cidade Industrial e Povoado São Geraldo II, da cidade de Montes Claros - MG. Territórios marcados pela pobreza e exclusão do acesso aos bens e serviços e do usufruto da própria cidade.

Retrata-se as histórias de vida das famílias entrevistadas e as estratégias de sobrevivências empregadas enquanto mecanismo de satisfação das necessidades mínimas. Por meio das tipologias de Balsa *et. al* (2000) e Sposati (1985) foi possível fazer um levantamento, revisão e constituição de uma nova tipologia a despeito das estratégias / práticas desenvolvidas pelas dez famílias que compuseram o corpo empírico deste trabalho. As tipologias contribuíram para a apreensão das relações que as famílias estabelecem num e com o de pobreza extrema e a análise dos dados, bem como para definir quais as famílias que comporiam o grupo de entrevistadas.

Salienta-se ainda que as tipologias de Balsa et al (2000) e Sposati (1985) serviram como parâmetro para a *elaboração* de uma nova tipologia que norteia o presente estudo, denominada e subdividida em cinco práticas: *práticas coletivas e de sociabilidade, práticas de inserção social, práticas de sustentabilidade: formal e informal, práticas de risco e práticas em redes sociais.*

As estratégias de sobrevivência não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão mediata, ou seja, a partir do momento que as famílias lançam mão delas para garantir a sobrevivência. Faz-se necessário entendê-las dentro do contexto social. Sendo assim, as estratégias de sobrevivência não podem ser apreendidas a partir da sua criação, mas, faz-se necessário entender: o que levou as famílias pobres a criá-las? Em que momento da vida estas surgiram como um mecanismo em defesa da sobrevivência? Quais os elementos que as constituem enquanto uma forma de satisfazer o lado material da vida? Em que medida elas podem ser apreendidas enquanto um instrumento de resistência para gerar qualidade de vida?

Interpretar tais fenômenos pressupõe, portanto, a identificação destes na realidade social levando em consideração a totalidade, historicidade e contradição dos fatos históricos.

Nesta perspectiva, o estudo da família, da pobreza, das políticas e estratégias deve considerar as múltiplas causalidades, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões.

4.1. - Das localidades e dos sujeitos de pesquisa

Neste item apresentam-se dados sobre Montes Claros no que se refere às características históricas e sociais das localidades em que residem as famílias entrevistadas.

4.1.1 – O município de Montes Claros – MG

Segundo dados do IBGE (2010), Montes Claros possui uma população estimada em 361.971 habitantes. Pertence a denominada região do “polígono da seca”, localizada na bacia do rio São Francisco e do rio Grande Verde. Montes Claros está a 440 km da capital mineira, 1020 km do Estado de São Paulo, 932 de Salvador/BA e 834 km do Estado do Rio de Janeiro.

Em Montes Claros dentre os cerca de 361.971 habitantes, a população masculina representa cerca de 48,14% (174.281 habitantes) e a feminina cerca de 51,87% (187.690 habitantes). Sobre a distribuição da população por território cerca de 344.479 mil habitantes residem na área urbana (95,167%) do município e o restante, cerca de 17.492 (5,07%) residem em área rural. Esses dados revelam o êxodo rural pelo qual o município passou nos últimos tempos. A busca por melhores condições de vida e acesso aos serviços sociais, trabalho e renda contribuiu para o crescimento populacional.

TABELA 2
Dados socioeconômicos de Montes Claros – MG

IDHM	IDH Educação	IDH Longevi- dade	IDH Renda	Índice Gini	Incidência da Pobreza	Incidência da Pobreza subjéti- va	PIB				FPM
							Agro	Ind.	Serv.	PIB/hab	
2000	2000	2000	2000	2010	2010	2010	2010				2010
0,783	0,872	0,787	0,691	0,41	31,37	26,03	77.393	774.539	2.220.660	9.665,14	44.544,197,32

Fonte: IBGE, primeiros resultados do Censo 2010. Elaboração própria

Montes Claros com um índice de 0,783 se classifica em médio desenvolvimento humano (entre 0,50 a 0,80). O IDH-M é medido com base é obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda). Sobre o PIB o setor que mais contribui com a economia local é o de serviços, sendo este que tem maior montante de arrecadação.

Apesar de Montes Claros apresentar diversidade produtiva e o maior PIB da região do Norte de Minas, sua distribuição de renda é bastante desigual. Os 50% mais pobres da cidade apropriam-se de apenas 12,20% da renda total do município, já os 10% mais ricos usufruem de 45,45% da renda (IBGE, 2000). Além disso, 76% dos chefes de domicílios da cidade possuem rendimento de até 3 salários mínimos, o que indica o baixo poder aquisitivo e de consumo da população.

4.1.2 – Breve caracterização da rede de serviços sociais públicos

Dentre os serviços ofertados nas políticas sociais o município tem a maior oferta nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social da região. Tanto que é considerado referência tanto para a região Norte e Vale do Jequitinhonha, como para o sul da Bahia.

Na área da Assistência Social, política social que tem como público alvo as populações que convivem com a pobreza e suas multidimensionalidades, tem a maior oferta de serviços básicos da região. O município é habilitado na Gestão Plena²³ em virtude de ter capacidade de oferta de serviços nas três proteções (Proteção Básica, Media Complexidade e Alta Complexidade) e ter potencial para gerenciar e sediar os serviços.

O setor educacional também se destaca, especialmente pela ampliação do ensino universitário (atualmente o município possui 11 faculdades privadas que ofertam graduação e pós-graduação nas mais variadas áreas, além de duas públicas – UFMG e Unimontes). Destacam-se também os cursos técnicos, os pré-vestibulares e mesmo o potencial do ensino básico e fundamental da cidade. (GOMES,2007)

Na área da saúde o município é referência e possui Gestão Plena dos serviços de saúde. Nos serviços de proteção básica a promoção, prevenção e proteção é desenvolvida nas comunidades pela territorialização do Estratégia de Saúde das Famílias (atualmente tem 62

²³ Nível em que o município tem a gestão total das ações de Assistência Social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficiárias de Assistência Social – CEAS – (PNAS, 2004 p.101)

ESF e 14 ACS) como mostra a TAB. 03. A média complexidade e os serviços de exames e consultas ocorrem via serviços por polos (centros de saúde, postos e especialidades) e alta complexidade é realizada por convênios e consórcios com os seis hospitais existentes no município. Conta com serviços para o atendimento a saúde mental com dois Centros de Atendimento psicossocial, além de atendimento odontológico e na área rural.

O município de Montes Claros se enquadra na categoria dos municípios de grande porte²⁴, mesmo tendo um porte de cidade grande e oferta de serviços sociais, convive com um grau de desigualdade elevado que se manifesta nas disparidades de renda e na heterogeneidade espacial intra-urbana e de acesso aos bens e serviços públicos. Para Teixeira (2007), o município de Montes Claros está entre os nove municípios de sua microrregião²⁵ com alta desigualdade de renda e precária estrutura social de enfrentamento à pobreza.

4.1.3 – Das localidades: Cidade Industrial e Povoado São Geraldo II

Segundo Cardoso e Mota (2010), conforme dados do Cad-Único²⁶ o município de Montes Claros possui, atualmente, 18.272 famílias beneficiadas pelo PBF, estando estas, segundo estudos de Rosa (2010), concentradas nas regiões Norte (45%), Sul (33%), Leste (17%), e Centro e Oeste, que totalizam (5%).

Conforme os dados do Cad-Único (consultado para embasar a descrição do espaço de pesquisa), essa distribuição mostra a divisão socioespacial da pobreza e da extrema pobreza no município de Montes Claros, Os bairros Cidade Industrial (encontra-se na região Norte) (ROSA, 2010, p.71) e o Povoado São Geraldo II na região sul, ambas com alta concentração de famílias em pobreza extrema.

²⁴ Conforme a PNAS –(2004) Município de pequeno porte 1 – com população ate 20.000 habitantes m(cerca de 5.000 em média);Município de pequeno porte 2 - população varia de 20.000 a 50.000 habitantes (cerca de 5.000 a 10.000 em média); Município de meio porte - com população entre 50.001 a 100.000 habitantes (cerca de 10.000 a 25.000 famílias); Município de grande porte – com população de 101.000 a 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias) Metrôpoles – com população com mais de 900.000 habitantes (atingindo um media superior a 250.000 famílias).

²⁵ A Microrregião de Montes Claros (MG) e formada por 22 municípios e possui uma população de aproximadamente 539.845 habitantes. Aproximadamente 77% dos municípios da Microrregião de Montes Claros (MG) são de pequeno porte, com população inferior a 20 mil habitantes. Cerca de 18% dos municípios tem um contingente populacional entre 20 e 50 mil habitantes. O município de Montes Claros é o único na região Norte do Estado de Minas Gerais que tem uma população ultrapassa 300 mil habitantes (TEIXEIRA, 2007).

²⁶ Sistema brasileiro de cadastro das famílias pobres e em extrema pobreza.

Para Rosa (2010), essas regiões ao concentrarem elevado número de beneficiários revelam a localização das famílias vulneráveis e a distribuição demográfica e socioeconômica da cidade.

Segundo os estudos de Gomes (2007), sobre os *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros* os principais vetores de expansão da cidade para a região Norte se deram de forma mais acentuada na década de 1970, devido à implantação do Distrito Industrial.

O bairro Cidade Industrial e o Povoado São Geraldo II compõem uma região identificada pelos dados que demarcam a “linha da pobreza” do município devido ao tipo de ocupação, habitação, contingente populacional e elevada concentração de famílias beneficiadas pelos programas de transferências de renda para familiares pobres e em extrema pobreza.

Para traçar o perfil dos bairros, além de consultar as pesquisas sobre o PBF em Montes Claros, recorreu-se ao Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB (2010) da Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros. O SIAB é o banco de dados da Estratégia de Saúde da Família e condensa todas as informações das famílias atendidas como: condições de saúde, moradia, principais agravos da saúde das famílias da área adstrita e outros condicionantes.

TABELA 3
Perfil dos bairros Cidade Industrial e Povoado São Geraldo II

Bairros	Nº. Família	Total de pessoas	Abastecimento de água			Tratamento de água				Energia	Tipo de Habitação		Tratamento lixo		Destino fezes		
			E	P.N	O	F	Fe	C	S.t		F	T/A	M.R	C	Q/c	E	F.S
Cidade Industrial	761	2.878	743	15	3	489	4	13	255	720	752	9	661	100	569	167	25
Povoado São Geraldo II	974	3.014	404	570	---	764	21	52	137	939	971	3	391	538	245	651	78

Fonte: SIAB – 2010 (Coordenação do ESF / SMS – Montes Claros). Elaboração própria. Abastecimento de água – E – encanada; P.N – Poço Nascente; O – outros. Tratamento de água: F – filtrada; Fe – Fervura; C-Clorada; S.t - Sem tratamento. Energia: F- Fornecimento. Tipo de habitação: T/B – Tijolo e adobe; M.R – Material reaproveitável. Tratamento do Lixo : C – Coleta; Q/c – Queima a céu aberto. Destino fezes: E – Esgoto; F.s - Fossa seca; C.a – Céu aberto

O ESF cobre 100% das famílias residentes nas duas localidades. Tendo como focos de prevenção e promoção da saúde, atua diretamente junto às famílias. Porém, verifica-se dificuldade na execução dos serviços quanto à complementaridade das ações no tocante aos serviços especializados e de alta complexidade. Os dados coletados junto ao SIAB (2010) revelam as condições de vida das famílias residentes no bairro Cidade Industrial e do Povoado

São Geraldo II. Pelo SIAB (2010), o número de famílias do Povoado São Geraldo II 974 famílias e 761 famílias residem no bairro Cidade Industrial.

A respeito das condições habitacionais de ambos predominam casas de alvenaria e adobe, com destaque para a existência de moradias de materiais reaproveitáveis. Quanto ao saneamento básico e tratamento de esgoto, o Povoado São Geraldo passa por maiores dificuldades sendo que das 974 famílias, 651 utilizam fossa seca, isto é, cerca de 66,8%. Já no bairro Cidade Industrial das 761 famílias, 167 (21,9%) não tem acesso – mesmo o bairro tendo recebido implantação do sistema de saneamento básico e esgoto e, manteve as famílias da “área verde” fora do beneficiamento e, que ainda utilizam de fossa seca e água de cisterna ou do rio Cedro. Estes dados revelam as condições precárias em que vivem as famílias das duas localidades, por mais que em alguns indicadores uma sobressai a outra, porém, os dados em se tratando de qualidade de vida e acesso aos direitos sociais revelam a vulnerabilidade em ambas localidades.

4.1.4 - O Bairro Cidade Industrial

O bairro Cidade Industrial possui 761 famílias segundo informações do ESF (2010). Tendo como oferta de serviços públicos uma CEMEI - Mário Ribeiro que atende crianças com faixa etária de três a seis anos; uma Escola Municipal - Rotary São Luiz que atende o nível fundamental e a unidade da Estratégia Saúde da Família.

A constituição do bairro foi marcada por um contexto de invasão territorial, sendo que a ausência de um planejamento urbano para o recebimento das famílias fez da povoação do Cidade Industrial um desafio para as primeiras famílias que ali se alojaram. Algumas vieram da invasão do bairro Castelo Branco, porém, diante da promessa do recebimento da casa própria e da necessidade de desocupação desse terreno, então ocuparam o Bairro Cidade Industrial sob lona, cobertas e madeira. Uns transferidos pela própria Prefeitura, outros, invadindo e ocupando pequenos pedaços de terra. Nenhuma obra de infraestrutura era notada e as famílias tiveram que estabelecer suas ações coletivas.

Anteriormente o bairro era denominado de (e ainda é conhecido) “coberta suja”, devido ao número de famílias que invadiram o loteamento e fizeram suas casas de cobertas e lonas, ou como afirmam alguns moradores, em decorrência das ruas serem de terra e as roupas serem lavadas e penduradas no cercado dos lotes, ficando expostas e sujas de poeira com o trânsito..

Nos invadimos um terreno da prefeitura lá no castelo branco, eu morava na casa da tia do meu marido. Era uma vida de muito sofrimento, ai o povo reuniu e decidiu a invadir lá e fomos. Ai a prefeitura, polícia foi fazer a retirada das famílias. Nós viemos para cá devido a promessa da prefeitura em doar os lotes. E hoje tenho essa lote sem documento, só um termo, mas a casa quem construiu foi o povo que me ajudou e a visão mundial. (Família 6)

Meu marido e eu viemos da Bahia, e chegamos para morar com os parentes dele. Moramos na casa da minha sogra, era difícil. Saímos da Bahia porque lá não tinha trabalho, passávamos fome. Quando aqui chegamos tinha trabalho mas, tínhamos os meninos e na casa da minha sogra. Era difícil. Ai umas famílias foram invadi o terreno no Castelo Branco, moramos 1 anos embaixo da lona lá. Até que a polícia e que parte da polícia que joga bomba, foi tirar todas as famílias que lá estavam. Eu disse para eles não fazer nada com minha família, porque no outro dia eu iria embora, já tava combinado com a prefeitura. Eles iam doar o terreno para nós na Vila Prodacon (esse era o primeiro nome daqui, devido a empresa que tinha aqui perto que construiu as primeiras casas aqui para os moradores) eles não acreditaram e bateram na gente. No outro dia eu juntei tudo e viemos todos para cá. Nesta época meu marido estava desempregado e eu meus filhos viemos com ele para cá. Ficamos 2 anos debaixo da lona, sem água, luz, passando fome mesmo, la na Área Verde. Até que no dia de entrega das casas eles me chamaram e recebi a minha porque uma família que ia receber na minha frente foi rejeitada porque já tinha casa lá no Vilage (outro bairro de pobre daqui). Ai recebi minha casa. (família 10)

O bairro Cidade Industrial congrega habitações de alvenaria ao lado direito e ao fundo das instalações da Escola, denominada de Área Verde, as moradias são pequenas, agregam um número maior de pessoas, um misto de alvenaria e lata. Essa parte do bairro tem maior dificuldade de acesso a água potável, energia elétrica e saneamento básico. As moradias são pequenas e compostas em sua maioria de três cômodos, algumas sem sanitários.



FIGURA 3- Visão Panorâmica da “entrada” do Bairro

Fonte: visita *in loco* realizada pela pesquisadora

FIGURA 4-Realidade vivenciada pelas famílias

Fonte: visita *in loco* realizada pela pesquisadora



Moradores ligados à Associação de Moradores, Pastoral da Criança, Clube de Mulheres e os agentes comunitários de saúde²⁷, com os quais mantivemos contato por meio do trabalho, relatam que o policiamento sempre foi escasso e pouco realizado, as doações de cesta básica e materiais domésticos (colchões, cobertores, móveis e roupas) eram constantes devido o bairro ser identificado como um espaço de muita dificuldade e pobreza. Relatam que as igrejas se mobilizavam para as doações e o Clube Rotary foi parceiro por muito tempo, tanto que a escola que o bairro possui foi uma iniciativa do Clube Rotary que construiu as primeiras salas. Em dois mil e sete a Prefeitura Municipal ampliou o número de salas e refeitório.

A oferta de serviços sociais durante um longo período foi exclusivamente desenvolvida pelas instituições de terceiro setor²⁸ como a Visão Mundial por meio do Programa de Apoio à Criança (PAC); Programa de Melhorias Habitacionais voltadas para as famílias pobres que tinham seus filhos inscritos nos serviços da Instituição; Banco do Povo que fomentava a economia solidária²⁹; fornecimento de medicamento, material escolar, cesta básica entre outros. Em dois mil e seis a instituição, após dez anos de atividades, encerrou suas atividades no bairro Cidade Industrial.

Recebíamos muita ajuda. No início de bairro tinha uma sopa que era doada pela empresa de tecidos na praça da igreja todos os dias às três da tarde as famílias recebiam. Depois tínhamos por nos mesmos, via associação de moradores, a entrega de sopa que fazíamos com a doação de alimentos de padarias e supermercados do centro da cidade. Depois conseguimos colocar a multimistura da Pastoral da Criança e os remédios naturais. A Visão Mundial tinha os cursos, o banco do povo, e ajudava no material escolar e doação internacional. Mas com o aumento da violência fomos perdendo. Hoje não temos a violência, eles mataram entre si e tem alguns presos. Aqui tá mais calmo, mas a miséria nas famílias persiste. O trabalho social que tínhamos acabou. A Visão tá aí cadastrando as crianças de novo, mas já disse que não vai fazer como fazia que dava o material, deu maquina de costura, via reativar o banco do povo com aquelas famílias que já participaram. Mas disse que vai ser diferente. (Família 10)

²⁷ Informações do Diagnóstico do perfil das famílias residentes no Povoado São Geraldo II e do Bairro Cidade Industrial no período de 2004 a 2006.

²⁸ Instituições ligada a sociedade civil que desenvolve serviços sociais com base na filantropia e mediante a ausência do Estado.

²⁹ Economia Solidária ressurgiu no Brasil como uma alternativa de defesa dos trabalhadores às consequências do aniquilamento dos seus postos de trabalho formal trazido pelo neoliberalismo ainda na década de 1980, dentro de um processo maior de reestruturação da produção capitalista e de reforma do Estado. Para Santos (2002), seria um meio de organizar a produção em que os meios sejam de todos os que utilizam para gerar produto social. Para Singer (2002), a Economia Solidária é mais do que mera reposta a incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade que precisam de trabalho. Ela poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo como foi pensada em seus primórdios. Gaiger (2004), um pouco mais racional quando afirma que os empreendimentos econômicos solidários garantem a inserção no mercado de trabalho, alimentam os mercados locais, formam lideranças e dinamizam os circuitos de mobilização social.

Com base nos movimentos empreendidos pelos moradores e pela Associação de Moradores, nos últimos seis anos o bairro teve algumas melhorias como ampliação do serviço de transporte coletivo, asfaltamento de 70% do bairro, ampliação da escola municipal e reforma da CEMEI Mário Ribeiro.

Ano passado comemoramos com banda e tudo os quinze anos do bairro. Quando vejo aqui de asfalto, água, luz, posto de saúde, escola, o ônibus de meia em meia hora não acredito. Até antena da internet ta colocando aqui no vizinho para o bairro. Ainda sofremos preconceitos pela parte lá da cidade, mas hoje aqui tá tranqüilo demais. (Família 10).

Em meio aos processos de desigualdade e exclusão as famílias criaram suas resistências e formaram uma ação coletiva para a satisfação de necessidades comum. Ao optarem por um espaço de discussão que representasse os interesses da comunidade conseguiram redefinir o espaço que ocupavam: o bairro, a casa, a rua, o transporte, a escola, entre tantas outras conquistas representam a vitória do bem comum.

4.1.5 - O Povoado São Geraldo II

Localizado ao sul do município de Montes Claros, às margens da BR 122 (que dá acesso à Pirapora – MG) conta aproximadamente com 400 famílias que corresponde a uma população de 1800 habitantes.

A história do Povoado³⁰ se mistura com a criação da Igreja Católica de São Geraldo, fundada dentro das terras da Fazenda Vieira, há mais de 100 anos. O terreno em que se localiza a Igreja foi doado pelo Sr. Jose Rodrigues Veloso, proprietário da Fazenda Vieira. Após a doação das terras para o Santo, a Igreja resolveu repassar grande parte das terras para a população. Assim nasce o Povoado São Geraldo II.

No mês de setembro é realizada a festa de São Geraldo, momento em que a comunidade receberomeiros de várias localidades de Montes Claros e municípios vizinhos. Toda sexta feita da paixão o Povoado recebe a procissão que parte do centro do município até o Povoado.

O abastecimento da água das casas é realizado pela Copasa, porém, não existe tratamento de rede esgoto, sendo os dejetos jogados em sumidouro absorvente e em alguns casos expostos a céu aberto.

³⁰ Informações coletadas no diagnóstico realizado junto a comunidade no período de 2004 a 2006.

Trata-se de uma localidade que mantém o nome de povoado e mantém característica se uma comunidade tipicamente rural, mas, que tem absorvido diariamente os hábitos e costumes da área urbana. Situa-se a nove quilômetros da sede do município e tem a cobertura dos serviços sociais públicos como Estratégia Saúde da Família, Escola Estadual Francisco Peres com ensino do fundamental a ensino médio e CEMEI Branca de Neve para o atendimento às crianças de dois a seis anos de idade. O transporte coletivo foi ampliado nos últimos seis anos e teve a via de acesso pavimentada iluminada por meio da solicitação e mobilização da Associação de Moradores.

O Povoado São Geraldo II possui a maioria das suas ruas sem pavimentação, não tem saneamento básico, somente a sede do bairro que fica no entorno da Igreja de São Geraldo que é asfaltada.

Os primeiros moradores não possuíam escritura, porque as terras são “do santo” e estão neste Povoado, segundo dona Carminha, uma das moradoras mais antigas do povoado (41 anos) por doação dos terrenos. Dona Carminha³¹ foi a primeira professora da escola e fundou a Associação das Donas de Casa do Povoado, Com sede própria a Associação oferece cursos de corte e costura, bordados e artesanato para as mães da comunidade. Em 2002 a Associação cedeu parte do seu estabelecimento para o funcionamento do Estratégia Saúde da Família, que atende o povoado e adjacências.



FIGURA 5- Igreja São Geraldo II

Fonte: visita *in loco* realizada pela pesquisadora.



FIGURA 6- Ruas sem pavimentação e esgoto a céu aberto

Fonte: visita *in loco* realizada pela pesquisadora.

³¹ Idem.

O Povoado por dez anos recebeu serviços da Visão Mundial³² que em parceria com a Associação de Moradores do Povoado implantou o Programa de Desenvolvimento de Regiões (PRODERES), ação voltada para atividades de desenvolvimento e fortalecimento das comunidades com oferta de serviços de capacitação para as famílias, esporte e cultura para crianças e adolescentes e jovens, farmácia alternativa para a produção medicamentos naturais, auxílio alimentação, medicamentoso e exames.

As meninas já foram atendidas pela casa do pão quando lá dava sopa. Agente sempre passou por muita luta e dificuldade financeira. Agente não tinha o que comer aí elas iam na parte da manhã e comia a sopa nas irmãs. Todas elas iam pra lá. (Família 3)

A Visão Mundial atendia duas delas. Ficava um tempo e não recebia benefício nenhum. Nessa época eu mudava muito porque meu marido não tinha emprego certo ficava mudando sempre quando não tava bom tentava outro melhor. Muita gente recebeu ajuda da Visão casa, material de escola, eu não recebi porque não tinha morada fixa. Mas recebia remédio, eu tinha quem conversar com eles e aí recebia o remédio da diabete. (Família 3)

Devido ao alto índice de desnutrição em que se encontravam as crianças a Associação de Moradores, da Associação das Donas de Casa e das Irmãs da Casa do Pão e representantes da Pastoral da Criança³³, foi implantada Pastoral da Criança do Povoado São Geraldo II. Seguindo as diretrizes da Pastoral da Criança Nacional foram desenvolvidas ações protetivas frente à fome e desnutrição que passavam as crianças pobres do Povoado.

A solidariedade missionária marca a trajetória dos dois bairros construídos em meio à pobreza, miséria, fome, desnutrição. Tiveram que unir esforços e estabelecer um pacto coletivo para conquistar melhorias públicas para o bairro que nascia da própria iniciativa do

³² A Visão Mundial é uma organização não governamental cristã, brasileira, de desenvolvimento, promoção de justiça e assistência, que, combatendo as causas da pobreza, trabalha com crianças, famílias e comunidades a fim de que alcancem seu potencial pleno. Dedicase a trabalhar lado a lado com as populações mais vulneráveis e a servir a todas as pessoas, sem distinção de religião, raça, etnia ou gênero. Atua em quase 100 países e atua no Brasil desde 1975, oferecendo benefícios diretos a mais de 700 mil crianças, jovens e adultos. A organização está presente na região semi árida no Nordeste do país e do Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas e na Amazônia e nas principais regiões metropolitanas. Prioriza as crianças que vivem em comunidades empobrecidas e em situação de vulnerabilidade. Para que as crianças tenham um futuro digno, a Visão Mundial acredita ser necessário transformar a realidade das famílias e das comunidades em que elas vivem. Consulta no site www.visaomundial.org.br. Em agosto de 2010.

³³ A Pastoral da Criança é uma organização comunitária, de atuação nacional, que tem seu trabalho baseado na solidariedade humana e na partilha do saber. O objetivo é o desenvolvimento integral das crianças, da concepção aos seis anos de idade, em seu contexto familiar e comunitário, a partir de ações de caráter preventivo e que fortaleçam o tecido social e a integração entre a família e a comunidade. Consulta no site www.cnbo2.org.br. Em agosto de 2010.

poder público, porém, marcado por uma grande contradição: foram estimulados a invadir o território sob a doação de lonas e madeiras, foram alojadas e “esquecidas” em um terreno em condições precárias.

Os dois bairros possuem suas singularidades. O bairro Cidade Industrial tem ares de periferia, distante do acesso aos serviços públicos, construído a partir da invasão das famílias sem as devidas melhorias habitacionais necessárias como saneamento básico ou planejamento urbanístico. O esgoto corre a céu aberto em algumas destas vias, as moradias precárias algumas de alvenaria e outras um misto de madeira e lata. O Povoado São Geraldo II por estar fora do perímetro urbano do município congrega hábitos mistos de área rural e urbana. Constituído em sua maioria por parentes, as relações são estabelecidas por uma grande rede de parentesco que foram ampliando à medida que o Povoado foi se desenvolvendo.

4. 2 – Dos sujeitos da pesquisa

Das dez famílias em extrema pobreza que compõem o presente estudo, cinco residem no Povoado São Geraldo II e cinco no Bairro Cidade Industrial. Cabe aqui destacar, antes de apresentarmos o perfil das famílias, que os pobres desta pesquisa são entendidos a partir da vertente reflexiva de Amartya Sen (2000), ou seja, pessoas que sofrem em seu cotidiano privações que chegam a inviabilizar as suas liberdades substantivas e instrumentais.

Com base nas entrevistas realizadas elaboramos a TABELA 05 que traz o perfil das famílias entrevistadas e suas principais características com relação à composição familiar, situação no mercado de trabalho e rendimentos.

TABELA 04
Perfil das famílias entrevistadas neste estudo

Caracteres		Família 1	Família 2	Família 3	Família 4	Família 5	Família 6	Família 7*	Família 8	Família 9	Família 10
Arranjo familiar		Nuclear	Nuclear	Monoparental feminina	Monoparental feminina	Monoparental feminina	Nuclear	Nuclear	Monoparental feminina	Monoparental feminina	Extensa
Bairro		P. S. Geraldo II	P.S. Geraldo II	P.S.Geraldo II	P.S.Geraldo II	P.S.Geraldo II	Cidade Industrial	C.Industrial	C. Industrial	Cidade Industrial	C. Industrial
Etnia		Negra	Negra	Negra	Negra	Negra	Negra	Negra	Negra	Negra	Negra
Escolaridade Pessoa de referência	Mulher	4 série	2 série	Analfabeta	Analfabeta	quinta série	Oitava série	Oitava série	Analfabeta	Analfabeta	Analfabeta
	Cônjuge	Analfabeto	Analfabeto	-----	-----	-----	4 série	4 série	-----	-----	-----
Religião		Evangélica	Evangélica	Evangélica	Evangélica	Católica	Evangélica	Católica	Católica	Evangélica	Evangélica
Tipo / habitação		Alvenaria /Latão/ocupação	Alvenaria/doada	Alvenaria/doação	Alvenaria/doada	Alvenaria/Própria	Alvenaria/doada	Alvenaria/própria	Alvenaria/doada	Alvenaria/própria	Alvenaria doada
Número de filhos		05	03	05	07	01	05	04	05 filhos	05	01
Número de pessoas que vivem na casa		07	06	06	11	04	07	05	03	06	06

Fonte: Pesquisa de campo (2010). Elaboração própria

Conforme os dados da TABELA 4 existe uma prevalência das famílias negras, o arranjo familiar, dividem-se entre monoparental feminina (05) e nuclear (04) e (1) uma extensa, composta por três gerações. Para as famílias pobres a convivência familiar é uma segurança em tempos incertos. Elas compartilham a casa, a comida, a água, a luz, os vestuários, para manter com os consanguíneos, agregados ou conterrâneos, uma rede de ajuda mútua. E, mesmo com a inserção nos programas de transferência de renda (como revela o quadro 1 as dez famílias recebem o PBF) ainda não foi possível superar o quadro de extrema pobreza.

O nível de escolaridade é um fator que colabora para uma situação de maior vulnerabilidade, uma vez que, essa situação favorece a desproteção social, a precarização das relações de trabalho e, concomitantemente, menor rendimento mensal. Entretanto quando se observa a escolaridade ligada a questão de gênero as mulheres das famílias dois, três, seis e sete apresentam maior grau de escolaridade que os cônjuges (variando de 2 a 8 anos de escolaridade)

Outro fator relevante é o ciclo vicioso da pobreza. A baixa escolaridade, o trabalho subalterno sem vínculo empregatício e proteção social fazem com que as famílias em seu cotidiano lancem mão dos recursos disponíveis para a manutenção do lar. Situações como êxodo rural, baixa renda, precárias condições de moradia, alimentação e co-habitação arraigadas a um histórico de exclusão são constituintes da vida destas famílias.

A intervenção das igrejas nas condutas das famílias é de longa data algo complexo e determinante. Em se tratando de bairros periféricos, não é o nosso objetivo aqui debruçar sobre as representações católicas e protestantes. Mas é um dado importante, uma vez que das dez famílias sete se dizem evangélicas. O que se percebe que práticas emergências e de caráter assistencialistas são as ações presentes nestes bairros e praticadas de forma contundente pelas Igrejas, o que tem asseverado o grau dependência e a manutenção das suas precárias condições de vida familiar.

No tocante ao tipo de moradia das famílias as condições são precárias, não ofertam segurança e são insalubres. Mesmo tendo recebido “ajuda” de instituições filantrópicas (todas as famílias receberam apoio da Visão Mundial e outras instituições como Pastoral da Criança, Rotary São Luiz e outras), das dez famílias cinco ainda residem em casas precárias, pequenas, sem ventilação, não garante privacidade de adultos e crianças, sem banheiros. E, mesmo algumas destas famílias, um total de sete famílias, terem recebido o benefício da moradia, isso não representa que a estrutura da casa garante a privacidade necessária e/ou segurança das famílias. Ainda, convivem com moradias precárias.

Verifica-se que as habitações, sem contar a ausência de planejamento urbano, não concebem a ideia de que as famílias pobres possuem planos e projetos de vida. São edificadas numa perspectiva de confinamento que favorece violações e promiscuidade(SANTOS, 2007).

TABELA 05

perfil das famílias entrevistadas neste estudo - renda

Caracteres		Família 1	Família 2	Família 3	Família 4	Família 5	Família 6	Família 7*	Família 8	Família 9	Família 10
Renda	Trabalho	R\$320,00	R\$ 250,00		R\$150,00			R\$ 400,00		R\$ 400,00	R\$500,00
	Aposentadoria/pensão/ auxílio doença	----	R\$120,00	R\$306,00	R\$395,00	R\$515,00					R\$515,00
	PBF	120	200	51	123	134		-----	R\$112,00	R\$132,00	R\$120,00
	BPC	-----	R\$515,00*	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	Doação instituições	-----					R\$126,00				
Per capita (sem o PBF)		R\$64,00	R\$61,66	R\$61,00	R\$49,54	R\$103,00	R\$21,00	R\$ 80,00	R\$37,33,	R\$51,14	R\$174,16
Ocupação Pessoa de referência	Mulher	Do lar	Do lar	Do lar	Do lar	Do lar	Do lar	Diarista	Do lar	Faxineira	Do lar
	Cônjuge	Catador	Serviços gerais	----	-----	-----	Serviços gerais	Servente de pedreiro	-----	-----	-----

Fonte: Pesquisa de campo (2010) . Elaboração própria * a beneficiária passará a contribuir com a família a partir de dezembro quando encerra o empréstimo que a neta realizou.

Tendo como referência a linha da pobreza em valor inferior a $\frac{1}{4}$ salário mínimo per capita nota-se que dentre as dez famílias existe uma prevalência de famílias extremamente pobres, com renda per capita média de R\$ 67,00, sendo que nenhuma possui renda fixa decorrente de trabalhos formais.

Os dados colhidos junto às famílias apresentam uma recorrente atividade informal como mecanismo de provimento e sustento do grupo familiar. As atividades das famílias se direcionam exclusivamente a sustento uma vez que, a renda como apresenta a TABELA 5, não é suficiente para suprir todas as necessidades e atender todas as demandas das gerações que compõem o grupo familiar.

A informalidade passa a compor a realidade destas famílias como uma condição sine qua non de sobrevivência por não possuírem meios necessários, talvez o mínimo, para a superação da extrema pobreza. Que seja por meio de melhor nível de escolaridade que irá rebater na mão de obra qualifica, mas, como as TABELAS 4 e 5 nos revelam, é pela ausência, também, do grau de escolaridade que tange a informalidade, ou que seja, na alimentação, habitação, outras variáveis que vão revelando as precárias condições das famílias e a “tendência certa” de buscar um meio de sobrevivência por via da informalidade. Esta condição revela, mais uma vez, a vulnerabilidade e a precariedade da vida das famílias em extrema pobreza.

Para Telles e Hirata (2007) o trabalhador urbano, na busca de sua sobrevivência transita entre fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal, como um ir e vir descontínuo e intermitente. Acabam por lançar das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. Sobrevivem de atividades mal remuneradas e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociam a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e seus comportamentos. (TELLES e HIRATA, 2007,p.6)

Esse embaralhamento do legal e do ilegal, esse permanecem deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de mobilidade urbana, “mobilidades laterais”, de trabalhadores que transitam entre o legal, o informal e o ilícito, sem que por isso cheguem a se engajar em “carreiras delinquentes” (TELLES e HIRATA, 2007,p.8).

A informalidade acaba por delinear o perfil de seu público. Centra-se na lógica do mercado do consumo por via da satisfação das necessidades. O que se percebe com as discussões é o retorno ao passado. Como bem salienta Iamamoto (1998) o arcaico se revela no

novo, onde as velhas formas de dominação da população se dá por via do trabalho, da renda, da baixa escolaridade e, prioritariamente, pela manutenção da precariedade dos modos de sobrevivência. Para Telles e Hirata (2007) é mais uma reatualização de uma história de longa duração, não apenas transformou-se em regra (está aí para ficar, sem a superação prometida pelo “progresso”), como se projetou na ponta de um capitalismo que mobiliza e reproduz o “trabalho sem forma”, ao mesmo tempo que fez generalizar os circuitos ilegais de uma economia globalizada nas sendas abertas pela liberalização financeira, a abertura dos mercados e encolhimento dos controles estatais (TELLES e HIRATA, p.175)

No que se refere aos papéis familiares, nas famílias estudadas as funções domésticas estão claramente delimitadas. A manutenção do padrão patriarcal é marcante na vida das famílias pobres. Cabe às mulheres o cuidado do lar, por isso, talvez, não tenham desenvolvido outra função. Aos homens segundo os relatos cabe o dever de prover a casa, são eles que devem buscar o sustento “pesado” da família e, quando as mulheres trabalham fora, não contam com o apoio do companheiro nos afazeres domésticos. Ao término da jornada do trabalho são aguardadas em casa para outra jornada que termina ao fim da noite.

Quando eu trabalhava fora, como diarista, eu saía daqui as cinco da manhã. Trabalhava dois dias me uma casa, três dias em outras e assim era. E voltava para casa por volta das vinte horas. ai eu tinha que cuidar de toda a minha casa. Lavar, passar, faxinar aqui tudo e ainda deixar o almoço pronto do dia seguinte. E, tinha vez que eu chegava aqui ele tava bêbedo e dormindo. E meus filhos sem janta me esperando chegar para comer alguma coisa .(Família 7)

A hora que chegava, minha filha. Tinha dia que onze horas, meia noite, eu tava arrumando casa, colocando feijão no fogo, fazendo qualquer coisinha sem ter hora pra dormir. Ate hoje eu não tenho hora pra dormir, qualquer hora é hora pra mim. (Família 9)

As famílias pobres reproduzem no seu cotidiano as funções da família patriarcal. Ao homem, segundo sua tradições cabe o papel público. Já a mulher cumpre primeiramente as funções privadas para depois buscar algum tipo de inserção fora do lar. E se companheiro é o desempregado, o que não procura serviço em virtude de vícios e “preguiça” ainda sim, o serviço do lar fica à sua espera, como funções cristalizadas.

Meu marido. Ele não trabalha, assim, como falo, ele não tem rotina de sai todo dia pra trabalhar. Ele quando aperta que sai pro um bico. Ai paga água com isso. Mas olha tô com cinco contas de água atrasada, tá cortada. O vizinho me dá a água. Se eu não correr, nem ele come. Tem muito tempo que ele não trabalha. Mas o serviço da casa ainda é todo meu. Se eu não puxar os filhos, não olhar a condição deles, acho que tudo se perde. Tem muito anos que vivo nessa. Desde que me casei. É sofrimento sobre sofrimento. (Família 6)

As histórias de vida partilhadas pelas famílias trazem alguns traços marcantes de desafiliação e limitação. Traços que estão presentes quando falam do bairro, do transporte, dos preconceitos que enfrentam quanto ao lugar que moram. E até mesmo, das relações que estabelecem dentro da sua comunidade.

É muito discriminada, esse aqui nosso é muito discriminado. Você vai arrumar um serviço você fala assim: você mora aonde(o povo te pergunta, né)? Moro lá no Distrito Industrial. Depois te ligo. É assim que eles falam. (Família 7)

Se fala que é do cidade industrial ai vem o preconceito. Não arruma emprego. O povo acha que aqui só mora bandido. Devido mesmo o passado do bairro era matação demais. Antigamente você não podia andar aqui você lembra, né? Andar aqui tinha que identificar a pessoa, quem era, de onde que era, hoje não. Hoje pode vim qualquer pessoa, andar tranqüilo. Antigamente parava o carro era na entrada, se eles visse que era alguém que não podia ficar aqui dentro, podia esperar na linha que era morto (Família 10)

Em se tratando da variável espacialidade os moradores do bairro Cidade Industrial sofrem mais com o preconceito e exclusão social do que os moradores do Povoado São Geraldo II. O fato de morar no bairro Cidade Industrial dificulta a inserção no mercado de trabalho, fator que por vezes inviabiliza a superação da pobreza extrema e contribui para a criação das estratégias de sobrevivência (ligadas a prática de recolhimento de materiais recicláveis, mendicância e outros)

Eu acho que acabou essa matação daqui porque os próprios não existem mais, morreram, sumiram por aí. Quem não morreu ta preso. Ta só esses jovens mais novo, o mandante não existe mais. Se fala que do cidade industrial ai vem o preconceito. Não arruma emprego. O povo acha que aqui só mora bandido. Devido mesmo o passado do bairro era matação demais.(Família 10)

Para Santos (2007)

Morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar nestes ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número do que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (SANTOS, 2007, p.143-144).

Já o Povoado São Geraldo II, por estar às margens da BR- 365 sentido Pirapora, convive com os fenômenos urbanos de drogadição, exploração sexual, desemprego e outros. O fato de residir no bairro não se torna um obstáculo para a inserção no mercado de trabalho diretamente, ao contrário, por ser ainda considerada uma comunidade rural, isso favorece, na

avaliação dos moradores. Porém, a distância geográfica, por si só é um dificultador, além da aproximação com o aterro sanitário, antigo lixão, que faz com que algumas famílias se desloquem a este para buscar renda e complementar, em alguns casos, a alimentação.

Traçadas as principais características das localidades onde residem as famílias pesquisadas, a seguir apresenta-se o resumo das histórias de vida de cada família, sendo utilizados codinomes para garantir a privacidade das famílias que concederam as entrevistas.

4.3 – Trajetórias de vida das famílias pesquisadas

Família 1 - A história da família de senhora Rosa (39 anos) tem sua trajetória marcada pelas mudanças. Vinda de Miralta, área rural de Montes Claros, em busca de melhores condições de vida, ao chegar à cidade passaram a residir no bairro Chiquinho Guimarães, na casa de uma tia do marido que havia dito ao sobrinho que no “*Povoado São Geraldo II o fazendeiro estava repassando para o Santo parte da Fazenda e que a Igreja iria doar*”. Em meio às condições precárias de moradia e renda, e do próprio bairro foram até o Povoado e por meio da insistência e resistência receberam um lote para a construção da casa. “Ganharam” o lote, mas não tinham como construir, nova “*batalha*”. Como não dispunham de recursos e os filhos já começavam a nascer, construíram de adobe e lata os dois primeiros cômodos. Anos depois a Visão Mundial ajudou na reforma e ampliação da casa. Atualmente a casa possui quatro cômodos de alvenaria que abriga a cozinha, ainda de adobe. O grupo familiar de Rosa é composto por ela, o marido (34 anos) e cinco filhos com faixa etária entre 10 a 18 anos de idade, todos do sexo masculino. Segundo informações da própria entrevistada, os mais novos estão na escola, porém, os mais velhos foram retirados da escola para ajudar no trabalho e não retomaram os estudos. Sra. Rosa e Sr. Joaquim relatam que na vida da família as dificuldades sempre foram presentes. Sra. Rosa fala da infância que teve na área rural de Miralta, da fome, de ter que sair da escola para ajudar os pais na roça e cuidar dos irmãos mais novos para que a mãe pudesse ir para o trabalho. Sr. Joaquim disse nunca ter frequentado a escola em virtude de ter que ingressar muito cedo no trabalho. Vivia do trabalho na roça, de plantar e colher os produtos da pequena lavoura de subsistência dos pais. Quando jovem foi trabalhar na fazenda que agregava as terras do seu pai.

Vimos pra cá, pra Montes Claros, achando que seria melho. Até que está porque hoje tenho minha casa, meus filhos tá com saúde. Mas a falta de trabalho e esse aperto. É difícil demais. Eu estudei pouco, meu marido nem estudo. Na idade da

escola, tava eu na roça. Eu sempre quis estudar. Ter caderno, lápis, uniforme. Sempre quis. Ai, pensava quando tivesse meus filhos eles iriam estudar. Eles estudaram, até a quinta, foram mais que eu. Até que eles queriam mais. Mas nós não tinha dinheiro, tivemos que tirar eles da escola, os mais velhos, para ajudar no trabalho. O dinheiro é pouco até para comer pouco. (Família 1)

Família 2 – composta por Sra. Maria (41 anos), seu marido João (80 anos) e três filhos na faixa etária de 19 a 22 dois anos. Sendo dois do sexo feminino e um do masculino. Residem no Povoado São Geraldo II há vinte anos. Em 2008 a família acolheu a Sra. Joana (74 anos), uma antiga conhecida da mãe da Sra. Maria. Esta recebe o Benefício de Prestação Continuada³⁴ no valor de um salário mínimo e por meio deste contribui nas despesas da família. Vindos de Japonvar/MG chegaram a Montes Claros com a promessa de melhoria de vida. Lembram que Montes Claros, enquanto uma cidade em desenvolvimento e de grandes oportunidades, representava naquele momento, anos 1980, a oportunidade de viver uma vida mais digna, sem fome e sem desemprego. Quando aqui chegaram, residiram no bairro Mangues, no grande Maracanã, e vieram morar no Povoado quando do processo de doação dos lotes. Sobre as experiências da vida, consideram melhor “*não lembrar*”. Para Sra. Maria (vinda de uma família de dez irmãos que teve a mãe na condução dos filhos devido a morte precoce do pai), relata que a vida foi tecida de muitas dificuldades. O pai que era dependente do álcool era um homem trabalhador, porém, muito rude. Diz que o contato com a bebida ocorreu desde cedo e que “*ele costumava dizer que o pai dele foi quem disse pra ele quando tinha uns oito anos que ele tinha que tomar um pouco de cachaça para ter enfrentar o trabalho da roça. E fumar para espantar o mosquitinho que picava durante a “quebra” do milho* (Maria, 41 anos, família 2). Com a morte do pai a mãe teve que separar os filhos pelas casas dos parentes e na cidade para que pudessem trabalhar na casa das pessoas. Sra. Maria frequentou a escola por dois anos e depois teve que sair para trabalhar como empregada doméstica aos nove anos de idade.

Família 3 - composta por mulheres, essa é a imagem que se presencia na família da Sra. Verediana (40 anos) que junto às cinco filhas entre 12 e 20 anos vivem no Povoado há mais de 30 anos. Uma família monoparental feminina conduzida e compartilhada por mulheres. A casa foi doação do pai ao morrer. Sua renda é oriunda da pensão do marido que faleceu, sendo que parte do recurso (120 reais) deve ser repassado para outro filho do marido que reside no bairro Maracanã. Para complementar a renda tem o PBF e os serviços de faxina e de babás realizados pelas duas filhas mais velhas. Na história de sua vida familiar o

³⁴ Benefício de Prestação continuada – BPC – é concedido através da Lei 8742/93 ao idoso acima de 65 anos com renda inferior a ¼ salário mínimo que não tem condições de se prover ou ser provido pela sua família.

trabalho na agricultura e o desemprego sempre estiveram presentes. Os recursos para a satisfação das necessidades eram poucos devido à baixa remuneração para esta área, que contribuía para uma alta mobilidade do pai da Sra. Verediana e, tempos mais tarde, do marido também. A busca de melhores condições de salário fazia com a família estivesse em constante mudança. Quando de um período de longo desemprego foi, depois de casada, morar com os pais no Povoado. Na casa pequena, de 4 cômodos, cohabitavam a família da Sra. Verediana e os pais dela. Com a morte da mãe o pai doou a casa para Sra. Verediana, tempos depois o pai veio a falecer. *“Meus irmãos concordaram com meu pai em deixar a casa pra mim morar com minhas filhas, naquela época eu já estava viúva”*. Atualmente a renda advém da pensão do ex-marido e já teve momentos que se juntava às outras famílias da comunidade para irem para o lixão, que se localiza nas proximidades do Povoado, para complementar a renda.

Família 4 - composta por Sra. Ilmar, que não soube informar a idade, viúva, mãe de cinco filhos com faixa etária de 10 a 24 anos. Os filhos mais velhos são do primeiro casamento e os dois mais novos do segundo casamento. A história da família se inicia com o primeiro casamento marcado pelo alcoolismo e pela violência do primeiro marido. Um trabalhador rural que veio para a cidade e vivia de trabalhos informais e veio a falecer. Seu segundo esposo também era trabalhador rural que conseguiu com a vinda para a cidade um emprego no Frigorífico. O emprego de carteira assinada trazia segurança para todos da família *“o dinheiro era certo, não passava por aperto”*. Com a morte do segundo marido, foi orientada por uma vizinha a ir até a Secretaria de Assistência Social para requerer a pensão. E o fez. Com a renda da pensão teria como sustentar os filhos, entretanto, o marido tinha outro filho e a mãe da criança requereu junto ao poder judiciário o direito de pensão. O salário que recebia da pensão passou então a ser dividido com a mãe da criança que também reside no Povoado. Já no terceiro relacionamento as dificuldades aumentaram, pois o marido além de estar desempregado, era alcoolista e violento, tendo como única renda a pensão. Diante do quadro de extrema pobreza (e como na maioria das famílias) o lixão para a família da Sra. Ilmar passa a ser um recurso utilizado para adquirir renda e alimento. De posse dos filhos e marido passou a frequentar o lixão. Desde então essa prática é recorrente no cotidiano da vida familiar. Sra. Ilmar estava no terceiro relacionamento quando assumiu a criação do filho do companheiro, mas o companheiro saiu de casa, porém, não levou o filho com ele. Em novembro outubro último, em virtude do falecimento do genro (vítima do tráfico de drogas) trouxe a filha de 22 anos e os três netos de 5, 2 e 1 ano de idade para morar em sua casa.

Arrumei um companheiro quando o primeiro marido morreu, esse não deixou nada, não trabalhava fixado, trabalhava na roça, só sabia assina o nome. Bebia demais, batina na gente tudo. Vira e mexe eu apanhava. Mas ele não deixava faltar nada. Era um homem bom. Agente morava no castelo branco perto do Eldorado, aqui mesmo em Montes Claros. É do segundo que tenho a pensão, o companheiro trabalhava porque ele morreu é que eu tenho a pensão,mas, é do segundo. Esse companheiro é que deixou a renda. Ai deu para ficar mais tranqüilo. Tive outro tempo que trouxe o filho dele para morar com a gente. Tempos atrás ele sumiu e não levou o filho. Não ajudou em nada. (Família 4)

Os filhos recorrem ao lixão por não ter escolaridade e qualificação para o mercado de trabalho, pois abandonaram os estudos no quinto ano e desde então ajudam a mãe. A precariedade é visível pela casa pequena, chão de terra e poucas mobílias, que contrasta com o elevado número de membros da família e a parca renda. Diz em um súbito rompante que “[...] *isso não é vida, todo dia é sofrimento e falta das coisas.(choro)*”. Segundo Sra. Ilmar hoje sua vida segue como Deus quer. Não possui nenhum companheiro. Junto dela, filhos e os netos buscam por meio do lixão garantir a sobrevivência. Quanto aos apoios que a família recebeu, destaca-se a melhoria habitacional: a casa de 2 cômodos de adobe e madeira foi reformada e ampliada para quatro cômodos de alvenaria por meio da Visão Mundial. A alimentação da família era complementada pela sopa enriquecida fornecida pela Casa do Pão.

Família 5 - Em meio às histórias e reclamações, Sra. Aparecida (73 anos) relata trajetória de sua família. Residente no Povoado há pelo menos cinquenta anos, diz que sua história se divide entre a saída de Coração de Jesus (MG) e a chegada a Montes Claros. Aos dez anos chegou à rodoviária de Montes Claros com a promessa de emprego na grande cidade. Porém, a contratante dos seus serviços, como fora combinado, não a buscou na rodoviária. Sem nenhuma referência de onde poderia ir foi aconselhada por uma senhora a segui-la até uma pensão. Foi nesta pensão, no bairro Vila Guilhermina, que começou seu primeiro trabalho na cidade. Desde então passou a prestar serviços de faxineira. Com a saída da pensão trabalhou por 22 anos em casa de família, período em que conheceu o marido. Com o casamento teve cinco filhos, sendo três do sexo masculino e dois do sexo feminino. Uma vida de muito trabalho e renda precária. O casal trabalhava para satisfação das necessidades elementares e para pagar o aluguel. Com a notícia da doação dos terrenos no Povoado “*foi atrás*” e conseguiu ser contemplada com o lote. Assim, mobilizou os recursos que tinha disponível e construiu os dois primeiros cômodos. A família passa a residir no Povoado e, tempos depois o marido falece, deixando Sra. Aparecida com os cinco filhos pequenos para criar. Trabalhou como lavadeira, faxineira e depois na horta privada para criar

os filhos e contou com a sopa da casa das irmãs para a alimentação. Quando saiu o direito a pensão e acompanhada de problemas de saúde, preparou os filhos mais velhos, que no período tinham 12 anos, para assumir o trabalho na horta e manter a renda da família. A família foi beneficiada com as ações da Visão Mundial quando o filho, atualmente com 36 anos, foi apadrinhado e teve a casa totalmente construída.

Quando eu mudei pra cá era mato puro. Criei meus filhos todos aqui até que eles casaram. Até moram aqui mesmo. O barracão aqui do lado é do meu filho que sempre morou aqui. Não tive quase chance de estudar porque eu perdi meus pais eu fiquei pequena, meus irmãos afastou. Uma dona me pegou pra criar. Ela era muito ruim, ela era cruel, ela batia demais. Eu tinha 10 anos cuidava da casa, passava, lavava e cozinhava e cuidava dos filhos dela. Ela era muito serviço e não dava pra estudar. Ai eu larguei, lá em coração de Jesus. Ela me pegou pra criar com minha irmã de minha mãe. Os meus irmãos foram afastados. Fiquei com ela 2 anos não aguentei aquilo. Vim pra Montes Claros, vive 22 anos até casar. Eu vim só com a companhia de Deus, eu tava na casa da minha madrinha, irmã da minha mãe, muito pobre, não tinha como eu ficar lá, eu contratei um emprego de longe aqui em Montes Claros com uma menina. Ai ela ficou de encontrar comigo na rodoviária, fiquei lá esperando e não apareceu. Ai, uma dona me levou pra uma pensão e depois fui trabalhar em casa de família até que casei e vive com meu marido 13 anos, até que ele morreu. E me deixou com 4 filhos pequenos. Quando ele morreu o mais velho tinha 6 anos, Antonia 7, Pedro 1 ano, o mais velho 12 anos, ele com 12 anos trabalhava comigo na roça e Antonia, com 7 anos, cuidava da casa toda porque eu trabalhava na roça com meu marido, e ele morreu eu tive que fazer isso sozinha. Eu trabalhava das 06 às 21 horas tinha dia, eu chegava em casa, cansada, atrapalhei minha coluna nisso. Hoje só Antonia mora comigo com os três filhos dela. Hoje ainda crio os filhos de Antonia, crio de tudo. Hoje minha vida é um pouco triste porque não tenho saúde, tomo remédio ano inteiro (Família 5).

Atualmente Sra. Aparecida reside com a filha Antonia (38 anos) e os netos de 10 a 19 anos de idade, um do sexo masculino e dois do sexo feminino. Vive da renda da pensão e recebe um complemento do PBF para a satisfação das necessidades e quando passa por dificuldades para a “feira” do mês, recorre aos filhos e a empréstimos bancários que são descontados direto em folha.

As histórias de vida das famílias do bairro Cidade Industrial têm suas trajetórias vinculadas à fundação do bairro, uma vez que, para algumas famílias a chegada no bairro por meio das invasões constituiu a história do próprio bairro.

Família 6 - composta por Sra. Valéria (36 anos) grávida de cinco meses, Sr. João (35 anos) e os quatro filhos com faixa etária de 3 a 13 anos de idade, sendo dois do sexo masculino e dois do sexo feminino. Residem no bairro Cidade Industrial desde a invasão do terreno, há quinze anos. Compartilham o dia-a-dia em uma casa de 4 cômodos de alvenaria, pouca mobília, sem portas, duas janelas sem vidros. A mobília se reduz a uma mesa na cozinha, um banquinho na sala e três camas nos quartos. Quando invadiram o bairro a casa

era feita de lona e madeira, há seis anos a casa foi construída em alvenaria pela Visão Mundial por ter os filhos apadrinhados pelas instituições. A família não tem renda fixa, Sr. João está desempregado há dez anos e vive de “bicos” esporádicos. Sra. Valéria faz trabalhos ligados à faxina, produção de biscoitos e de cabeleireira. Os filhos de 7 e 10 anos praticam a mendicância na comunidade e cidade e o filho de 13 anos está envolvido com atos ilícitos. Atualmente os filhos são apadrinhados pela Visão Mundial e a família recebe R\$ 126,000 de ajuda financeira. A família não possui acesso aos programas de transferência de renda por não ter a documentação dos responsáveis e crianças atualizados.

Família 7 – o contexto desta família difere das demais que compõem o grupo de entrevistadas do bairro Cidade Industrial. A chegada no bairro se dá por via da compra da casa com recursos do acerto de tempo de serviço e não pela invasão. Composta pelo Sr. Vilmar (33 anos) e Sra. Rita (R. 36 anos) e três filhos com faixa etária de 01 a 12 anos de idade a família sobrevive dos “bicos” realizados pelo Sr. Vilmar como servente de pedreiro. Sra. Rita até o nascimento do filho mais novo trabalhava como diarista em um estabelecimento comercial e na residência de um médico da cidade. Nesse serviço recebia ajuda de alimentos dos patrões que complementava a renda da família. A família convive com problemas ligados ao uso contínuo de álcool e desemprego de longa duração do Sr. Vilmar que não permanece por muito tempo nos “serviços” que consegue devido ao vício. Tiveram o benefício do PBF cancelado devido ao descumprimento da condicionalidade da educação. O filho de 15 anos, fruto de outro relacionamento da Sra. Rita, que até novembro de 2010 residia com a mãe, padrasto e os irmãos, desentendeu-se com o padrasto devido ao uso do álcool e saiu de casa e da escola. Atualmente o rapaz reside com os avós maternos no bairro Independência. Sra. Rita diz não gostar do bairro devido aos riscos constantes a que estão expostos como prostituição e drogadição. Porém, “*não tem muito o que fazer*”, devido à renda ser insuficiente para suprir as necessidades da família, “*quem dirá para mudar de bairro*”. Afirma que já pensou em vender a casa, entretanto, não encontra comprador devido ao lugar. Sra. Rita e a família residem na “área verde”, lugar de maior vulnerabilidade e risco do bairro.

Família 8 - tem sua história ligada ao trabalho escravo e à migração. Sra. Conceição (50 anos) viúva, mãe de cinco filhos, destes três já são maiores e casados e, os dois mais novos de 08 e 10 anos de idade residem com Sra. Conceição, sendo um do sexo masculino e o outro do sexo feminino. Vindos de Varzelândia (MG), ela e o marido aceitaram o convite do antigo patrão, dono da carvoaria, para vir trabalhar em Montes Claros em outra carvoaria. Como o trabalho não deu certo fizeram uma barraca nas proximidades da

Rodoviária e por lá moraram por cerca de um ano. *“Na carvoaria ganhava pouco e o que tirava já vinha devendo ao dono. Uma dívida que nunca terminava”*. Quando os funcionários da prefeitura foram fiscalizar os moradores do entorno da Rodoviária fez o remanejamento destes para o bairro Cidade Industrial dando lona e madeira para invadirem o terreno. Essa situação marca a chegada da Sra. Conceição ao bairro que junto do marido montou a barraca de lona. Por cerca de seis anos moram sob lona no bairro. O marido era alcoolista e desempregado de longa duração. Faleceu em 2000, neste mesmo ano, a Visão Mundial e alguns funcionários da funerária construíram a casa para a Sra. Conceição. A casa em que mora tem quatro cômodos, de alvenaria e telha de amianto. Dispõe de pouca mobília. A única renda da família é do PBF. Para suprir as necessidades mais elementares faz serviços domésticos por troca de alimentos, os filhos vivem de mendicância pelas ruas do bairro e o filho de oito anos pratica atos ilícitos.

Família 9 - composta por mãe e cinco filhos - Sra. Hilda (50 anos) com os cinco filhos em faixa etária de 9 a 19 anos de idade, sendo dois do sexo masculino e três do sexo feminino. Residem no bairro Cidade Industrial há pelo menos nove anos, quando comprou o terreno e teve a casa construída pela Visão Mundial e moradores do bairro por meio de mutirão. O lote foi comprado com renda proveniente do trabalho de doméstica da Sra. Hilda na cidade de Belo Horizonte. Período que teve que ir embora para trabalhar e deixar o marido devido a alcoolismo, prostituição e ameaças. Atualmente os filhos trabalham para ajudar na manutenção do grupo familiar. Relata que estabeleceram um pacto desde o momento em que ela deixou o marido. Que todos deveriam ajudar nas despesas da casa e assim tem acontecido. O filho de 19 anos trabalha como ambulante no centro da cidade, a filha de 16 anos de empregada doméstica e Sra. Hilda realiza alguns serviços domésticos de faxina, lavadeira e passadeira na comunidade e no bairro Santos Reis. A renda toda é revertida para usufruto da família.

Família 10 – vieram do Estado da Bahia para morar com parentes no Bairro Santos Reis. Sra. Isaura (53 anos) e o marido vieram em busca de emprego e melhores condições de vida: *“lá não tinha trabalho e agente tava passando fome”*. Assim, diante do contexto de extrema pobreza em que a família se desenvolvia resolveram, após convite de parentes, vir para Montes Claros, onde as condições não melhoraram muito. Não tinham casa, o marido estava vivendo de “bicos” e os filhos cresciam em meio à fome e pobreza. Com a notícia da invasão de um terreno no bairro Castelo Branco resolveram se juntar às outras vinte e nove famílias e invadiram o terreno. A invasão durou cerca de doze meses quando o dono do terreno junto à Polícia e à Prefeitura fizeram o despejo dos “invasores”. Neste

período foram transferidos para o bairro Cidade Industrial. Moraram sob lona por mais dois anos, quando a Prefeitura entregou as primeiras casas construídas com o apoio da empresa que denominou como Vila Prodacon. Nesta mesma época, por volta de 1995, o marido passou a trabalhar na empresa de tecidos como vigia e passaram a compor a Associação de Moradores para trazer melhoras para a comunidade. Sra. Isaura participou dos trabalhos da Visão Mundial e da Pastoral da Criança, do Banco do Povo e do Clube de Mulheres. Estes espaços fizeram a diferença em sua vida para a superação da perda do marido que faleceu em 2000. Mediante as dificuldades que o filho Renato (35 anos) passava com o desemprego, cedeu à casa que recebeu de doação há 15 anos, e atualmente reside com a filha (29 anos), o genro (35 anos) e os netos em faixa etária 05 a 16 anos de idade, sendo dois sexo feminino e um sexo masculino. Sua renda é proveniente da pensão que recebe pelo falecimento do marido e do PBF que a filha recebe e do trabalho que o genro realiza em outro Estado. Por meio das estratégias ao longo de sua trajetória de vida a família 10 alcançou certa superação da pobreza e não compõem mais o grupo de extrema pobreza, característica que possuía quando chegou ao bairro pela migração, desempregados e sem moradia. Atualmente o acesso à renda (emprego, benefício e pensão) e a prática coletiva e de sociabilidade (associação de moradores, trabalho comunitário e acesso a formação de lideranças), contribuíram para a superação da extrema pobreza. A inserção na associação contribuiu para o emprego, o ativismo político e a defesa da comunidade. Porém, não está isenta dos atravessamentos econômicos em seus pares. O filho, que foi retirado da escola para ajudar na sobrevivência da família é servente de pedreiro, voltou para a escola e está cursando o segundo grau, entretanto, está desempregado e sem moradia. Como estratégia a mãe doou a casa (que recebeu no período da invasão) que residia para o filho e passou a morar com a família da filha e os outros filhos têm ajudado na despesa da família. Como reside com a família da filha hoje pode contribuir com os filhos. Residente no bairro há quinze anos, viu o bairro crescer e lutou junto com outros moradores para as melhorias que hoje são notadas como asfaltamento, água encanada, energia elétrica, telefone público, posto de saúde, escola, dentre outras.

No tocante a precariedade da vida das famílias o contexto de desproteção social que é histórico e asseverado com as transformações da sociedade capitalista apontam para duas análises. A primeira os serviços e ações socioassistenciais não alcançam as famílias o que demanda uma reprogramação de sua amplitude e a segunda, os corpos técnicos, como salienta Takashima (2005) e Pereira (2004) com base na matricialidade familiar, se apresentam despreparados para as várias dimensões de pobreza e precariedade em que se encontram as

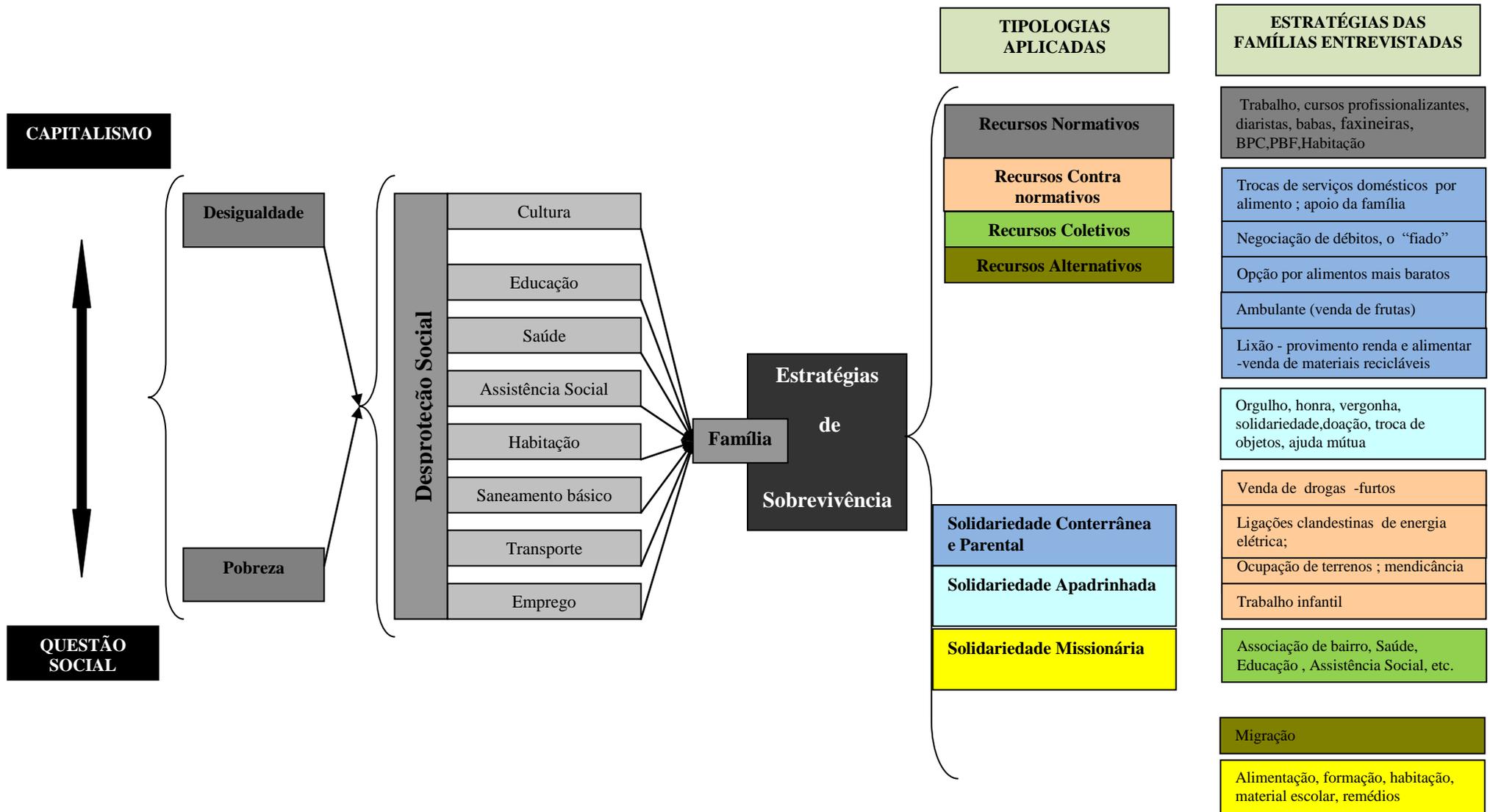
famílias. E, diante dessa constatação as prerrogativas do SUAS e da PNAS deixam de ser eficientes perante a realidade vivida pelas famílias.

4.4 - Tipologias das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza

Diante do material coletado e a partir da revisão bibliográfica foi possível estabelecer o modo pela qual as famílias estabelecem, suas estratégias de sobrevivência.

Com o material coletado foi possível elaborar o fluxograma 10, utilizado para apresentar asdas estratégias (dialeticamente construídas no e a partir do corpo teórico). O fluxograma indica que as famílias em extrema pobreza articulam esforços no âmbito familiar e estabelecem recursos e práticas de solidariedades em um campo de ação concreta. As estratégias de sobrevivência surgem como respostas inacabadas e questionáveis.

FIGURA 7
Fluxograma das Tipologias das estratégias de sobrevivência das famílias pobres



A FIGURA 7 que traz o fluxograma retrata o processo histórico que engendra a pobreza. “Desfiliados” da sociedade capitalista, desde o seu nascimento até a chegada do contexto de direitos sociais, se viram mediante a negativa do Estado de não intervir por meio das políticas sociais para reduzir as desigualdades e enfrentar a pobreza. Distante do mercado formal de trabalho e da proteção social as estratégias das famílias em extrema pobreza surgem enquanto uma estratégia reprodutora das determinações e, em alguns casos, em virtude da ausência de intervenção pública, recorrem à recursos e solidariedades primárias ligadas ao grupo familiar, padrões e instituições de cunho religiosos para encontrar mecanismos que atenuem ou possam viabilizar, de alguma forma, a satisfação das suas necessidades.

Mediante as entrevistas com as dez famílias e relacionando-as ao estudo teórico observou-se que mesmo prevalecendo os *recursos materiais*, as estratégias transitam entre o *material* e o *simbólico*, numa junção de *solidariedades* e *práticas*.

TABELA 06
Tipologias das estratégias de sobrevivência enquanto Recursos

Tipologias	Fam 1	Fam 2	Fam 3	Fam 4	Fam 5	Fam 6	Fam 7	Fam 8	Fam 9	Fam 10
1 -Recursos Normativos	1.b	1.a								
1.a – Trabalho (CLT)	1.c	1.c	1.c	1.c	1.c	1.c		1.c	1.c	1.b
1.b – Trabalho Informal	1.d	1.d	1.d	1.d	1.d			1.d	1.d	1.c
1.c – Políticas Sociais		1.e	1.e	1.e	1.e					1.d
1.d – Programas de transferência de renda não contributiva										1.e
1.e –Aposentadoria e/ou pensão										
2-Recursos Contra normativos	4.e	4.e	4.e	1.a	4.e	1.a		4.e	4.e	4.e
1.a – venda de drogas	6.g	6.g		4.e		4.e		5.f		6.f
2.b- exploração sexual						5.f		6.g		
3.d – prostituição						6.g				
4.e – trabalho infantil										
5.f- Ocupação										
6.g- mendicância										
3 - Recursos Coletivos										3.a
3.a.Associação de moradores										3.c
3.b – cooperativas										
3.c – economia solidária										
4 - Recursos Alternativos	4.a	4.a	4.g	4.g	4.a	4.d	4.f	4.a	4.a	4.a
4.a – migração	4.e	4.g			4.e	4.e	4.g	4.d	4.f	4.c
4.b – criação cooperativa	4.f				4.f	4.f		4.e	4.b	4.d
4.c – clube de serviços	4.g								4.c	4.e
4.d– troca de serviços por alimento										4.f
4.e – ajuda mútua										
4.f –“bico”										
4.g - venda de material reciclável										

Fonte: pesquisa de campo (2010) com referência nos vetores propostos por Balsa (2009)

Conforme indica a TABELA 06 as famílias entrevistadas recorrem aos recursos com o objetivo de obter renda para a satisfação de suas necessidades. Seja por meio do

trabalho formal ou informal ou pela articulação com a rede de ajuda (Famílias, parentes e políticas sociais) as famílias recorrem aos recursos materiais por meio das estratégias de sobrevivências criadas e/ou adaptadas. Mesmo tendo uma adesão aos recursos alternativos suas mobilizações se destinam aos recursos materiais.

A precariedade das condições de vida corroboram para readaptação das estratégias, uma vez que as famílias não apresentam uma estratégia inovadora, como compor grupos associados, economia solidária. Suas estratégias são “comuns” na maioria dos casos indicando seu frágil perfil criativo. Esta última revela mais uma vez, o grau de precariedade em que se encontram as famílias uma vez que, as estratégias empregadas vêm de práticas recorrentes o que coloca em risco sua sobrevivência, sendo que terão que dividir os mecanismos que encontram para suprir suas necessidades elementares com outras dezenas de famílias. A tendência é do aumento da precarização da vida familiar.

As estratégias de sobrevivências em famílias pobres são oriundas das mais diversas experiências. Em se tratando de pobreza, não que isso justifique a contravenção, as famílias têm utilizado os recursos que tem disponíveis até mesmo aqueles que ferem as normas. Neste íterim, os atos ilícitos percorrem a vida das famílias.

O trabalho tem sido o principal recurso acionado pelas famílias enquanto estratégia de sobrevivência, mesmo não sendo formal. No entanto, tais situações corroboram significativamente para que os comportamentos e as buscas pela sobrevivência comecem a colocar família em condições de vulnerabilidade e risco. Em virtude de contratos precários de trabalho, subalternidade e submissão

Um dado importante é o envolvimento de crianças com atos ilícitos no tocante as condições de risco em que estão inseridas suas famílias. As famílias seis e oito apresentam um grau de vulnerabilidade em detrimento da pobreza e baixa renda e, tem convivido com o risco de forma acentuada, uma vez que, tal fenômeno se apresenta nos comportamentos negligentes dos adultos perante as crianças. A negligência referida não diz apenas das famílias, mas, dos agentes públicos, materializados nos serviços de saúde, educação e assistência social, que por meio da proteção social viabilizassem mecanismos de enfrentamento de situações que violam os direitos destas crianças. Estas famílias são as que mais recorrem as estratégias de sobrevivência, como revelam as TABELAS 6 e 7 , não recebem benefícios ligados aos PBF, não possuem documentação pessoal, vivem em moradias, dentre as entrevistadas, que mais colocam em risco sua integridade física e moral. Estas famílias, dentre as dez, demandam

maior intervenção por parte do aparato público e, não apresentam em virtude das condições de precariedade de fazer proteção, uma vez que, elas próprias estão desprotegidas.

Outro dado revelado, é a recorrente utilização da mão de obra infantil para o provimento da família. Está prática está nas famílias deste sua primeira geração segundo as histórias de vida. Numa perspectiva totalizante, a apropriação do trabalho escravo por meio das elites fez verter em situações históricas de exploração e dominação. Portanto, ao se referir ao trabalho infantil no cotidiano das famílias pobres deve ser reportar as condições de sobrevivências em quais foram geradas as famílias que sempre tiveram, especialmente, em um contexto de extrema pobreza, sua força de trabalho direcionada à satisfação das necessidades da elite.

Nas histórias de vida das famílias todas as mulheres e homens entrevistadas, já na fase adulta, revelam que o trabalho faz parte de sua realidade desde tenra idade para ajudar no sustento da família. A baixa escolaridade é um indicador da supremacia do trabalho aos estudos. O trabalho como adverte Fonseca (2008) para as famílias das classes populares sempre foi o único mecanismo de provimento de suas necessidades, uma vez que não dispunha de aparatos estatais de proteção. Nesta perspectiva o pobre teria no trabalho sua única fonte de sobrevivência.

TABELA 7
Tipologias das estratégias de sobrevivência enquanto solidariedade

Tipologias	Fam 1	Fam 2	Fam 3	Fam 4	Fam 5	Fam 6	Fam 7	Fam 8	Fam 9	Fam 10
A.Solidariedade Conterrânea e Parental A.1 – Apoio financeiro da família ; A.2 –Apoio dos vizinhos; A.3 – Ajuda mútua por meio de empréstimos .	A.2	A.2	A.2	A.2 A.3	A.1	A.2 A.3	A.2	A.2 A.3	A.2	A.1 A.2 A.3
B-Solidariedade Apadrinhada B.1 – Benefícios complementares a renda; B.2 – Remanejamento de doações.	B.1					B.2	B.1	B.2		
C-Solidariedade Missionária C.1.Melhorias habitacionais; C.2. Formação de lideranças ; C.3 –Acesso a cursos profissionalizantes; C.4 – Acesso à material escolar, remédios e passagens; C.5.Inserção em economia solidária ; C.6 – Acesso a alimentação	C.1 C.4 C.6	C.1 C.4 C.6	C.1 C.4 C.6	C.1 C.4 C.6	C.1 C.3 C.4 C.6	C.1 C.3 C.4 C.6		C.1 C.4 C.6	C.1 C.4	C.1 C.2 C.3 C.4 C.5

Fonte: Pesquisa de Campo (2010) com base em Sposati (1985)

As estratégias de sobrevivências aliadas às solidariedades primárias compõem um amplo processo de reprodução social das famílias em extrema pobreza. Dentre as famílias entrevistadas, nove foram beneficiadas ou estão em processo de atendimento em instituições filantrópicas.

Em virtude da parca renda e das estratégias de sobrevivência as famílias tem recorrido em suas trajetórias às solidariedades primárias, praticadas pelas igrejas e instituições filantrópicas, para satisfação das necessidades mais elementares como o comer e morar.

Para todas as famílias entrevistadas a solidariedade dos familiares e conterrâneos colabora para a mudança e diminuição dos impactos da pobreza sobre suas vidas. Para as famílias entrevistadas o vínculo entre as famílias, parentes, conterrâneos e vizinhos é um instrumento importante para o enfrentamento da pobreza. No mundo dos pobres os vínculos são necessários para o estabelecimento da ajuda mútua. Não é o nome que define a pessoa, porém, as relações que eles estabelecem no bairro, na vizinhança. Esse tipo de vetor se alia aos recursos materiais, uma vez que, as relações estabelecidas entre as famílias e os seus se dão no campo da satisfação das necessidades. Além, de indicar que as famílias por meio do vínculo, da confiança, do laço acionam os recursos simbólicos que estão subentendidos em suas ações.

As solidariedades transitam entre a satisfação imediata das necessidades e do aporte estabelecido entre as pessoas das comunidades pobres. É comum que nestas relações o apadrinhamento e o cuidado apareçam em decorrência da pobreza instalada.

O que fica deste percurso analítico é a clareza de que a pobreza revestida de analfabetismo, baixa renda, moradia precária, afasta ou condiciona as pessoas a situações que têm dificuldades a superação de fato dos problemas vividos. Há casos em que estão presentes trabalho e solidariedade; assim como casos em que se tem presença do Estado e práticas de riscos.

A presença da solidariedade institucional tem sua maior dimensão no contexto do neoliberalismo sob o signo da emblemática “refilantropização” praticada por fundações, Institutos e das mais variadas seitas religiosas. A transferência da responsabilidade estatal no provimento da proteção social não se configura em uma característica peculiar do Norte mineiro, mas, constitui uma das mais importantes estratégias de intervenção do Estado mínimo desde os anos de 1980. O seu asseveramento se dá com a chegada da década de 1990, especialmente, na consolidação do neoliberalismo, com a chamada Comunidade

Solidária onde o terceiro setor recebeu recursos provenientes do orçamento público para paliativamente enfrentar as expressões da questão social.

4.5 - Estratégias de sobrevivências enquanto práticas

As situações adversas que limitam as capacidades das famílias devido à presença da extrema pobreza provocam nestas a necessidade de criar e exercitar ações que atenuem os efeitos nocivos da pobreza. Como sujeitos ativos diante de uma realidade socialmente determinada e em virtude de um saber empírico desenvolvem suas *práticas* como mecanismo de enfrentamento a extrema pobreza.

As tipologias construídas a partir dos referenciais permitem interpretar muitos dos resultados obtidos com as nossas entrevistas realizadas com as famílias. Através delas vemos como as famílias se posicionam face à pobreza. Daremos conta deste modo de posicionamento distinguindo um conjunto de vetores.

Num plano, as famílias definem *Práticas coletivas e de sociabilidade* que lhes permitem desenvolver atividades internas nos grupos familiares e provocar ações na comunidade em prol do bem comum e, por meio destas, poder contar com o apoio da família, amigos e vizinhos estendendo suas relações para além do grupo familiar. As *práticas coletivas e de sociabilidade* estão contidas dentro das tipologias dos recursos coletivos e da solidariedade conterrânea e parental. Elas dizem das formas de agrupamento em que as famílias se vêm apoiadas e representadas em momentos de dificuldade ou precariedade. Sendo que nos territórios os indivíduos constroem suas histórias conjuntamente com os familiares e vizinhos e tecem redes de apoio, reforço e ajuda mútua.

Distinguimos ainda a *prática de inserção social* que dizem da busca pela inscrição nos serviços sociais ofertados pelas políticas sociais. Nestas as famílias em extrema pobreza recorrem às políticas sociais para o atendimento às suas necessidades de renda, saúde, educação entre outros. Lançam mão de todos os recursos necessários para sua inserção na condição de beneficiários.

A outro nível, ainda, as *práticas de sustentabilidade-formais e informais*, são estratégias vinculadas à busca pela renda, pela sobrevivência. Na tentativa de satisfazer as necessidades mínimas, uma vez que, este estudo trata das famílias em extrema pobreza, a pesquisa revela um perfil de famílias que vivem nestas condições. Uma vez que, as famílias

em extrema pobreza em virtude de não terem emprego, renda fixa, e, que mesmo beneficiada pelos programas de transferência de renda não vêm suas necessidades satisfeitas, tendem a ampliar suas capacidades e buscar nas estratégias a aquisição de uma renda. As práticas formais e informais estão vinculadas a busca pelo trabalho que gere a renda para a satisfação das necessidades. Este vetor relaciona-se, assim, essencialmente, com os recursos materiais e normativos podendo no entanto relacionar-se com práticas de risco.

As famílias pesquisadas residem em territórios marcados por risco. As *práticas de risco* fazem parte do cotidiano dos contextos onde residem, muitas vezes, os pobres, podendo apresentar-se sob a forma de dependência química lícita e ilícita, o roubo, o tráfico, a prostituição, a exploração sexual. Ou seja, contextos onde são mais frequentes as violações de direitos, a contravenção da norma, daquilo que está posto como correto e aceitável social e juridicamente na sociedade.

Um outro vetor, finalmente, tem a ver com as *práticas em rede social*, estabelecidas por meio da solidariedade institucional local ou regional e através das quais as famílias recebem o apoio das instituições.

Estes vetores permitem identificar, caracterizar, apreender as condições em que as estratégias de sobrevivência são desenvolvidas pelas famílias em extrema pobreza, na medida em que permitem:

- Revelar a predominância de determinadas estratégias de sobrevivência das famílias pobres e os recursos mais acionados, além, de esclarecer o contexto em que se desenvolvem;
- Revelar a presença de diferentes estratégias de sobrevivências em famílias que convivem em um mesmo território e que estão em busca da satisfação das mesmas necessidades;
- Revelar diferentes histórias de vida que desenvolvem estratégias parecidas para a satisfação das necessidades;
- Caracterizar o conteúdo das estratégias de sobrevivência e estabelecer as dinâmicas de superação ou aprofundamento na pobreza, considerada como o espaço de engrenagem das estratégias de sobrevivência.

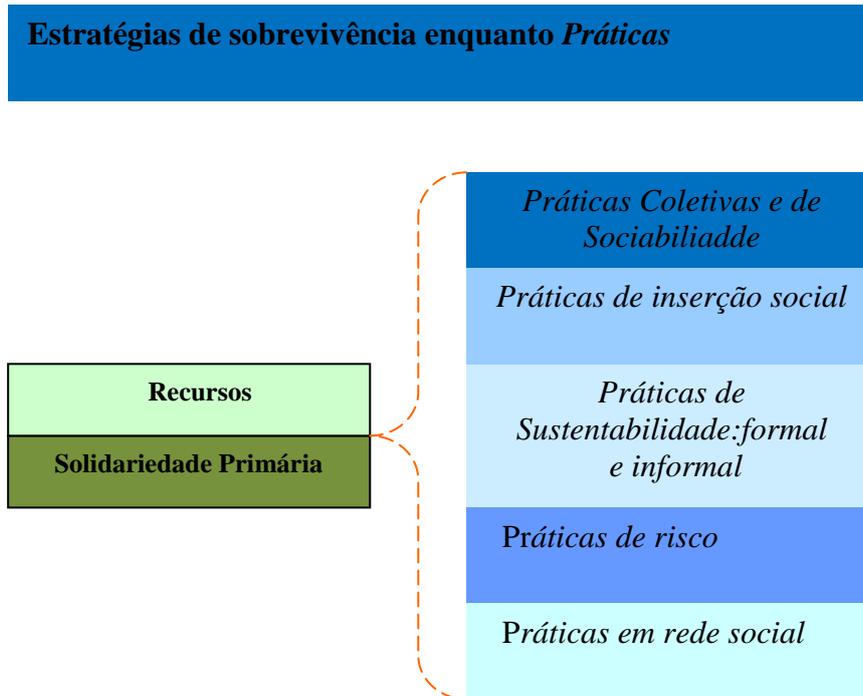


FIGURA 8 -. Vetores de análise construídos

Fonte: Elaboração própria

Por meio dos estudos e das averiguações dos critérios que constituem o nosso referencial teórico para dar conta das estratégias das famílias em situação de extrema pobreza foi possível rever as tipologias, apresentadas pelos autores citados. Considera-se que as tipologias ligadas aos recursos de Balsa *et. al.* (2000) e de Sposati (1985) sustentam e dão vitalidade aos critérios que sustentam o nosso quadro teórico. As estratégias entendidas enquanto *recursos materiais, normativos e contra normativos e solidariedade conterrânea e parenta* perpassam as *práticas coletivas e de sustentabilidade formal e informal e as práticas de inserção social*. Já os *recursos simbólicos e a solidariedade missionária* se vinculam ora as *práticas de sociabilidade, práticas em rede social* e ora com as *práticas coletivas*. Quanto das *práticas de risco* se desenvolvem por meio das atitudes que colocam as famílias em risco de morte, sob ameaças e uso de estratégias que ferem as normas sociais

Independente de qual critério é utilizado como fonte para analisar as estratégias, partimos do entendimento de que as estratégias de sobrevivências que compõem a realidade das famílias em extrema pobreza se fizeram necessárias devido à ausência e/ou incipiente proteção social do Estado, uma vez que as ações desenvolvidas pelo Estado para o fortalecimento e emancipação da família para que ela possa cumprir o seu papel de instituição

socializadora e formadora ainda estão distantes do alcance da sua população demandatária, sobretudo, as famílias pobres e extremamente pobres.

As *práticas* são apreendidas e empreendidas enquanto uma ação do sujeito frente as precariedades do seu cotidiano. De posse dos seus *recursos* e articulados em *solidariedades* suas *práticas* se desenvolvem em um campo concreto de ações voltadas para a sobrevivência donde as carências relativas à inexistência e/ou parca renda não são suficientes para a satisfação das suas necessidades mais elementares. No âmbito das estratégias de sobrevivência as famílias em extrema pobreza agem em um conjunto articulado de *práticas* que, na maioria das vezes, mobiliza todo o grupo familiar em uma junção de esforços coletivos para o enfrentamento da pobreza.

As trajetórias das famílias entrevistadas trazem consigo as características de suas “estratégias”, que vem se avolumando de geração em geração e passam a compor os hábitos das famílias.

As ações das famílias em extrema pobreza se desenvolvem em um terreno marcado de luta e resistência, que na maioria dos casos revelam a carência material e social em que estão inseridas. As práticas, portanto, são engendradas em ações que se elaboram por meio das condições de risco e que denotam resultados (CHÂTEL, 2006), ou seja, pelo menos em se tratando de satisfação das necessidades elementares as famílias em extrema pobreza ao mobilizar seus recursos esperam que, naquele momento, o resultado seja imediato.

As estratégias de sobrevivências enquanto *práticas* são ações concretas em meio à fome, precariedade de renda, desemprego, subalternidade e desesperança. Diante da pobreza extrema as famílias elaboram suas *práticas* como uma ação de resistência e enfrentamento.

4.5.1 - Práticas coletivas e de sociabilidade

Como sujeitos de ação as famílias entrevistadas elaboram suas *práticas* com base nas necessidades existentes e passam a estabelecer novas rotinas frente à precariedade instalada em suas existências. Por meio das *práticas coletivas e de sociabilidade* conseguem compor os projetos de reprodução social a partir das relações familiares e comunitárias. Suas práticas extrapolam o grupo familiar e chegam até outros grupos que por meio da relação de confiança e ajuda mútua contribuem, de alguma maneira, para o enfrentamento da pobreza.

Eu fazia pano de prato na época e vendia lá na Maiada, tinha uma amiga minha lá, eu levava os panos lá pra ela, ela trazia o dinheiro pra mim e eu comprava alguma coisa que ia faltando, entendeu? Mas que nós já passamo fome, isso já. (Família 10)

Hoje mesmo num fiz nem almoço porque num tinha nem óleo. Aí com muito pelear a outra pegou e me deu um vidrinho assim desse copinho de massa de tomate, eu falei não, vou deixar para a janta, hoje de manhã eles já beberam o leite, a janta é melhor. Ainda bem que a menina me deu um leite ali que se num tiver nada pra comer à tarde a gente ferve o leite e dá eles. Ruim é deitar com a barriga vazia. (Família 8)

Em meio à precariedade das condições de vida as relações são forte laço de solidariedade estabelecidas entre os pobres. Entretanto, em meio a um contexto de pobreza extrema, na maioria das vezes, família e vizinhos passam pelas mesmas dificuldades. Sendo necessário agir com o objetivo de que a sua ação possa reverter, de imediato, a situação.

Tipo assim: eu faço a escova no cabelo, e as pessoas só podem pagar no fim do mês e, diz dia 30 eu te pago. Mas se chega dia 17, dia 30 tá longe, eu chego e peço para me pagar porque eu to meio apertada lá em casa e a pessoa me salva assim, assim, aí ao invés de me pagar com o dinheiro e me dá o que me deve, às vezes me dá muito mais do que aquilo que me deve, arroz que é nove reais e a escova que é seis reais, entende? Ai eu troco por comida é aquilo que não pode faltar. (Família 6)

As vezes eu nem peço pro vizinho, eu vou à luta, vou conseguir alguma coisa. Muitas vezes eu fiz um mingau de fubá puro e dei meus meninos quando eram pequenos, repartia, dava eles um pouco e colocava o restante num vidro de maionese e ia procurar alguma coisa para fazer. Até hoje, é como diz: não tem o arroz e feijão eu faço o que tem. Hoje não tinha o feijão, fiz o arroz, peguei o macarrão e bati no liquidificador e fiz tipo uma sopinha e todo mundo comeu. (Família 9)

Mediante a escassez buscam uma forma de enfrentamento dentre os seus poucos recursos. As relações sociais são estabelecidas, e, deste modo, as famílias se aproximam e constituem suas redes de sociabilidade e convivência. Nas famílias pobres é perceptível o laço de confiança estabelecido com o vizinho, com o patrão, com os comerciantes. Este tipo de comportamento baseado na confiança é necessário para a sobrevivência, pois, advém da relação estabelecida com aqueles com quem se convive ou com quem se passa a conviver. Principalmente ter a confiança por estar em uma mesma sociedade. (CHÂTEL, 2006).

Ajudar um vizinho, ali eu sou beneficiada, peço também. (Família 6)

Às vezes eu pego emprestado com o vizinho, mas eu não só de procurar um e outro não. Eu procuro só um, se me pode arrumar tudo bem, se não eu deixo pra lá. Espera paciência que eu vou arrumar. (Família 9)

A confiança segundo Châtel (2006,p.50) é uma construção social que se assenta sobre a “[...] partilha sempre implícita de um referencial normativo suficientemente comum para garantir o desenvolvimento da interação”. Ente as famílias em extrema pobreza a confiança tem sua utilidade na elaboração das estratégias e na partilha dos resultados alcançados: a confiança surge com um elemento essencial e estratégico.

Minha água pego do vizinho, ele cede e depois eu pago. (família 6)

É, todo mundo ajuda, um dá um pouquinho de arroz, outro de feijão. Hoje mesmo eu num fiz almoço não. Num tenho vergonha de falar não, nem óleo eu tinha? Para não dizer, ontem a outra me deu banha de galinha. (Família 8)

Os apoios e ajudas vêm dos familiares para que os conterrâneos alcancem melhores condições de vida. As famílias em extrema pobreza vão testando todas as possibilidades que estão ao seu alcance, são resistentes e persistentes. Se determinada ação não deu certo buscam outras saídas para o enfrentamento da pobreza. E, em alguns momentos, recomeçar de novo é uma estratégia das mais aplicadas

Sai daqui e fui pra São Francisco. Fui morar com o povo de Vilson lá em São Francisco. Fui pra lá, porque lá eles prometeram um serviço bom pra ele e quando chegou lá não foi nada disso. Fomos Trabalhar numa chácara. Passamo aperto de novo lá, aí eu fui e não quis ficar no lugar eu fui e quis voltar. Sai daqui porque tava passando fome fui pra lá e passamo fome também. Nós voltamos pra cá, de novo , pra dentro da barraquinha de lona. Aí foi quando Deus preparou esse serviço pra Vilson dentro da Pavisan, aí ele foi trabalhar e nós não passamos mais aperto. (família10)

Trazer mais um agregado para a co-habitação indica a solidariedade estabelecida pelo vínculo familiar. As relações contemporâneas têm contribuído para que as famílias estabeleçam a convivência com pessoas fora do grupo consanguíneo e ampliem as relações de cuidado. Por outro lado a carência material contribui para o surgimento de espertezas dentro das relações familiares. O fato de ter acolhido uma idosa beneficiária do BPC indica que a renda advinda do benefício será utilizada para a satisfação do grupo.

Nois trouxe ela para mora aqui. Ela é amiga da minha mãe, conheço ela desde pequena. Ela já ta velha e não tem ninguém por ela.os netos que ela tem fizeram foi gastar o dinheiro dela.Mora aqui e o dinheiro dela, depois que ela paga o empréstimo que os netos fizeram, não vô menti, vai ajuda e muito. Paga a fera e a água. Ai se não fosse agente ter trago ela pra cá. Tudo tava mais difícil. Agente ajudano ela e ela nos ajudado. Porque ela vivia ai. De casa em casa. Hoje não aqui é pequena, mas ela tem um lugar fixo .(família 2)

A solidariedade faz parte da história de vida das famílias pobres. As famílias pobres possuem um leque de escolhas limitadas. Elas acabam por utilizar das suas próprias capacidades para enfrentar a pobreza e têm que estabelecer alguns pactos de sociabilidade para suprir as necessidades materiais, seja com o vizinho, o “dono do mercadinho” que passa a conhecer a vida e as dificuldades de todos os moradores, seja da família que reside e grupalmente estabelece as prioridades para aquela família. Ou então, contam com os demais parentes para atender determinadas demandas.

Minha filha tem os dois filhos dela. Eu ajudo a criar. Quando as coisas apertam e recorro ao meu filho. Mas não gosto, ele tem a família e é pobre como nós. Nosso terreiro com as casas pertinho assim acaba que ajuda um a outro. (Família 5)

Meu pai quando veio pra cá trouxe nois tudo. Quando ele morreu ele deixou a casa pra mim. Meus irmão tem a casa dê, e como eu não tinha com quem morar, meu marido bebia e batia demais em mim e vivia do trabalho na roça e mudando de trabalho direto por causa da bebida. Ai eu vim pra cá mora com meu pai. Quando ele morreu ele deixou a casa pra mim. Meus irmãos acharam que ele fez o certo. Ai agora essa casa é minha. Mora eu e minhas três filhas. (Família 3)

Os canais de comunicação tem sido importantes para a formação de um laço e, ao mesmo tempo, gera dependência entre as famílias e seus benfeitores, em alguns casos as famílias ficam a espera de alguém para ajudar. As estratégias têm essa linha tênue entre o benfeitor e beneficiado. Até porque os pobres, pessoas que estão em situações desfavoráveis, desenvolvem habilidades carismáticas, simpáticas que têm facilitado o acesso a alguns bens e serviços.

Não faço nada. Não trabalho. Espero ué, de vez em quando um chega me dá um pacote de arroz, é qualquer um. Peço um pouquinho aqui, um pouquinho acolá. Deus sempre envia um o outro e eles trazem a ajuda que to precisando, naquela horinha (família 8).

Buscam outras alternativas como sair do lugar que moram. Nas histórias de vidas das famílias em extrema pobreza o êxodo rural é recorrente. As grandes retiradas, onde famílias inteiras deixavam para traz o pouco que tinham e se aventuravam nos grandes centros urbanos na busca de melhores condições de vida. Das famílias entrevistadas cinco passaram pelo processo de migração. Para Martins (2008) em se tratando de pobreza e exclusão categorias que materializam a condição das pessoas que estão fora do processo de consumo

erguido na sociedade contemporânea, o migrante não é apenas quem migra, mas o conjunto da unidade social de referência do migrante que se desloca. (MARTINS, 2008, p.145)

“*Muitas vezes a migração é migração familiar*”. É comum famílias inteiras desembarcarem nas grandes cidades em busca de emprego, renda, acesso aos serviços públicos. Buscam lugares em que a oferta de serviços seja maiores que aquelas que são ofertadas em seus municípios de origem. E na busca de dias melhores carregam toda a família. E em casos de sucesso buscam o restante da família e parentes.

Como já falei viemo pra Montes Claros. No início eu achei que era a melhor coisa. Não sabia que eu ia com meus filhos passar tanto perrenhe. Tanta falta das coisas. Tem vezes que não tem o que comer. Lá em Japonvar agente não tinha essas coisas da cidade. Mas o grosso não faltava. O milho, o feijão e a farinha. Aqui tem que ter dinheiro pra tudo. Hoje ta melhor, de quando chegamo. Mas o aperto é diferente, antes não tinha trabalho, hoje agente luta e tem. Mas o dinheiro é pouco, não dá para atender de tudo que se precisa. Os filhos não contentam com o que agente tem pra dá. Já começam a da trabalho. É difícil (choro). Mas podia se melho. Os estudos que tirei dos meus filho não tem como devolver. (choro). Minha vida é de um sofrimento só. (Família 2)

Viemo da Guaporã da Bahia, porque não tinha emprego nenhum lá, não tem emprego. Não tem firma, não tem nada. E aqui já morava um povo dele já e assim eles mandaram uma verba, um dinheirinho pra ele vir pra cá e foi aí que nós viemos. (Família 10)

As *práticas coletivas e de sociabilidade* consubstanciadas de recursos materiais e simbólicos se vinculam a própria capacidade das famílias de mudar a situação vivida, no caso, a migração foi identificada como uma estratégia de sobrevivência alternativa. Seis famílias utilizaram da migração para melhorar suas condições. Acionaram parentes, estabeleceram redes de comunicação parental para que fosse possível se instalar em uma cidade que ofertasse melhores condições de trabalho e acesso a serviços públicos.

Outra prática recorrente é a mendicância. Prática antiga é o “esmolar”, “pedir”, “mendigar”, junto àqueles que possuem melhores condições e capacidade de escolha. Ou em se tratando das famílias que residem em comunidades populosas e pobres, “pedem” entre os seus próximos e vivem da ajuda daqueles que estão em condições menos precárias. A mendicância surge como um recurso contra normativo, mas não trata aqui de uma prática recorrente entre as famílias. Apenas duas família entrevistadas (6 e 8) recorrem à mendicância muitas vezes como modo de garantir a vida.

Se por um lado as condições das moradias expressam “aos olhos” de quem vê de fora a pobreza e a miserabilidade em que estão inseridas estas famílias, por outro lado, expressam as alternativas que as famílias lançam mão para dar conta de resistir. Em síntese,

percebe-se que os recursos utilizados pelas famílias pobres estão direcionados à superação da necessidade presente. Embora a renda seja o fator principal para elas, identificou-se também demandas ligadas a outras dimensões como a oferta de serviços públicos eficientes, fomento a questões culturais ligadas às questões étnicas, condições de moradia, saneamento básico, dentre outros.

4.5.2 - Prática de inserção social

Seguir normas, conduzir-se dentro de uma moralidade faz parte dos ditames sociais. A sociedade exige o cumprimento de algumas regras. E o seguimento destas faz dos sujeitos inseridos e participantes da vida social.

Um irmão meu morreu matado. Negócio de droga. É por isso que eu crio eles mais na rédea curta, sabe? Porque eu vou te falar moça se for depender do pai aí, sei não. (Família 7)

Neste contexto, uma das formas normativas possíveis seria o acesso às políticas sociais, aos benefícios do governo como estratégia para se garantir a sobrevivência.

Um aspecto observado foram que as *práticas de inserção social* estão no âmbito normativo (acesso a políticas sociais) e vinculados aos recursos materiais, tanto que a busca por qualificação profissional foi destacada como uma estratégia de sobrevivência que pode ser classificada como normativa.

Minha filha fez um curso de salgadeira. Até falei que era bom pra ela, não foi Antonia... .. foi mãe.... arruma um dinheiro. Mas, não foi pra frente ela não tinha as coisas, aí ela paro. Foi no tempo da Visão Mundial. (Família 5)

Cabe destacar, porém, que mediante a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, que geraria proteção previdenciária, as famílias em extrema pobreza acabam como estratégia de sobrevivência, aceitando trabalhos informais por não terem outro tipo de recurso para gerar renda. Assim, o mundo normativo tem sido burlado pelos “empregadores” que não seguem as normas e contribuído para a não superação da situação de pobreza vivenciada pelas famílias.

Cláudia olha uma criança para uma senhora aqui do bairro. Só que a renda dela não vejo. Não é muito como ela gasta com o que elas necessitam. Com roupa, escola, calçado. Assim por adiante. A outra filha Adriana faz faxina aqui no bairro. (Família 3)

Eu mesmo trabalhei pra duas pessoas como diarista: um é gerente do Montes Claros D. e o outro é um médico lá do HU. Eles são assim, uma pessoa que eu podia contar eles, tudo eles me ajudavam, sabe? Teve uma vez que... Meu marido tem uma mania de beber que eu vou falar com você. Bebe, recebe, passa primeiramente no boteco. Chega dentro de casa com R\$150,00, R\$160,00, tem hora que chega dentro de casa com R\$100,00 ou R\$60,00, então é fazer o que? Fazer a feira. Eu chegava pra eles e falava: olha, eu estou passando por isso e isso, eles chegavam me davam a feira, me adiantava dinheiro. (Família 7)

Entre o apadrinhamento surge a precarização das relações de trabalho que corrobora para asseverar a desigualdade e estabelecer parâmetros de dependência e subalternidade. Como consta no relato da família 7. Não possui segurança no trabalho e como complemento do salário recebe cesta e apoio dos patrões.

Das dez famílias entrevistadas oito vêm no trabalho, na carteira assinada, a maior possibilidade de inserção social. Indicam que por meio do trabalho têm maior poder de consumo e negociação para a satisfação das necessidades. O fato de ter a renda mensal da certa autonomia, dignidade e segurança.

Ante eu comprava fiado na mercearia. Porque não tinha dinheiro certo. Ai eu ia lá e eles anotavam. Quando eu ia paga a conta era bastante alta. Eu ia lá comprava pro mês e pagava no outro mês. Hoje eu não faço mais eles aumentam demais, fica muito caro. Hoje compro e pago. Dinheiro da pensão e do PBF chega certinho ai eu faço minha feira e pago no dinheiro. (Família 4)

Eu sou mais carteira assinada, qualquer coisa tem o seguro pela frente, 5, 6 meses. É pelo trabalho que as coisas mudam. Que agente consegue alguma coisa. Mas ele não aguenta vê ninguém mandando nele. Ele é uma pessoa que quer ser autoritária e não é, a gente tem que ter alguém mandando na gente. Então mandou pra ele, ele já sai do serviço e não é bem assim, entendeu? (Família 7)

A prática de inserção social está na política de educação. Para as famílias entrevistadas a educação tem o poder da transformação social por ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho para os filhos e netos.

Para aumentar a renda não tem como. A não ser ter os netos na escola para garanti o bolsa família. Não posso trabalha, Antonia as vezes faz serviço ai no bairro mesmo, nas roças as vezes mas não dá muito. (Família 5)

Tem que ir pra escola. O bolsa família exige isso, se não fico sem ele. Quando não tinha o bolsa eles tudo ia pro lixo e trabalha comigo e o pai deles. Com o Bolsa eu tive que tira o povo ficava só vigiano agente, dizia de perder o bolsa e denuncia

agente pro Conselho Tutelar. Ai eu fiquei com medo sabe. Ele ,os menor, não vai mais com agente pro lixão. Só de vez em quando vão pra brinca. (Família 4)

As condicionalidades do PBF acabam por responsabilizar os pais e criar certo temor frente aos equipamentos de garantia de direitos. A entrada das famílias nos programas se dá por meio da renda, comprovar a pobreza (caráter unidimensional da pobreza) a superação da pobreza adviria não por uma normatização punitiva e transferidora de responsabilidades. As famílias em extrema pobreza demandam renda, casa segura, educação, saúde, cultura, e como revela a fala da família (4), lazer para as crianças em um espaço seguro, saudável e apto para tal direito.

Por meio das políticas sociais, especialmente as que possuem poder de impacto sobre a vida das famílias em extrema pobreza (Trabalho, Educação, Saúde, Assistência Social, Habitação e Previdência Social), a superação das condições de precariedade seriam alcançadas. A inversão da proteção social se daria a partir do incremento de serviços e ações destinadas às famílias pobres e extremamente pobres.

O poder de compra, enquanto uma característica de *inserção social*, nas famílias em extrema pobreza é restrito. Apesar do PBF e das pensões, a partir dos quais as famílias passam a se organizar, estes não são suficientes para as necessidades das famílias, que passam a comprar produtos mais baratos e menos nutritivos para a alimentação da família.

Às vezes compro uma bola de salame pra não come só arroz , feijão e macarrão. Os menino gosta é de carne , mas, é muito caro.Não dá pra compra sempre. É uma vez o outra . Só mesmo na semana que chega o pagamento ai depois só no outro mês. (Família 5)

O pouco que eu ganho vou levando no grosso da casa. O que falo é o básico o arroz, feijão, água, luz e gás. Se eu fosse fazer uma fera completa para não fazer nada era mais de R\$200,00 reais. Eu comprei, 10 kg de arroz, 5 kg de açúcar dão pro mês. Comprei isso e ficou cento e tanto. E se eu fosse fazer o grosso. Tem que vencer o mês do jeito que tem ser. Se o gás falta eu tenho quer mexer com o fogão de lenha. Peço a Deus para multiplicar o meu gás. Se não sobe minha conta na venda. E, a verdura é só uma vez no mês, quando chega o pagamento. É batata, a cenoura e a abóbora. È o que dá. (Família 3)

A *prática inserção social* é indicada pelas famílias como o caminho para cidadania, do reconhecimento de beneficiário por meio dos documentos e do acesso a renda. Por meio do trabalho a identidade de produtivo, contribuinte e emancipado.

4.5.3 - Práticas de sustentabilidade - formal e informal

A busca pela renda que possa satisfazer as necessidades tem desencadeado na vida das famílias a busca de *Práticas de sustentabilidade - formal e informal*. E especialmente nas famílias entrevistadas tem uma prevalência das práticas de sustentabilidade informal, por não apresentarem as condições necessárias para a inserção no mercado de trabalho, recorrem cotidianamente a práticas de sustentabilidade informal para ter acesso à renda.

Catamos as coisas e vendemo, traz as coisas boas pra casa. Agente vende o que encontra no lixão papelão, ferro, plástico, recebe poquinho, mas já dá pra pagar as contas. Vamos todso os dias, é um trabalho. Hoje é proibido pela Prefeitura. Mas vamos pra lá do mesmo jeito, não tem outro recurso. O dinheiro ajuda muito e diminui o aperto daqui. Porque é muita gente aqui em casa, sempre com muito filho. (família 4)

Todo dia lá pelas cinco saio com o carrinho eu e os menino tudo. As vezes volto só no fim do dia. Como o que encontro ou o que me dão na rua. As vezes peço porque a fome é muito forte. No carrinho recolho o papel, papelão, garrafa e latinha. Esse serviço tem muito gente fazendo. Tá ficando difícil também essa área. (Família 1)

E quando elas possuem outra renda, como o auxílio doença, se inserem na informalidade para não ter o benefício suspenso.

Já tentei trabalho de carteira assinada. Mas como eu ia perder o auxilio doença. Não pude me fechar. Mas o aperto e as conta chegava, os filho sem o que comer, porque o dinheiro do auxilio é pouco. Ai para ter como ter renda fui junto com a família recolher no centro e no Vila Guilhermina, perto do HU ali, o lixo. Faça chuva ou faça sol tamo lá. Tem casa que já deixa o material separado. Tem umas que fica brava, achando que vou espalhar as sacolas. (Família 2)

As condições socio-educacionais das famílias não favorecem a inserção no mercado de trabalho. Elas não dispõem de outra condição que não seja a inserção nas práticas informais, que não trará segurança para o futuro das novas gerações. As *práticas informais* são antecedidas da pouca habilidade para o mercado de trabalho, justificando desta maneira o tipo de trabalho em que as famílias estão inseridas, e são precedidas de uma renda que não contribui para a superação da pobreza. Além destas *práticas* se configurarem, em alguns casos, como complemento para a renda dos PBF, uma vez que, na avaliação das famílias, é a renda mensal com eles podem contar. O que representa a inversão do objetivo do próprio Programa que, segundo as diretrizes do MDS, deveria ser um benefício temporário e complementar à renda da família. Conforme indica o GRÁFICO 7 dentre as famílias entrevistadas a renda oriunda de outras fontes (programas de transferência de renda) tem

prevalência. A renda dos programas se aliadas a aposentadoria é superior a renda proveniente do trabalho.

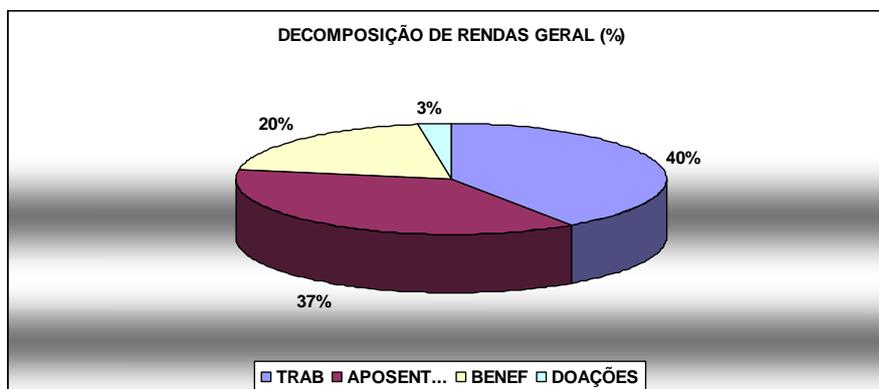


GRÁFICO 7 – Decomposição da Renda Geral das famílias pesquisadas

Fonte: Pesquisa de Campo (2010) . Elaboração própria.

O predomínio das estratégias de sobrevivência vinculadas à renda possibilita duas análises: a primeira diz da reprodução das estratégias. As famílias em situação de extrema pobreza se encontram em uma condição tal de subalternidade que não conseguem criar estratégias autênticas que fujam às condições impostas pelo sistema. Não conseguem porque o próprio sistema as condiciona a um “não lugar” em virtude da falta de oportunidades, seja no mercado de trabalho, no acesso qualitativo às políticas sociais, fato que faz da exclusão uma característica que perpassa quase todas as suas relações. As estratégias de sobrevivência revelam uma condição paradoxal de ser: as famílias pobres que utilizam de estratégias de sobrevivência porque de fato essa foi a única condição que lhes restou para poder consumir aquilo que os que tem não querem mais: comprar a “muchiba”, o “arroz de quinta” e o “feijão furado”

Oh na hora do aperto, come macarrão só, já fiz sopa de manga para nois come com fubá. Era o que tinha. Ele pesca aqui perto mesmo e traz pra mim faze. Tem hora que peço na vizinha, peço la couve ou chuchu para fazer um engroçado. Ai os menino come e dorme. às vezes no trabalho dele ele traz o que encontra o que as pessoas dá pra ele. Já ganhou costela de porco. Ai eu faço aquele macarrão e coloco os ossos. Tem jeito não o jeito é se virá. (Família 2)

Eu cato papelão todo dia, eu e meus menino. Mas só o dinheiro dele não dá. Ai nois tem a bolsa família também que é uma ajuda e tanto. Quando ela chego aqui pra nois ficou melhor. Eu trabalho com chuva e sol. Peço o povo pra juntar o papelão pra mim. Eu consegui umas pessoas pra isso. Com isso ficou até mais fácil junta. (Família 1)

A gente vive, cada um completa no que pode. Adolescente hoje tem suas vaidades, né? Não posso tirar o todo deles e ficar pra mim, né? E deixar eles sem nada, ne’? Combino no caso: um paga a feira, um paga o gás, um paga a água, um paga a luz.

Deus ajuda que acaba um cedendo aos outros, né? Sabe que é a necessidade, né? Num tem outra saída. (Família 9).

Para além da capacidade criativa, que é algo presente nas famílias pobres, as lógicas empregadas para a satisfação das necessidades já vêm determinadas. As estratégias se vinculam à sobrevivência, mas, também, à sociedade de consumo. Destaca-se também a centralidade do trabalho como fundamento para se garantir a materialidade.

Nos relatos das famílias em extrema pobreza o trabalho tem esse lugar único: se não for por meio do trabalho não há outro meio de se conseguir melhoria de vida. Não acreditam na capacidade emancipatória das políticas sociais, não confiam que isso poderia reverter o quadro de estagnação e submissão.

Por não ter renda suficiente, ou não ter renda nenhuma, as famílias têm sobrevivido por meio das estratégias de sobrevivência, que nestas condições não são criadas, mas reproduzidas, uma vez que algumas já fazem parte da trajetória de enfiamento da pobreza. Portanto, verificou-se que a pobreza instalada não tem sido superada com as estratégias que quando muito, às minimizam.

4.5.4 - Práticas de risco

As *Práticas de riscos* se inscrevem dentre as estratégias de sobrevivência das famílias que não só contradizem as normas e legislações, mas como colocam os sujeitos também em risco. Resistem contra a falta da energia ao estabelecer um pacto com os vizinhos e honrar com o pagamento; resistem ao fazer um “gato” na energia ou permitir que o façam. Entretanto as ações desenvolvidas pelas famílias para ter acesso aos serviços e aos recursos sociais acabam por representarem um perigo a sua própria saúde e segurança.

A luz é “gato”, meu marido quem fez direto no poste. Não pago caro. Na verdade nem pago. (Família 6)

Quando ela era nova, estudava, ia direitinho na escola, ai conheceu ele, e começo o namoro, ela tinha uns 15 ano, ai engravidou, ele sumiu, depois volto, ele já veio com essa coisas de droga, nunca gostou de trabalhar, eu sempre ajudei eles. Ela teve que largar a escola e saiu daqui e foi mora lá no Chiquinho Guimarães com ele. Por lá não deu certo e voltou, hoje ela tem os 4 menino. Era um rapaz bom, não deixa as coisa falta, passava aperto, mas ia levando. Foi devendo um povo ai e vendeu tudo que tinha e foi pro aterro, eles morava lá há 5 meses o meu genro foi pra lá trabalhar no lixão. Ele devia dinheiro de droga, primeiro ele vendia e com isso cuidava da família, compra as coisa, era um moço até bom, tinha vez que ficava meio bravo, batia nela, mas depois acalmava e tudo fica certo. Mas ai começou a

bebe demais e usar as coisas. Os homem teve aqui cobrando dê. Ele acho melhor ir embora lá pro lixão. Tava lá os dois trabalhando, ela na casa de uma família lá e ele catava as coisas do lixo para e vender. Tem uns cinco mês que eles tava morando lá. Quando foi esse tempo atrás os homem voltaram e mataram ele. Acho que ele não tinha pago o que devia. Sei lá (Família 4).

Em se tratando de luta pela sobrevivência as famílias em extrema pobreza colocam o desenvolvimento dos filhos e a convivência familiar ao acionarem as *práticas de risco* em risco.

Menino pede e às vezes consegue uns negócio ai vende e traz aqui uns trocados eu vó lá na venda e compro, dependendo do tanto compro macarrão e o óleo. (Família 8)

Quando a fome apertava e não tem nada para comer e dá os meninos agente bebia. Bebia e dava os meninos. Hoje agente não faz isso mais. Nesta época meu menino de 13 tinha, tinha uns 5 anos e a menina uns 2. Agora não faço isso não. Não pode né. (Família 6)

A gente tem medo. Do Conselho Tutelar. Passa aperto com os homens que ficaram atrás do meu genro. Minha filha que mora aqui comigo que fico viúva, tem três filhos agora para criar, se eu não ajudar ela. Ele foi mexer com isso, vendia, não sei se usava, mas o povo aqui dizia que ele usava. Do dinheiro que recebia, que era pouco, pagava a feira e ela se virava com o bolsa. Agora ela só tem o dinheiro do Bolsa e da faxina (Família 4)

A violência da pobreza acaba por colocar as famílias em risco. Dentre as famílias pesquisadas, os atos infracionais por crianças e adolescentes se constituem estratégias de sobrevivências

Para não matar eles ou me matar eu vou ter que pagar aquilo, igual aconteceu esses tempos atrás mesmo. Tive juntar feche de lenha na cabeça, vender e juntar o dinheiro pra pagar lá. Foi cinquenta reais e, o cara lá dividiu em duas vezes por que me conhece. Falei: isso aí é pra você aprender, quando vê a maloquinha lá, sai fora de maloca, que maloca num presta. Eu avisava ele. (Família 8)

Quando Telles (2006) parafraseia Schwarz e coloca que a “pobreza é horrível” talvez ela se refira as situações milhões de famílias são expostas diariamente neste país. Tendo que lidar com situações de pobreza e vulnerabilidade em virtude das multiplicidades de privações que acabam que tendo de conviver em função da ausência de alimento, luz, água, trabalho, renda entre tantas outras necessidades não atendidas e escamoteada por detrás de discursos oficiais e técnicos. Não obstante passam a ser prisioneiras das “armadilhas da

pobreza”, uma vez que, desenvolvem dependência, resignação, desesperança, subordinação, entre tantas outras marcas de subalternidade (BRONZO, 2009).

Situações de risco, não são fenômenos exclusivos das famílias em extrema pobreza, haja vista de se estar inserido em um sociedade moderna de processos globalizados, onde o acúmulo de riqueza vem acompanhado por fenômenos de ordem estrutural como o desemprego, que vai desembocar em perda da qualidade de vida e acentuada precarização das relações sociais; a violência e criminalidade alicia e compromete a paz; a drogradição, violação dos direitos sociais entre outros tantos fenômenos que acometem a sociedade.

Estes fenômenos aliados a pobreza colocam que para além das vulnerabilidades decorrentes da pobreza as famílias passam a ter que conviver com situações de risco, e ainda, não dispõem dos mecanismos acessíveis para respostas rápidas.

Desta maneira os riscos da pobreza passam a configurar enquanto elementos de análise. Se as famílias transitam em territórios entre a vulnerabilidade e o risco e não dispõem de vetores que possam enfrentá-los como forma de encerramento de ciclos ou minimização dos seus efeitos nas gerações futuras, as famílias estão em um estado de desproteção social históricos que requer uma ampla plataforma de intervenção por meio da sua definitiva inserção na agenda pública por um longo prazo .

As *prática de risco* dizem das situações de enfrentamento cotidiano das famílias que colocam todos os componentes do grupo em risco utilizada por oito das dez famílias entrevistadas é o trabalho infantil (1, 2, 3, 4, 6, 8, 9 e 10) para ajudar no provimento do grupo familiar; três famílias (4, 6 e 8) utilizaram de ações ligadas ao tráfico, comportamentos de risco ligados à violência doméstica e seis famílias (3, 4, 6, 7, 8 e 9) citam o uso contínuo do álcool. Três famílias (6, 8 e 10) utilizaram da ocupação de terreno para o benefício da casa própria. Destaca-se que tais práticas implicam ainda na violação dos direitos. Sobre a moradia cabe ressaltar que todas as famílias, atualmente, residem em casa próprias.

De geração em geração os mesmos comportamentos vem se reproduzindo. A hereditariedade na pobreza tem contribuído para a repetição de situações. De geração em geração o trabalho infantil tem sua presença cativa nas famílias pobres. Perante a legislação vigente - o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, o trabalho infantil é passível de punição e os pais e responsáveis serão chamados a reparar o dano causado no processo de desenvolvimento dos filhos.

Este tipo de fenômeno, que no Brasil é entendido pelas legislações e tratados assinados como violação de direitos, compõem as expressões da questão social devido ao seu

aspecto histórico que exclui milhares de crianças (e suas famílias) dos direitos sociais como a escola, a saúde, a alimentação, o esporte, a cultura, dentre outros. Corrobora para o esgarçamento dos laços familiares e compromete a cidadania de criança e adolescentes.

O mais velho, Claudinho tinha 10 anos quando coloquei para me ajudar. Os outros menor eu ensinei a trabalha na horta .. (Família5)

Eu tirei ele da escola ele tava com uns 11 anos pra ajudar eu trabalhar na roça. (família 10)

Na ausência de renda, com um quadro de escolaridade que não lhes favorece a inserção no mercado formal, residentes em localidades excluídas da cidade, à margem da sociedade do consumo e acabam por desenvolver comportamentos de risco que comprometem a convivência familiar e coloca em questionamento a referência que quer ser para os filhos.

Esses aí mesmo, só na cachaçada. Todo dia eu falo com ele: qual o exemplo de pai você vai dá pra seus filhos? Um dia você vai chegar chamando a atenção deles eles vão falar: que nada pai, o senhor bebe pai. Ai é difícil. (Família 7)

4.5.5 - Práticas em rede social

Para suprir necessidades em virtude da ausência de uma política de habitação, saúde, educação e assistência social recorrem as instituições . As instituições filantrópicas atuam na ausência do Estado, provendo os mínimos sem que isso, em alguns casos, possa representar acesso aos direitos sociais. A exemplo desse fato foi a saída da Visão Mundial destas duas localidades. Por meio de doações de material escolar, medicamentos e pagamentos de consultas e exames, construção e reforma de moradias, farmácia alternativa, esporte e lazer para crianças e a adolescentes, estes serviços ofertados pela Instituição estão no bojo das ações do Estado, ou deveriam estar no campo da oferta de serviços sociais às localidades em situação de pobreza. Entretanto, como se tratava de ações filantrópicas não vinculadas a nenhum tipo de política social que pudesse responsabilizar o Estado pela sua continuidade, com a saída da instituição todos os serviços foram encerrados, exceto o

Programa de Atenção à Criança (PAC)³⁵ que permaneceu no Village do Lago I e no Cidade Industrial.

[...] quando a Visão Mundial estava aqui bairro arrumou minha casa. Eu só tinha um cômodo e uma cozinha de capim. Eles construíram estes dois cômodos aqui. Davam material escolar para os filhos da gente, escolinha de esporte. Recebia a sopa da casa do pão lá das irmãs. Era o almoço que agente tinha. A pastoral da criança pesava as crianças e dava a farinha e depois passou a dar o leite. Depois a Visão foi embora, a casa do Pão parou com a sopa e a Pastoral hoje só dá o leite. (Família 4)

No caso do Povoado São Geraldo as cinco famílias entrevistadas tiveram o “sonho da casa própria” realizado em duas etapas, primeiro pelo recebimento do terreno por meio do Santo São Geraldo, e a segunda etapa através da Visão Mundial que reformou, e para a algumas famílias, construiu as casas.

Por outro lado o trabalho de base desenvolvido com as associações de moradores colaborou para a formação de lideranças. Como ocorreu nas duas localidades, tanto o Cidade Industrial e o Povoado São Geraldo tiveram as associações, de alguma forma, fortalecidas pela presença dos serviços sociais desenvolvido pelas instituições.

O problema desse tipo de estratégia como a *solidariedade apadrinhada e missionária* está na sua pouca capacidade de ser uma ação continuada e longitudinal. As ações pontuais e fragmentadas acabam por manter as famílias em uma situação de subalternidade e dependência junto daqueles que os empregam. Ainda, indicam prevalência de uma “cultura de apadrinhamento que se perpétua na modernidade”, sendo que as famílias mais abastadas optam pela ajuda concreta aos apadrinhados em detrimento de financiar serviços sociais públicos. (CARVALHO, 2004)

O terreno foi invadido e depois veio esse povo e construiu essa casa. A Visão Mundial tinha o nome dos meus filho e eu ganhava o dinheiro, o material e a cesta. Tudo que tenho é ganhado. Hoje não almocei porque não consegui ganha nada. Depois que eles foro embora tudo ficou mais difícil para nos que somo mais fraco. (Família 8)

Portanto, uma prática que tem dado resultado devido seu viés continuado é a articulação por meio de esforços coletivos. Os dois bairros possuem associação de moradores, mola propulsora de mudanças nas histórias dos bairros. Especificadamente no bairro Cidade

³⁵ Programa de Apoio à Criança vinculado a Visão Mundial destinado a comunidades pobres por meio de apadrinhamento internacional.

Industrial a associação de moradores tem feito do engajamento de alguns a transformação de todo um bairro.

Das dez famílias, apenas uma tem se envolvido em serviços ligados ao movimento de grupos para reverter à lógica de preconceito e exclusão que cerca a localidade onde reside e, por consequência, sua própria família.

A participação coletiva tem uma ressonância direta nas melhorias das condições de vida no bairro. As pequenas ações desenvolvidas pelos sujeitos, às vezes de forma isolada, numa cultura individual, traz à tona a relação do indivíduo com o espaço que ele ocupa. A participação da família 10 tem feito de uma luta individual a defesa do bem coletivo. Reforçar por meio da participação os espaços democráticos tem sido estratégia importante para o coletivo.

Na tentativa de ampliar o atendimento de suas necessidades as famílias tecem uma rede de apoio e ajuda. Recorrem a todos os serviços existentes na comunidade, portanto, as *Práticas em rede social* são estabelecidas entre famílias, entre famílias e instituições, instituições e políticas públicas. O que tem prevalecido nestas duas localidades, para além de *práticas coletivas e de sociabilidades* que dizem também da relação entre as famílias é a intervenção das instituições filantrópicas de caráter religioso. É uma prática coletiva em rede, as associações desenvolve uma articulação das próprias forças e do apoio institucional.

O posicionamento da família 10, que historicamente tem utilizado da associação (às vezes em parceria com outras instituições) enquanto uma estratégia de sobrevivência para o bairro é revelador do poder da participação e articulação de esforços. Seus esforços têm sido revertidos em melhorias de saneamento básico, melhoria do transporte, saúde, educação, segurança, assistência social por meio de serviços voltados aos segmentos e famílias, entre outros. Fornecimento de alimentação para as famílias mais pobres, geração de renda para as mulheres que não tem como deixar o lar para buscar inserção no mercado de trabalho (informal ou formal).

O que mudou? Eu acho que foi a associação. sabe porque? A gente correu muito atrás disso aqui. Muito, muito, muito. A gente ia pra reunião da câmara, onde tivesse reunião de candidato a gente tava com cartaz falando a respeito do bairro pra eles enxergar o bairro. Porque você ia na reunião da câmara, você assistia num via falar no Cidade Industrial. O bairro aqui não tem vereador. Falava todos os bairros, menos o daqui. Aí um dia nós foi [fomos] eu e Nascimento e falamos vamos fazer esse povo enxergar o bairro aqui. Aí nos fomos e fizemos os cartazes falando da necessidade do bairro. (Família 10)

No nosso ultimo mandato que começou a um ano mais ou menos. A gente entregou a associação foi agora. Agora pega quem quiser pegar. Ai foi que eles viu [viram].

Eles viu [viram] mais foi a gente buscar, inclusive uma das quatro vezes que nós chegou [chegamos] com esse cartaz lá, um vereador falou: “gente vamos olhar mais para o bairro Distrito Industrial”. Aqui num tem vereador do bairro, nós não tem [temos]. Então foi isso aí (família 10).

De forma criativa as famílias em extrema pobreza acionam os recursos sociais disponíveis, em rede as famílias buscam o leite, os benefícios ligados aos programas de transferência de renda, o material escolar, a roupa, a melhoria na casa, o lote, estruturam a associação de moradores entre tantas outras necessidades para além da renda. O movimento realizado pelas famílias liga os serviços nas comunidades em virtude da carência e da falta de acesso a riqueza socialmente produzida. Apresentam suas demandas e requerem respostas.

Indicam que em virtude da pobreza os serviços devem se articular de forma integralizada, especialmente as políticas sociais, para atender as demandas do público beneficiário. Uma vez que, as famílias em virtude da carência passam a ligar os serviços e trazê-los para a satisfação da suas necessidades em virtude da inexistência de renda. Entretanto, os serviços, instituições de forma isolada não conseguem acompanhar a dinâmica das famílias e a desarticulação fragiliza a ação e não contribui para a superação da pobreza de um mesmo território.

Tenho que esperar o mês. Quando ta muito longe, quando não tem nada em casa eu recorro a igreja, ao posto de saúde, as irmãs. Devido a diabete através das consultas, tenho que comer verdura e fruta. E dinheiro não dá. Ai o pessoal de um grupo de médicos que me dá verdura toda semana. E ta difícil. Porque o dinheiro não dá para comprar as verduras. Se eu ganho eu tenho só o arroz e o feijão. (Família 3).

Quando chove muito e não tem como sai com o carrinho, tem vez que mesmo assim tenho que sair, se não a coisa fica pior. Eu vó em tudo em que é lugar aqui do bairro. A Pastoral aqui dá o leite e só cadastrada por causa dos menino. Na associação às vezes eles ajudam com mantimento ai eu vó lá. No posto eles fazem uns bazar de roupa que o povo dá para cá, pego o remédio, tem vez que eles juntam lá e faz uma ferinha. Na época da Visão todos os meus menino eu cadastrei eles recebiam material da escola, fazia escolinha de esporte era futebol e capoeira, cesta básica e melhorou até minha casa. Pobre tem que corre atrás. (Família 1)

As práticas em rede social estabelecem a capacidade de resistência das famílias e forjam novas demandas. Como salienta Santos (2007), as demandas são originárias da ausência de serviços públicos em territórios marcados por pobreza e acirramento das desigualdades. As famílias em extrema pobreza promovem as demandas, requisitam serviços e ações que possam atenuar os impactos da pobreza em suas vidas e, compete ao Estado dar as respostas por meio da elaboração e implantação de serviços sociais públicos.

O autor adverte que os territórios de pobreza demandam uma autêntica instrumentação de prestações sociais indispensáveis a uma vida decente e que não podem ser objeto de compra e venda no mercado, mas constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e, neste, caso do Estado (SANTOS, 2007, p.141).

As histórias de vida indicam o quão às famílias sofrem com a pobreza. O ser pobre para elas é discriminação e exclusão. Esperam por intervenção divina, de renda, de Estado para abrandar seus sofrimentos.

As vezes eu penso que Deus me esqueceu da vida eterna pra todo mundo e num da pra mim. Me esqueceu. (Família 5)

[...] ser pobre significa a pessoa ser pobre de espírito, a pessoa viver naquilo permanecer naquilo, porque ele acha que dali ele não vai sair. Se torna um dependente da pobreza, das pessoas, assim, come porque uma pessoa dá, se vai passar um serviço a pessoa acha que é por menos e fica só naquilo, então pra ele é uma pobreza, entendeu? (família 6)

A pessoa às vezes tem vontade comer um prato de comida bom, que presta e não tem. (família 8)

É difícil ser pobre. É muito discriminada. (família 7)

Ai meu Deus do céu! Sentir pobre é ruim demais. Às vezes tem vontade de ter uma coisa melhor, ter uma alimentação melhor, uma roupa melhor, não tem porque não tem condições. Falta dinheiro pra comprar. Falta estudo, né? O que vale hoje é o estudo, se tiver o estudo. As pessoas pobres se elas tivessem estudado estariam melhor. Ah, eu acho, né? Tinha um emprego melhor. O dinheiro ele ajuda mais. Ajuda, uai! Ele ajuda com um remédio, na comida, na água, na luz. Se você não tiver o dinheiro você fica sem luz, sem água, entendeu? (família 10)

A pobreza para as famílias se reveste de carência material por não ter renda. Entretanto a ênfase simbólica de sofrimento e vergonha revela a pobreza enquanto um fenômeno, na vida destas famílias, multidimensional abarcada de precariedade e dor.

Em meio à pobreza extrema, verificou-se que as famílias acionam *as práticas*, na maioria dos casos, dentro de uma mesma estratégia. Estabelecem por si e com vizinhos, familiares, amigos e patrões uma relação de ajuda, apoio e fortalecimento. Em uma espécie de rede vão tecendo suas ações em meio à ausência de emprego, renda e proteção social. Para as famílias em extrema pobreza as estratégias de sobrevivência estão no centro de suas vidas principalmente pelo seu caráter material de satisfação às necessidades, sendo que para isso necessitam de interrelacionar várias estratégias para alcançarem seu principal objetivo, a sobrevivência

CONCLUSÕES

O acirramento das desigualdades e da pobreza no processo de evolução capitalista, mais especificamente no Brasil, trouxe rebatimentos sobre a vida familiar, especialmente nas famílias pertencentes às classes populares, que com o advento da industrialização, se viram fora do processo de produção e reprodução da vida social. “Desfiliadas” da sociedade industrial, as famílias cresceram à margem da sociedade. Sem renda, trabalho e proteção social e, diante de um contexto de extrema pobreza, criaram seus mecanismos de sobrevivência para satisfação das necessidades. A pobreza de renda e de direitos sociais tem contribuído para o esgarçamento dos laços familiares.

Tendo como referência esse contexto social e político pelo qual o país se desenvolveu, a prioridade atribuída ao desenvolvimento econômico colocou o desenvolvimento social em segundo plano, elevou a patamares consideráveis a desigualdade e a pobreza. Os esforços do Estado para a constituição de um Sistema de Proteção Social não foi suficientemente eficaz para o enfrentamento e superação da pobreza, em virtude de seu caráter pontual, seletivo e assistencialista.

Quanto à proteção social os estudos indicam que a elaboração e implantação de um novo arcabouço jurídico e social tiveram seu ápice na década de 1980 em virtude da pobreza, desemprego e controle do Estado sob a sociedade. A década de 1980 foi um marco para a retomada da democracia no Brasil, e as décadas de 1990 e 2000, período importante de implementação das conquistas da década passada de participação popular e da construção de uma agenda política para o enfrentamento das expressões da questão social brasileira, impressa em Leis e Estatutos para salvaguardar os direitos civis, políticos e sociais dos segmentos vulneráveis. Marcada também pela ampliação dos ideais neoliberais na condução das políticas sociais.

O Sistema de Proteção Social Brasileiro que antecedeu a promulgação da Constituição Federal em 1988 interviu de forma fragmentada e desarticulada na pobreza. Somente a partir da Constituição Federal de 1988 são definidas as funções e o dever do Estado para a execução de um sistema que pudesse proteger e ao mesmo tempo fortalecer socialmente as famílias pobres.

No início do século XXI, o esforço do Estado brasileiro tem sido na direção de mudar a ênfase na atuação junto à família, ao incorporar maiores recursos públicos no

desenvolvimento social por meio do fortalecimento das políticas sociais em todo território nacional. Entretanto, o maior incremento tem sido na gestão do PBF o que indica, arraigadamente, uma visão unidimensional da pobreza. Uma vez que, ainda, não existe uma integralidade e intersetorialidade das ações. Mesmo com as condicionalidades as políticas sociais agem de forma isolada.

Por meio das novas legislações sociais (CF/88; ECA/90 e LOAS/93) as famílias passam a receber atenção por parte dos equipamentos públicos, retornam ao contexto como uma instituição importante que deve receber apoio e fortalecimento. Neste ínterim, a matricialidade familiar é uma nova alternativa para a relação entre o Estado e as famílias, que por meio dos serviços sociais descentralizados no âmbito das políticas públicas a centralidade das ações se direcionam ao “núcleo protetivo geracional”. No tocante aos serviços, é inegável o avanço, porém se mostram frágeis diante dos múltiplos problemas com que as famílias convivem, em alguns casos, a política social ainda compreende a família por um viés moralizante.

Com relação às medidas de enfrentamento da pobreza, a literatura aponta que nos últimos anos, especificadamente no fim do século XX e primeira década do século XXI, tem-se alcançado alguns resultados por meio da transferência de renda direta nas famílias. Além de contribuir para novas discussões acerca da importância das famílias na reprodução da vida social. Os programas têm de certa forma, favorecido o poder de compra, a organização e programação dos gastos, isto quando as famílias têm o programa como complementação de renda. Porém, em se tratando de famílias em extrema pobreza, o PBF, em alguns casos, tem sido a única renda. O valor por elas recebido não contribui para o enfrentamento da pobreza, apenas, atenua a precariedade do momento presente. Além de indicar que as famílias demandam outras ações para o alcance da emancipação.

Em relação às famílias, elas têm absorvido em seu cotidiano as mudanças dos contextos econômico e social que vão delineando suas formas de conduzir a vida por via das determinações de outras instituições. Novos contornos e arranjos vão compondo seu modo de vida, o “modelo” nuclear de família passa conviver com novos arranjos, ampliando possibilidades de laço e cuidado. A família não se restringe as normas e busca, em alguns casos, na reconstituição a oportunidade de estabelecer vínculo familiar. No que tange as famílias pobres e em extrema pobreza essas determinações fazem com que sejam excluídas do acesso a riqueza socialmente produzida colocando-as em situação de maior vulnerabilidade e risco.

O estudo das estratégias de sobrevivência advém da década de 1970, período de grande crise econômica e aumento da pobreza. Neste estudo as estratégias de sobrevivência das famílias selecionadas desnudou um contexto de ausência do Estado no tocante aos direitos sociais elementares. Demonstrou a criatividade, o cuidado, a confiança e a resistência destas famílias em condições socioeconômicas adversas.

As histórias de vida retratam a marca do povo brasileiro. Marcados pelo domínio da elite, forçados ao êxodo rural por terem perdido o mínimo de condições de prover seu sustento através daquilo que a terra poderia ofertar, oriundos de uma pobreza rural agora instalados em uma pobreza urbana, dividem as incertezas do mundo capitalista com conterrâneos, parentes e amigos. O laço social das comunidades faz da vida destas pessoas um espaço de experimentos e trocas criativas.

As estratégias de sobrevivência são criações das famílias para superação ou minimização dos males oriundos da pobreza. Configuram-se como uma criatividade em meio à pobreza e a desigualdade. E se apresentam enquanto uma resistência cotidiana das famílias para a garantia da sobrevivência. Indicam, em alguns casos, que superação da extrema pobreza pode advir da participação social e da inserção no mundo do trabalho formal como foi o caso da família 10. Entretanto, indicou que a maioria das estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias perpetuam a pobreza em seu cotidiano em detrimento das condições socioeconômicas em que se encontram as famílias.

As famílias que vivem de estratégias de sobrevivência são constituídas de similitudes: baixa escolaridade, inexistência de renda, difícil empregabilidade, moradias precárias, baixo teor nutricional dos alimentos que consomem. Suas vidas são marcadas por um contexto de pobreza herdado de suas famílias. Os espaços modernos criados pela sociedade de consumo, como aterros sanitários e lixões passam a compor o meio de renda e de alimento das famílias.

Nos depoimentos as famílias apontam que a educação poderá transformar o futuro de suas relações, apostam na capacidade transformadora desta Política, mas denunciam que sem alimento e paz na vida familiar, sem casa que garanta proteção e segurança, sem trabalho com direitos previdenciários, a transformação necessária se torna muito difícil. Afirmam e percebem que uma única intervenção do Estado não trará o resultado esperado. São contundentes ao referendar que a qualidade de vida virá quando toda a estrutura de Estado ofertada também sofrer modificações para o campo da proteção e fortalecimento do viver em família.

Não foi encontrado nos relatos o alcance da qualidade de vida. Sendo que nos depoimentos coletados as famílias falam de uma inquietude, de uma dificuldade constate de ter que ter renda para prover sustento e outras despesas.

A existência da ajuda mútua no cotidiano das famílias pobres é algo notável. Ao acolher aqueles que não possuem família e estes se prestarem a dividir as despesas da vida em comum, a renda como fator de sobrevivência adquirida por trabalhos informais faz das famílias espaços de confiança e de construção de laços sociais. Entretanto, indica, dentro de um contexto de adversidades.

As famílias demonstraram ao longo dessa pesquisa uma capacidade de dialogar do seu espaço, relatam suas experiências e consegue encontrar a ligação entre “o pouco estudo” com a baixa a renda, além, de identificarem que no cotidiano da vida do pobre as coisas são mais difíceis. A dificuldade diz da habitação, da alimentação precária, da luta que se assevera a cada dia. Sonham em ter mais conforto e menos “preocupação” para criar os filhos. São esperançosos que a educação que ofertam aos filhos trará a superação de suas dificuldades.

Nota-se que para além de uma vida de dificuldades devido à pobreza hereditária, percebe-se que o sonho e o desejo de uma vida melhor movimentam essas famílias. O movimento é marcado pela descoberta das próprias fortalezas através do desenvolvimento de capacidades em seu cotidiano. Resistem através da mudança de área rural para urbana, pelo abandono da escola, pela inserção precoce no trabalho e pela instalação em territórios que são marcados pela pobreza.

O que se percebeu ao longo do desenvolvimento desta pesquisa é que empreendimentos, mesmo que rudes, criados no espaço coletivo e particularizado na relação familiar impulsionam os sujeitos a conquistar no dia-a-dia suas superações. Tornam-se fortes, seguem na luta cotidiana apontando para novos horizontes. Mesmo que a “labuta” demonstre ao contrário, seguem na vida na esperança que um dia as coisas vão ser melhores. E, que muitas das coisas miúdas desenvolvidas no interior da família têm sido adotadas como estratégias de sobrevivências de grupos inteiros, a exemplo, as economias populares, as fabriquetas de alimentos, os bancos populares.

As características das famílias pobres transitam entre a resistência, a solidariedade e a materialidade de fatores que demarcam a travessia das famílias pobres que estão em busca de ser e estar em sociedade. E suas estratégias se configuram como

fenômenos que merecem estudos numa perspectiva de revelar o poder de enfrentamento dos pobres sobre os efeitos colaterais do sistema vigente.

Os estudos realizados acerca das tipologias indicaram que as famílias transitam entre a materialidade e a simbologia, de forma determinada e determinante, em meio à precariedade da vida suas capacidades e habilidades passam a compor um conjunto de recursos que dispõem para o enfrentamento da pobreza e suas manifestações.

O recorte teórico e conceitos a respeito das estratégias de sobrevivência que tiveram como base Balsa *et.al* (2000) e Sposati (1985) contribuíram para a produção de uma nova tipologia aplicada ao estudo. Por meio destes vetores foi possível analisar as estratégias de sobrevivência utilizadas e criar novas tipologias que foram denominadas de *práticas*

As tipologias ligadas aos *recursos normativos* e à *solidariedade conterrânea e parental*, ambas ligadas à busca material para a sobrevivência, contribuíram para a formação das tipologias com base em *práticas de coletividade e sociabilidade, práticas de inserção social, práticas sustentabilidade- formal e informal*. Conforme os atributos subjetivos de confiança, laço e solidariedade dos *recursos alternativos, solidariedade missionária*, as *práticas em rede social* e as *práticas coletividade e sociabilidade* tiveram sua sustentabilidade analítica e conceitual nos recursos simbólicos.

As *práticas de risco* estão para além de ferir a norma, na maioria dos casos elas colocam todo o grupo em risco pessoal e social. São práticas desenvolvidas em meio a extrema pobreza que corroboram para o esfacelamento dos laços por meio do uso de comportamentos de risco como é o caso do alcoolismo, drogradição, ligação direta de energia elétrica, furto, roubo. Fatores que colocam todo o grupo sob ameaça e risco de morte.

Para o enfrentamento da pobreza, estrategicamente as famílias reúnem o material e o simbólico em suas práticas em detrimento das próprias espertezas aplicadas em seu cotidiano. Por um lado reúnem, exercitam, articulam e mobilizam todas as ações necessárias para alcançar a renda e revertê-la em benefício coletivo. Por outro lado suas relações, vínculos, redes de apoio e ajuda estão permeadas de subjetividades e características que são afloradas, enquanto um atributo importante, para a satisfação das necessidades. Em meio ao contexto de extrema pobreza as famílias acionam recursos materiais e simbólicos, na maioria dos casos, simultaneamente.

As estratégias de sobrevivência passam a ser compreendidas enquanto um espaço de ação concreta. É neste momento que se defende o uso do termo *práticas*, por reconhecer que uma prática é constituída de ações ativas e simbólicas dos sujeitos. Nas práticas os

sujeitos imprimem seus esforços e identidades para o enfrentamento da extrema pobreza em detrimento de suas experiências. A experiência cotidiana da pobreza extrema fazem com que as famílias criem e/ou adaptem práticas para garantir por várias situações a sobrevivência.

As práticas indicadas parem de dois pontos, o primeiro por estarem inseridas em um contexto adverso que demanda uma ação resolutiva em detrimento das necessidades e por sofrem com um envolvimento direto com determinado fenômeno, neste caso a pobreza extrema. Segundo, por demandarem dos próprios sujeitos capacidades, habilidades e resistências.

Pelas práticas os sujeitos têm que acionar suas próprias forças, unir esforços devido à precariedade e ausência de proteção social. As estratégias de sobrevivência são respostas às ausências de proteção do Estado em virtude da instalação em pobreza extrema histórica. E, para buscar sobreviver e satisfazer suas necessidades mais elementares, as famílias têm recorrido às estratégias vinculadas a *práticas* que mobilizam recursos materiais e simbólicos.

Em meio a um contexto de precariedade de renda e desproteção social as famílias em extrema pobreza acabam por articular um conjunto de ações no intuito de satisfazer suas necessidades. As estratégias de sobrevivência aliadas ao contexto social das localidades em que residem e a pobreza na qual estão instaladas expõe as famílias a vulnerabilidades e risco. A presença das estratégias representam o nível de fragilidade e a ausência de proteção social.

Retrocessos e esforços são notados na relação entre Estado e famílias. Entretanto, o enfrentamento da pobreza e suas multidimensionalidades contribuem para um contexto social menos desigual, fortalecendo a convivência e a autonomia familiar. Porém, contraditoriamente, em situações nas quais as famílias convivem com as expressões da “questão social” e têm que recorrer às estratégias de sobrevivência devido a um contexto desigual revela o grau de precariedade em que sobrevivem.

Portanto, a desigualdade social enquanto um contexto totalizante tem comprometido o alcance de um desenvolvimento social satisfatório em virtude do desequilíbrio entre o econômico e social e, a ausência de políticas sociais de enfrentamento a pobreza tem contribuído para a permanência de milhares de famílias a margem da sociedade. As políticas públicas de caráter social deveriam ofertar um suporte efetivo, mobilizatório e articulado de forma mais integralizadoras para o desencadeamento da proteção social das famílias em extrema pobreza.

Cabe destacar ainda que apesar das estratégias nascerem da resistência (que é algo positivo), elas não devem substituir o Estado e, nem tampouco, devem ser mantidas. O enfrentamento da pobreza e suas multidimensionalidades contribuirão para a superação da pobreza e quebrará o ciclo geracional de estratégias de sobrevivência em que se situam as famílias. A quebra do ciclo advém do incremento social e econômico.

O desenvolvimento social só poderá ser alcançado quando nenhuma família tiver suas capacidades limitadas pela presença da pobreza e desigualdade. O investimento econômico e social em um país é a possibilidade da superação da pobreza, desigualdade e exclusão por que passam milhares de famílias. A renda é necessária, mas outras necessidades também precisam ser atendidas, de forma a garantir a autonomia do cidadão e democracia do país.

Os estudos sobre pobreza demonstram um possibilidade de erradicá-la colocando como prioridade a proteção social aos variados segmentos que constituem o tecido social. Tendo em vista que algumas estratégias desenvolvidas e incorporadas na dinâmica da vida familiar têm surtido algum efeito. Mas, ao mesmo tempo têm demonstrado que, não obstante a presença da renda no cotidiano das famílias e mediante as multidimensionalidades da pobreza, outras estratégias devem ser incorporadas como políticas sociais que reconheçam os múltiplos problemas que as famílias enfrentam em territórios de vulnerabilidade e risco.

Outro fator emancipatório viria por meio de um conjunto articulado de ações entre Estado, sociedade e família. Maior incremento no orçamento público para as ações de recorte protetivo.

No tocante a desigualdade ela persiste em detrimento das relações estabelecidas no sistema capitalista, engendrada não de forma natural, mas em relação ao seu caráter macroestrutural e se acirra devido a todas as contradições econômicas, políticas e sociais, sobretudo em virtude da lentidão do aparato estatal de enfrentar os rebatimentos do modelo econômico na sociedade, o alijamento dos direitos sociais e a constante precarização das políticas públicas a cada modelo de Estado implantado.

A acumulação capitalista e suas reedições ocorridas nos últimos três séculos apontam para reformas políticas, surgimento de “carências brutais dos mais pobres”, o desmonte do Sistema de Seguridade Social com rebatimento direto nos direitos da “classe que vive do trabalho”, o desemprego estrutural, a fome, a pobreza, exclusão social, elementos estes constituintes da desigualdade, que carecem em sua medida e teor de enfrentamento político travado no fortalecimento das bases democráticas, da justiça e cidadania.

Uma sociedade para além do capital é possível, se não o fosse será um fatalismo posto, sem possibilidades. É preciso romper com as todas formas de opressão e dominação e, nesta perspectiva, é preciso pensar que outra sociedade é possível e que possa existir outra existência, e como defende Meszáros (2008) “é construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades”. A superação é possível, talvez não neste tempo, mas é possível.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; WAISSELFISZ, J. J.; ANDRADE, C. C.; RUA. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SETUR e Garamond, 2000.
- ALMEIDA, P.H, CARVALHO, I. M. M. Família e proteção social. In: *Revista São Paulo em perspectiva*. V.17, nº 2. São Paulo: USP. Abr/Jun-2003. (109-122)Consultado site em agosto de 2010.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AYRES, J. R. C. M. *et. al.* O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-140.
- BALSA, Casimiro, *et. al.* *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Lisboa: Unijui, 2000
- BALSA, Casimiro; CAEIRO, Ana e BARRETO,J. *Trajectórias e estratégias face a precariedade e à exclusão no âmbito do processo de metropolização de Lisboa*. Universidade Nova de Lisboa.CEOS.2000
- BALSA, Casimiro. *A teorização em sociologia : sistematização dos modos de produção e de expressão da pobreza através de tipologias*. Plano de aula. Provas de agregação em Sociologia Geral. Universidade Nova de Lisboa. (2009)
- BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2003. (29-38)
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. MDS. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MDS, 2004.
- BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas nas famílias: conexões e uma experiência para reflexão. In: *Concepção de gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS/UNESCO, 2009. (171-204)
- CANEVACCI, M. *Dialética da família*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense,1984. (20-108)
- CARDOSO. Antônio Dimas, MOTA, Vânia Cássia Miranda. *As condicionalidades do programa de renda básica*. Acessado em jan/2010.
- CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. In: *Revista Social e Sociedade*. nº84. São Paulo: Cortez,2005.(66-90)

CASTEL, R. *As metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do salário*. Petropolis: Vozes, 1998 (98-137)

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. *Desigualdade e Questão Social*. 2ªed. São Paulo: EDUC, 2004.(17-50)

CARVALHO, M.C.B. o lugar da família na política social.In: *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2003. (15-22)

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: *Família Brasileira a Base de Tudo*. São Paulo: Cortez,2005.(93-108)

CHANTEL, Viviane. A responsabilidade-pelo-outro: um preliminar à confiança. In: *Confiança e laço Social*. Balsa C.(org). CEOS/Inquéritos,3: Colibri.2006.(49-60)

COELHO, Sônia Vieira. As transformações da família no contexto brasileiro: uma perspectiva ds relações de gênero. In: *Revista psique/FCH*. Ano 10. Nº16. – Unicentro/Newton Paiva: Belo Horizonte.2000. (07-24)

Comunicado nº60 - *Desigualdade da renda no território brasileiro* - IPEA, 2010

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e Norma Familiar*. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Graal. 2004. (79-123)

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 3ª Ed. São Paulo: Cortez.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. 3ªed. São Paulo: Atlas, 1995.

DRAIBE, Sônia. *Política Social em um contexto de desenvolvimento: O caso Brasil*. Santiago: Unrisd, 2003.

_____. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: *Família Brasileira a Base de Tudo*. São Paulo: Cortez, 2005. (109-134)

DURHAM, Eunice R. Família e reprodução humana. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. nº.3. Rio de Janeiro: Zahar,1991 .

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

FACULDADES SANTO AGOSTINHO – Núcleo de Apoio a Comunidade - *Diagnóstico Social das famílias residentes no Povoado São Geraldo II e Bairro cidade Industrial*. 2004 a 2006

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: *A arte de governar crianças*. A história das políticas sociais da legislação e da assistência a infância no Brasil. São Paulo: Cortez,2009. (33-96)

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP/Contexto, 2008. (510 -553)

GAIGER, L. I. *A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista* (2004) – disponível em: www.ecosol.org.br/textos.quadro.htm - Acesso em: 20/01/2010.

GENOFRE, Roberto M. Família: uma leitura jurídica. In: *Família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2003. (97-104)

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar projetos de pesquisa*. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002. (41-60)

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Volume 1 (1910-1920); organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 (141-144)

GOMES, Fernanda Silva. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (Re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais*. 2007.182f. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFMG - Belo Horizonte,2007.

GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2003. (pág. 61-72)

HOBBSAWM. Eric. *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995. (223-336)

HUNT, E.K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro.: Elsevier,2005 (146-155;193-229)

HUNT, E.K. e SHERMAN, H.J. *História do pensamento econômico*. 23ª Ed. Petrópolis/Rio de Janeiro:Vozes,2005 (91-106)

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1998

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo.In: *Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, nº3 (jan/jul.2001)Brasília. ABEPSS: Grafile,2001 (09-32)

IBGE. Dados do Censo 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

LEONE, Egenia.T *et.al*. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil.In: *Revista Economia e Sociedade*. V. 19, n. 1 (38), UNICAMP: Campinas, abr. 2010 (59-77). Consultado em site Unicamp em outubro de 2010.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3ª Ed. Petrópolis, RJ:2008.(49-150)

MARX, Karl. *O capital*. 11 ed. São Paulo: Editora Difel, livro 1, vol 1. 1987 (40-67; 626-765)

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MELO, Marcus André. A sete vidas da agenda pública brasileira. In: *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2007. (11-28).

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo,2008.(19-79).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIOTO, Regina C.T. Cuidado Sociais dirigidos a família e segmentos sociais vulneráveis.In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*.Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Brasília: UNB, 2000. (216-224)

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto dos programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: *Política social, família e juventude: Uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004. (43 – 60)

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre as organizações das famílias no Brasil. In: *Família brasileira a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 2005 (26-46)

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da ‘questão social’ .In: *Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, nº3 (jan/jul.2001)Brasília. ABEPSS: Grafile,2001 (41-50)

PEREIRA, Potyara A. Pereira. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008. (59-98; 163-202)

_____. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Potyara A. Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: *Política social, família e juventude: Uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004. (25 – 42)

PROST, Antoine. Fronteiras e espaço do privado. In: *História da vida privada*. Da primeira guerra a nossos dias. Volume 5. São Paulo: Companhia de bolso. 2009. (13-98)

REZENDE, Cristiane Barbosa. *A velhice na família: estratégias de sobrevivência*. Franca: 2008. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de

Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Site: UNESP em 08/01/2010

RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças*. A história das políticas sociais da legislação e da assistência a infância no Brasil. São Paulo: 2009. (97-150)

ROCHA, Sônia . *Pobreza no Brasil afinal, de que se trata?* 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV,2006

ROSA, Tereza Raquel Silveira. *Beneficiários do Programa Bolsa Família de Montes Claros –MG: onde estão e como vivem*. 2010. 130p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento – incluyente, sustentável e sustentado*. São Paulo: SEBRAE,2004

SANTOS, Milton. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp. 2007. (139-152)

_____. *Pobreza urbana*.São Paulo: Hucitec.2009.(13-23;77-86)

SARTI, Cynthia A. *A família como espelho- um estudo sobre a moral dos pobres*.3ªed.São Paulo:Cortez,2005.

_____. Família e individualidade: um problema moderno. In: *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2003. (pág. 39-49)

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. 1º. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. (30-59)

SILVA, Maria Ozanira Silva e. (org). *Avaliação de políticas e programas sociais- teoria e prática*. Núcleo de Pesquisa 6 . São Paulo: Veras, 2001. (22-76)

SILVA, Maria O.S e.; YASBEK, M.C. e GIOVANNI, G.D. *A política social brasileira no século XXI*.A prevalência dos programas de transferência de renda.São Paulo: Cortez,2004(87-142)

Síntese de indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 27). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_socio.pdf>. Acessado em: jan/2011.

Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. Edição do 20º Aniversário. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) -

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP/Contexto, 2008. (362 -400)

SPOSATI, Aldaiza. III encontro latino-americano de trabalho social. In: *Serviço Social e Sociedade*.n17. São Paul: Cortez. 1985 (138-144)

STOTZ, Eduardo Navarro. Pobreza e capitalismo. In: *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro. Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública. 2005 (53-72)

SOULET, Marc-Henry. Confiança e capacidade de ação: Agir em contexto de in-quietude. In: *Confiança e laço Social*. Balsa C.(org). CEOS/Inquéritos,3: Colibri.2006.(25-48)

SZYMANSKI, Heloisa. Teoria e “teorias” de família. In: *Família contemporânea em debate*. São Paulo : Cortez, 2003. (23-29)

_____ Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*.nº71. São Paulo: Cortez, 2002. (9-25)

TAKASHIMA, Geney M.K. O desafio da política de atendimento a família: dar vida as leis – uma questão de postura. In: *Família Brasileira a Base de Tudo*. São Paulo:Cortez,2005.(77-92)

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: *Serviço Social- Direitos sociais e competências profissionais*. CEFSS/ABEPSS,2009.(239-254)

TEIXEIRA, Gilmara Emília. *Faces e interfaces da pobreza e do desenvolvimento: uma análise para a cidade de Montes Claros (MG)*. 2007. 134p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais, afinal do que se trata?* Belo Horizonte, UFMG: 2006.(77-104)

VITALE, Maria Amália Faller. Famílias monoparentais. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*.nº71. São Paulo: Cortez, 2002.(45-62)

WANDERLEY, L.E.W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino americano e o caribenho. In: *Desigualdade e Questão Social*. 2ªed. São Paulo: EDUC, 2004

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez,1999.